

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ
SOLANGE CAMILO ASEN

**RELAÇÕES ENTRE O ENSINO SUPERIOR E O
DESENVOLVIMENTO:**

Uma análise de caso da Universidade de Taubaté

TAUBATÉ
2015

Solange Camilo Asen

**RELAÇÕES ENTRE O ENSINO SUPERIOR E O
DESENVOLVIMENTO:**

Uma análise de caso da Universidade de Taubaté

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Planejamento e Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-Graduação em Administração do Departamento de Economia, Contabilidade e Administração da Universidade de Taubaté.

Área de Concentração: Planejamento e Desenvolvimento Regional

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Elvira Aparecida Simões de Araujo

Taubaté – SP

2016

Solange Camilo Asen

**RELAÇÕES ENTRE O ENSINO SUPERIOR E O
DESENVOLVIMENTO:**

Uma análise de caso da Universidade de Taubaté

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Planejamento e Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-Graduação em Administração do Departamento de Economia, Contabilidade e Administração da Universidade de Taubaté.

Data: _____

Resultado: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Elvira Aparecida Simões de Araujo

Universidade de Taubaté

Orientadora

Assinatura _____

Prof.^a Dra. Marilsa de Sá Rodrigues

Universidade de Taubaté

Assinatura _____

Prof.^a Dra. Andreia Maria Pedro Salgado

Universidade Estadual Paulista

Assinatura _____

AGRADECIMENTOS

A minha orientadora Professora Elvira Aparecida Simões pela disposição e gentileza ao dividir seus conhecimentos comigo, pelo suporte, dedicação, correções e pela forma gentil e acolhedora que abriu espaço para que eu pudesse desenvolver este trabalho.

Ao professor Dr. Fabio Ricci pelas correções e valiosas interferências.

Agradeço também a todos os professores que fizeram parte do grupo da UNITAU que, cada um à sua maneira, tanto contribuiu para minha formação e aprendizado. Que, a partir de agora, eu possa também fazer a diferença sem ser indiferente.

À Universidade de Taubaté pela gentileza de me permitir analisar seus documentos e ceder informações preciosas para minha pesquisa.

“Nada há de permanente exceto a mudança”

Heráclito, 450 a.C.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo realizar um estudo de caso, sobre o ensino superior ofertado pela Universidade de Taubaté e oportunidades de desenvolvimento para a Região Metropolitana do Vale do Paraíba Paulista. Na primeira etapa do estudo analisou-se as características regionais e as teorias do desenvolvimento econômico e social, e a necessidade da inclusão da educação no planejamento governamental para a formação do capital humano necessário para alavancar o progresso da região. Nesse sentido, o estudo de caso procurou verificar a partir da pesquisa em documentos da instituição, as avaliações institucionais, a existência de condições estruturais da educação superior para ofertar oportunidades de formação do capital humano qualificado. A inserção do capital humano formado e em formação na Universidade de Taubaté, como fruto das oportunidades criadas pela instituição, como a disponibilização de bolsas de estudo, e as ações que se somam para o aprimoramento acadêmico e profissional que contribuem para o desenvolvimento regional. E partir das ações institucionais levantadas, observou-se que a instituição se organizou estrategicamente para contribuir com o desenvolvimento através da oferta de cursos de diferentes áreas e níveis e de bolsas de estudo que estimulam o aprimoramento. Os dados mostraram que existem inúmeras estratégias da instituição para estimular e promover o desenvolvimento acadêmico dos estudantes que buscam a ampliação do seu capital humano. Nas diversas áreas do conhecimento, a UNITAU procura ofertar cursos e suportes para a formação profissional, no entanto, não há prioridade para atender o polo tecnológico, pois os cursos mais ofertados atendem as áreas de biológicas e humanidades. Os dados levantados mostraram que vem se elevando a procura pelos cursos de biológicas, principalmente. Nesse sentido, observou-se que as estratégias propostas pela instituição estão de acordo com as teorias do desenvolvimento, que afirmam a necessidade de uma expressiva participação das instituições de ensino superior para alavancar o desenvolvimento local e regional.

PALAVRAS CHAVE: Planejamento. Desenvolvimento Regional. Ensino Superior. Qualificação Profissional.

ABSTRACT

RELATIONS BETWEEN HIGHER EDUCATION AND DEVELOPMENT: An analysis of the case of the University of Taubaté

This assignment aims to conduct a case study on higher education offered by the University of Taubaté and development opportunities for the Metropolitan Region of Vale do Paraíba Paulista. It was analyzed in the first part of the study the regional characteristics and theories of economic and social development, the need to include education in the government planning for the formation of human capital necessary to leverage the region's progress. In this way, the case study verified from the research in the institution's documents, the institutional evaluations, the existence of structural conditions of higher education to offer graduation opportunities to qualified human capital. The insertion of the graduated human capital and the one graduating at the University of Taubate, as a result of opportunities created by the institution, such as providing scholarships, and the actions that add up to the academic and professional development which contribute to regional development. And from institutional actions raised, it was observed that the institution was strategically organized to contribute to development by offering courses from different areas and levels and scholarships which stimulate improvement. The data showed that there are numerous strategies of the institution to stimulate and promote the academic development of students seeking improvement and expansion of its human capital. In many areas of knowledge, UNITAU offer courses and supports for vocational formation, therefore there is no priority to attend the technological pole, that's because the most offered courses are the biological and human areas. The data shows that the demand for courses in biological area is risen. The data collected showed that this method has raised mainly the demand for biological courses. It was observed that the strategies proposed by the institution are consistent with theories of development, affirming the need for meaningful participation by higher education institutions to leverage local and regional development.

KEYWORDS: Planning. Regional Development. Higher Education. Professional Qualification.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

C&T – Ciência e Tecnologia

CEBIMAR – Centro de Biologia Marinha da Universidade de São Paulo

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CTA – Centro Técnico Aeroespacial

EEL – Escola de Engenharia de Lorena

EMBRAER – Empresa Brasileira de Aeronáutica

EMPLASA – Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano

FAEQUIL – Faculdade de Engenharia Química de Lorena

FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

FATEC – Faculdade de Tecnologia do Estado de São Paulo

FCA – Faculdade de Ciências Aplicadas

FJP – Fundação João Pinheiro

IAE – Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE)

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IEA – Instituto de Estudos Avançados

IES – Instituição de Ensino Superior

IFI – Instituto de Fomento e Coordenação Industrial

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

ITA – Instituto Tecnológico de Aeronáutica

MEC – Ministério da Educação

MEC – Ministério da Educação e do Desportos

MTE – Ministério do Trabalho e do Emprego

MOOCS – Massive Open Online Courses

NMC – New Media Consortium

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PIB – Produto Interno Bruto

PITEC – Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior

PLANFOR – Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador

PNE – Plano Nacional de Educação

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PRPPG – Pro Reitoria do Programa de Pós-Graduação

REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

RM – Região Metropolitana

RMVPP – Região Metropolitana do Vale do Paraíba Paulista

SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

SECOVI – Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais de São Paulo

SEPLAN – Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico

SINAES – Sistema Nacional de Avaliações do Ensino Superior

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFRJ – Universidade Fluminense do Rio de Janeiro

UNB – Universidade de Brasília

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

UNESP – Universidade Estadual Paulista

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo

UNITAU – Universidade de Taubaté

UNIVAP – Universidade do Vale do Paraíba

USP – Universidade de São Paulo

VPP – Vale do Paraíba Paulista

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Instituições de Ensino Superior.....	36
Figura 02 – Número de Artigos Científicos Publicados.....	38
Figura 03 –Oferta de vagas no Ensino Superior.....	38
Figura 04 –Distribuição das IES segundo a categoria.....	40
Figura 05 – Ranking da produção de artigos científicos.....	42
Figura 06 – Publicações Científicas Brasileiras	43
Figura 07 – Crescimento do PIB de países em desenvolvimento.....	46
Figura 08 – Participação das exportações no PIB 2011.....	47
Figura 09 – Esquema de rede urbana.....	54
Figura 10 – Sub-regiões do Vale do Paraíba Paulista e Litoral Norte	55
Figura 11 – Articulação territorial do Vale do Paraíba Paulista.....	56
Figura 12 – Participação do PIB de Taubaté.....	63
Figura 13 – PIB Per Capita dos municípios do Vale do Paraíba	64
Figura 14 – PIB dos setores econômico dos municípios do Vale do Paraíba..	66
Figura 15 – PIB da Região de São José dos Campos.....	67
Figura 16 – PIB da Região de Taubaté.....	67
Figura 17 – Participação nas exportações do Estado, 2013.	73
Figura 18 – Emprego e Rendimento dos Empregos Formais da Agricultura, Pecuária, Produção Floresta, Pesca e Aquicultura na Região de Taubaté.....	74
Figura 19 – Emprego, Rendimento e Participação dos Empregos Formais da Indústria no total dos Empregos Formais.....	75
Figura 20 – Emprego e Rendimento Formais do Comércio Atacadista e Varejista e do Comércio e Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas.....	75
Figura 21 – Emprego e Rendimento Formais dos Serviços no total de Empregos Formais.....	76
Figura 22 – Evolução do IDH de Taubaté	77
Figura 23 – Índice de Desenvolvimento Humano.....	78
Figura 24 – Distribuição por Sexo, segundo os grupos de idade.....	79
Figura 25 – Distribuição por Sexo, segundo os grupos de idade 2010.....	79
Figura 26 – Frequência Escolar de 18 a 24 anos.....	80
Figura 27 – População Adulta.....	80
Figura 28 – Competências Essenciais.....	87
Figura 29 – Variação da oferta de bolsas 2011 a 2013.....	102
Figura 30 – Concessão de Bolsas pela UNITAU 2011-2013	103
Figura 31 – Tendência da oferta de Estágios	107

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	– Porcentagens de matrículas e concluintes nas IES.....	38
Tabela 2	– Matrículas e ingressantes nas IES	39
Tabela 3	– Número e Percentual de matrículas, Ingressos e Concluintes de Graduação, segundo a Categoria Administrativa – Brasil, 2010-2011.....	41
Tabela 4	– PIB por setores econômicos	57
Tabela 5	– PIB por Setor Econômico de Municípios do Vale do Paraíba.....	64
Tabela 6	– Publicação e Orientação por Pesquisador.....	72
Tabela 7	– PIB de Taubaté.....	74
Tabela 8	– População Total, por Gênero, Rural/Urba e Taxa de Urbanização – Taubaté.....	77
Tabela 9	– Professores Visitantes.....	95
Tabela 10	– Cursos de graduação ofertados 2009-2013.....	95
Tabela 11	– EAD da UNITAU.....	96
Tabela 12	– Cursos ofertados e efetivados pela UNITAU.....	96
Tabela 13	– Cursos oferecidos, por modalidade, com a carga horária, número de participantes e número de turmas por curso.....	97
Tabela 14	– Renda, Pobreza e Desigualdade – Taubaté SP.....	98
Tabela 15	– Cursos de Extensão ofertados e realizados pela UNITAU.....	100
Tabela 16	– Cursos de extensão ofertados pela UNITAU em 2013.....	101
Tabela 17	– Pós-Graduação <i>Strictu sensu</i> – UNITAU.....	101
Tabela 18	– Variação da oferta de bolsas 2011-2013.....	102
Tabela 19	– Bolsas concedidas pela UNITAU 2011-2012	102
Tabela 20	– Bolsas por área do conhecimento.....	103
Tabela 21	– Concessão de bolsas por titulação.....	108
Tabela 22	– Bolsas de IC 2009-2014.....	104
Tabela 23	– Atividades desenvolvidas pelo núcleo de apoio aos eventos	106
Tabela 24	– Número de grupos de pesquisa	106
Tabela 25	– Oferta de Estágios.....	107
Tabela 26	– Qualificação dos cursos de graduação ofertados na UNITAU.....	108
Tabela 27	– Qualificação dos cursos de graduação ofertados na UNITAU.....	109
Tabela 29	– Alunos participantes do CSF.....	113

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 PROBLEMA	16
1.2 OBJETIVOS	16
1.2.1 OBJETIVO GERAL	16
1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	17
1.3 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO	17
1.4 RELEVÂNCIA DO ESTUDO	18
1.5 ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO	20
2 REVISÃO DA LITERATURA	21
2.1 Crescimento e/ou Desenvolvimento Econômico	21
2.1.1 Região e desenvolvimento econômico	26
2.1.2 A Formação do Capital Humano e Social	288
2.2 A interação entre economia e educação no Brasil	31
2.2.1 A oferta do Capital Humano pela Educação Superior nacional	35
2.2.2 A Educação Superior impulsiona o país para o desenvolvimento	43
2.3 O Ensino Superior no espaço regional	46
2.3.1 O Comprometimento do Ensino Superior com a Região	50
2.4 A organização espacial do VPP	52
2.4.1 Geopolítica do Vale do Paraíba	58
2.4.2 A região do VPP e o desenvolvimento econômico	63
2.4.3 As instituições de ensino superior do VPP	66
2.4.4 Educação Superior do VPP e Desenvolvimento Econômico	70
2.4.5 Alguns dados macroeconômicos e sociais brasileiros de Taubaté	70
3 MÉTODO	78
3.1 Tipo de pesquisa	78
3.2. Instrumentos	79
3.3. Procedimentos de coleta de dados	79
3.4 Procedimentos para análise de dados	80
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	81
4.1 A Avaliação Institucional	84

4.1.1 Missão e visão da instituição - UNITAU	88
4.1.2 Histórico e desenvolvimento da instituição de ensino - dados da instituição....	88
4.2 A política para o ensino: alguns resultados	90
4.2.1 Políticas acadêmicas para a graduação da UNITAU	95
4.2.2 A política dos cursos de pós-graduação e extensão da UNITAU	92
4.2.3 Os incentivos ofertados pela UNITAU – Bolsas de estudos.....	96
4.2.4 Grupos de pesquisa	101
4.2.5 Estágios.....	101
4.2.6 A qualidade dos cursos da UNITAU	102
4.2.7 Outros Programas de Incentivo.....	109
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	1050
REFERÊNCIAS.....	108

1 INTRODUÇÃO

Segundo Correa (1998), a posição geográfica do eixo Rio de Janeiro e São Paulo permitiu a formação de uma densa rede urbana, integrada por um sistema técnico moderno. Dessa premissa, pode-se entender a existência de múltiplas vantagens comparativas permanentes para a região. Existem também desvantagens intra-regionais para as cidades nas proximidades dos grandes polos econômicos que se formaram, como São José dos Campos e Taubaté. Contribuindo para o desenvolvimento de uma rede urbana¹ de mão única dentro da região, criando localidades receptoras de bens e serviços, não fornecendo mercadorias, e ao mesmo tempo fornecem mão de obra as cidades que estão nas posições centrais da rede urbana.

Nesse sentido, a região do Vale do Paraíba Paulista (VPP) apresenta-se como um desafio para o planejamento econômico com equidade. A existência do polo tecnológico que contribui para o desenvolvimento regional, pode vir a aumentar as diferenças intra-regionais e impedir o desenvolvimento econômico, humano e social com menor assimetria.

A região integra uma rede densa com as duas metrópoles, São Paulo e Rio de Janeiro, constituindo a megalópole brasileira e a integração do VPP constitui-se num desafio para os planejadores em decorrências das inúmeras variáveis existentes.

Dentre os desafios existentes, de ordem econômica, política e social, a educação tem relevância na constituição das três dimensões e para o planejamento do desenvolvimento regional.

Isso ocorre em função da pouca importância que a variável educação apresentou durante muito tempo no planejamento econômico, a ausência de um elemento, responsável pela formação do Capital Humano, pode comprometer o desenvolvimento, como Schultz (1973, p.35) afirma:

¹ A **Rede Urbana** é o **conjunto articulado** de cidades e grandes centros urbanos, que se integram em escalas mundial, regional e local por meio de fluxos de serviços, mercadorias, capitais, informações e recursos humanos. Essa rede estrutura-se por meio de uma hierarquia, em que as cidades menores costumam ser relativamente dependentes das cidades maiores e economicamente mais desenvolvidas. O grau de integração de uma dada rede urbana de um país é um indicativo de seu nível de desenvolvimento. Disponível em: <http://www.mundoeducacao.com/geografia/rede-urbana.htm>. Acessado em:12/05/2015

Os trabalhadores transformaram-se em capitalistas, não pela difusão da propriedade das ações da empresa (...), mas pela aquisição de conhecimentos e de capacidades que possuem valor econômico.

Segundo Font e Rufí (2006), tendo como embasamento a educação, o indivíduo se torna capaz de sustentar reprodução do trabalho qualificado, que alavanca o desenvolvimento econômico e social de uma localidade ou da região, sendo que a sua ausência dificulta alcançar o objetivo do desenvolvimento, que passa a ser um desafio na era da globalização.

A própria lógica do capital, que é concentradora, “pois os homens realizam atividades econômicas principalmente para promoverem seus próprios objetivos” (DOWNS, 1999, p. 301), passa a exigir que o Estado não se omita na regulação da economia. Embora em tempos de neoliberalismo, as políticas públicas possam ser utilizadas como instrumentos de controle da natureza concentradora do capital, contribuindo com o desenvolvimento econômico com benefícios distribuídos para todos (FONT; RUFÍ, 2006).

No atual contexto político, econômico e social, é preciso destacar que as dificuldades são estruturais e o planejamento para o desenvolvimento encontra obstáculos, devido às diferentes esferas de decisões organizacionais do país, uma vez que todas as decisões estão submetidas às lógicas e interesses desiguais. Sendo que, segundo Downs (1999), as teorias econômicas tradicionais consideram a redistribuição da renda um dever do Estado, sendo sua responsabilidade buscar remediar os males da concentração.

Para se chegar a elevação das condições socioeconômicas, a interdependência entre a esfera econômica e educacional deve ser destacada pelos setores responsáveis por planejar o desenvolvimento. Como Schumpeter (1957), afirmou que o desenvolvimento não ocorre apenas das condições econômicas anteriores, mas de todo o contexto anterior. Nesse sentido, Furtado (1998), destacou a importância da interação entre a inovação tecnológica, possibilitada pelas pesquisas, e o crescimento do mercado, sendo que o primeiro cria as condições para a expansão do segundo.

Para Santos (1994), a visão do espaço e do tempo adquire um caráter contemporâneo, os indivíduos e a educação estão sujeitos à dimensão geohistórica das técnicas para poderem produzir uma sociedade determinada, de acordo com a

predominância no tempo histórico, produzindo a quantidade de trabalho humano necessário ao progresso.

Segundo Font e Rufí (2006), as variadas atividades desenvolvidas no período da globalização levaram os lugares a aspirar o progresso no sentido dentro dessas novas características, o que coloca as instituições de nível superior no cenário de ação para se alcançar o progresso, contribuindo com as inovações tecnológicas exigidas nos novos tempos pelo capitalismo.

As condições criadas pelas universidades para fomentar a formação profissional com capacidade de se inserir nesses novos tempos de globalização, são fatores que estimularam a pesquisa que aqui se apresenta.

1.1 PROBLEMA

Interessa saber como a Educação Superior ofertada pela UNITAU está organizada para oportunizar aos estudantes as condições de formação profissional, de forma a contribuir com a oferta de material humano qualificado? A questão que se procura observar na instituição objeto do estudo, é sua participação no conjunto da Região do Vale do Paraíba Paulista no que tange a sua contribuição para as características socioeconômicas dominantes.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 OBJETIVO GERAL

Verificar como a estrutura educacional do nível superior da UNITAU, no período de 2009-2013, se organizou para ofertar, a partir de incentivos ou não, formação profissional, nos diferentes níveis da educação superior, de maneira a

atender as qualificações exigidas pelas novas formas de produção inseridas pela globalização nas relações de mercado.

1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar a oferta da educação superior na região do Vale do Paraíba.
- Verificar as ações da UNITAU para possibilitar a preparação dos alunos através da oferta de cursos para a formação e aperfeiçoamento profissional.
- Identificar os incentivos educacionais através de bolsas de estudos concedidas pela UNITAU no mesmo período.
- Verificar a qualificação dos cursos através da nota do Enade, da produção científica da UNITAU, dos grupos de pesquisa, publicações, eventos acadêmicos, teses e dissertações.

1.3 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

Segundo Schultz (1973), a região do VPP, transformada em Região Metropolitana (RM) em janeiro de 2012, como qualquer região apresenta uma orientação endógena centro-periferia com polos de atração e áreas de dispersão cujos desafios os responsáveis pelo setor de planejamento precisam e devem enfrentar objetivando uma distribuição regular da riqueza gerada. Dentre os desafios existentes, de ordem econômica, política e social, a educação tem relevância na constituição das três dimensões, por ser a responsável pela formação do capital humano, necessário a reprodução econômica.

Neste sentido é importante conhecer a estrutura da educacional ofertada pela instituição que se encontra disponível na cidade de Taubaté, região do VPP, apresentando, também, as características socioeconômicas gerais da região, bem como as necessidades de capital humano e intelectual que o quadro requer para manter o desenvolvimento.

Diante disso, a abrangência desse estudo se limita aos aspectos regionais, nas dimensões educacional e socioeconômica, que podem encaminhar para o entendimento da importância da UNITAU como instituição educacional afinada com os interesses do desenvolvimento regional.

1.4 RELEVÂNCIA DO ESTUDO

Para Scarlato (1998), a divisão do trabalho provocada pelo intenso processo de industrialização e desenvolvimento tecnológico decorrente da Revolução Técnico-científica, gerou a necessidade de inúmeras especializações profissionais que demandam das universidades a sua contribuição através da formação de capital humano.

A natureza das relações econômicas capitalistas, altamente concentradora, causa desequilíbrios econômicos e sociais no interior da região e a inserção da dimensão educacional, para a formação do capital humano, no planejamento pode contribuir para a diminuição do impacto concentrador decorrente da reprodução livre do capital.

A redução das clivagens provocadas pelo crescimento econômico decorrente da industrialização da região do VPP, bem como a manutenção de um processo contínuo de desenvolvimento econômico e social estão imbricam mercado e educação. Essa integração exigida por esse novo panorama, torna imperativo o conhecimento da dinâmica da interação entre mercado e educação.

A participação da educação superior no município de Taubaté, especificamente da Universidade de Taubaté, pode ou deve contribuir para o processo de desenvolvimento local e regional, segundo a ideia da interação. Nesse sentido, a instituição apresentar uma ação satisfatória, oportunizando para o aluno a formação do capital humano e intelectual necessários para se inseri-lo no mercado, que hoje apresenta um novo modelo de organização econômica num plano globalizado, é o torna relevante esse estudo.

Visando oferecer um banco de vagas aos seus estudantes, a UNITAU mantém uma central de estágios que possibilita a inserção destes estudantes no mercado de trabalho através de estágio e empregos.

Segundo a CPA de 2013, o foco deste departamento é a captação de vagas de empregos junto as empresas através de um cadastro no Banco de Currículos onde, somente em 2013, foram cadastradas mais de 2 mil vagas o que auxiliou 4 mil alunos e ex alunos da Universidade.

Ainda seguindo um modelo no qual a UNITAU busca a qualidade da instituição, a gestão procurou manter um gerenciamento da educação que tem como objetivo promover eventos para atestar a organização dos dados, publicação dos estudos nela produzido, através de livros, revistas científicas, entre outros.

Além dos cursos de graduação, a instituição promove programas de pós-graduação que procura atender a demanda não só da região, mas também dos demais municípios e estados, alcançando a qualificação pretendida.

Este compromisso com a qualidade da instituição com os cursos de graduação e de pós-graduação ofertados, é um alvo permanente, que são facilmente percebidos através das notas do MEC que expressam a preocupação para atender as expectativas acadêmicas e da comunidade e também pelo esforço da instituição que apoia 61 grupos de pesquisa de pós-graduação certificados.

A gestão acadêmica da UNITAU, através do Programa de Pós-Graduação (PRPPG), aderiu ao Programa Ciência sem Fronteiras do governo federal que no ano de 2010 encaminhou 1 aluno inicialmente. Nos anos subsequentes aumentou a participação de alunos no programa.

Desta forma, a instituição procura atender a missão de qualificação do seu programa, missão essa que ela se propôs cumprir junto à comunidade da região do Vale do Paraíba, contribuindo para o desenvolvimento social e da economia da sociedade.

Nessa perspectiva, a contribuição da instituição na formação da mão de obra qualificada pode ser capaz de atender as novas formas de produção a partir de programas de formação e aperfeiçoamento, que podem dinamizar a economia da região, diminuindo assim a dependência de mobilidade inter-regional da mão de obra e como elas também contribuem para a construção das territorialidades.

De outro lado, a contribuição da UNITAU pode resultar num distanciamento entre as necessidades de capital humano e o sistema de ensino superior da instituição na região – RMVPP, o que não contribui para a superação das anomias sociais existentes num panorama muito dinâmico como os metropolitanos, reproduzindo o modelo clássico da orientação centro-periferia.

1.5 ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO

O trabalho partiu de um levantamento bibliográfico conceitual e histórico realizado para fornecer o conjunto de dados e substanciar teoricamente os resultados. Essa dimensão envolveu revistas, jornais, livros especializados no tema e suas vertentes, além das Avaliações Institucionais e outros documentos da UNITAU. Nesta etapa os elementos encontrados foram sistematizados de maneira a dar sustentação ao problema da pesquisa.

Nesse sentido, o levantamento dos dados ocorreu após a revisão da literatura, em documentos oficiais da instituição, principalmente as Avaliações Institucionais de 2009 a 2013, constituindo-se numa pesquisa descritiva, as informações obtidas foram quantificadas e os dados obtidos sendo analisados indutivamente, por fim a interpretação dos fenômenos e a atribuição dos significados são básicas no processo da pesquisa dos Estudos de Caso.

Dessa premissa, houve uma preocupação com o levantamento e descrição direta do panorama do caso, a realidade apurada foi construída para ser entendida na forma que é interpretada segundo suas características. Sendo que se teve como objetivo a caracterização inicial da região onde o tema selecionado está inserido, bem como sua classificação e definição real e teórica, pois tem como objetivo ampliar generalizações, definir práticas mais amplas, estruturadas por sistemas e modelos teóricos, relacionando para enfeixar a problematização.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Crescimento e/ou Desenvolvimento Econômico

Não há a pretensão de estabelecer aqui um debate entre as teorias e propostas desenvolvimentistas, mas buscar nelas elementos que substancie a ideia da diferença entre desenvolvimento e crescimento econômico, primeiramente, para a seguir encontrar as propostas que incorporem os fatores políticos e sociais, como base ampla de sustentação para o progresso, que tenha como base distribuição de renda e qualidade de vida para a população. Dessa forma, abordam-se apenas alguns aspectos para o embasamento da ideia de crescimento econômico e de desenvolvimento que incorpora o bem-estar social.

Para Morochi e Gonçalves (1994), a posição que os economistas tradicionais (clássicos e neoclássicos) assumiram para explicar o crescimento econômico considera apenas as determinantes imediatas da produção como: i) o nível tecnológico; ii) a quantidade e qualidade da força de trabalho; iii) a quantidade e composição do estoque de capitais; e iv) a natureza das condições dos recursos naturais. Dessa perspectiva, o ritmo do crescimento depende do grau de utilização dos recursos e da taxa de aumento desses vários tipos de fatores produtivos.

Zorzal (2006) afirma, que as características do crescimento materializadas no mercado, é o produto histórico da ação do pensamento liberal, na perspectiva de um processo evolutivo incondicional. Contudo, o crescimento pressupõe que a sociedade e o mercado chegam a seu ápice juntamente, fato que só pode ocorrer numa situação de desenvolvimento econômico, quando isso é aceito naturalmente consegue-se superar as contradições e as resistências de forma espontânea.

Em seu livro, "Teoria do Desenvolvimento Econômico", Schumpeter (1957) diz que, o processo de produção que impulsiona o desenvolvimento é uma combinação de forças compostas por elementos materiais, estrutura e sistema técnico, e imaterial, capital e política. Ampliando as condições que alavancam o desenvolvimento econômico de um país. Nesse sentido, é preciso considerar outras

variáveis presentes que se interpenetram, como a qualificação da mão de obra, por exemplo.

Outra perspectiva do desenvolvimento, a defendida por Furtado (1998), se fundamenta na premissa de que o aumento do fluxo de renda seria a melhor forma de se caracterizar o desenvolvimento.

Segundo Silva, Oliveira e Araújo (2012), a renda per capita determinada pelo crescimento econômico só aumenta se ocorrer modificações estruturais na economia, acumulação de capital, inovação tecnológica e realocação dos recursos. O que pode pressupor o envolvimento de outras dimensões além da econômica como participantes do processo de desenvolvimento.

Furtado (1998) afirma que, em países onde o processo de crescimento/desenvolvimento se organizou tardiamente, não se formou uma poupança interna capaz de alavancar o processo de industrialização e a participação do Estado tornou-se peça fundamental para o crescimento/desenvolvimento.

Para Tavares (2011), Raúl Prebisch, presidente da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) já tinha previsto quando do seu estudo, Estudio económico de América Latina, de 1949, sobre a Economia Clássica, onde defendeu a ideia da orientação centro-periferia da economia liberal, que apontava ser impossível o desenvolvimento sem industrialização e planejamento estatal, que passaram a ser parte da agenda do organismo latino-americano desde então.

Moraes Neto (1989) ressalta também que a corrente de pensamento marxista parte de outras premissas para explicar o crescimento/desenvolvimento da economia. Para os marxistas, o capital industrial tem sua essência no interior da produção, uma vez que mantém sob controle o capital variável e o capital constante no processo produtivo. Nesse sentido, todo o processo de transformação econômica ocorre dentro do mercado apenas.

A partir dessas perspectivas, o capital comanda o processo de produção, através do controle dos meios de produção. Assim sendo, este controle tem domínio sobre o trabalho e, conseqüentemente, a sujeição da classe trabalhadora no processo de produção.

A natureza não produz, de um lado, possuidores de dinheiro ou de mercadorias e, do outro, meros possuidores das próprias forças de trabalho. Esta relação não tem sua origem na natureza, nem é

mesmo uma relação social que fosse comum a todos os períodos históricos. Ela é, evidentemente, o resultado de um desenvolvimento histórico anterior, o produto de muitas revoluções econômicas, do desaparecimento de toda uma série de antigas formações da produção social (MARX, 1867/20112, p.199).

Do explicitado por Marx (1867/2011), o desenvolvimento de uma economia por ser endógeno, não dependendo de outras esferas e o controle sobre as forças produtivas encaminha os trabalhadores para o treinamento necessário ao cumprimento das tarefas da produção.

Segundo Furtado (1998), o modelo capitalista de crescimento e desenvolvimento se fundamenta na interação de dois processos: a inovação tecnológica, que aumenta a produtividade, e na expansão do mercado, que cresce com a massa de salários. Relação que segue, segundo o autor, a orientação centro-periferia, que no plano regional e intrarregional provoca concentração nos polos mais dinâmicos. A hierarquia que o urbano estabelece no território cria desigualdades que a natureza do sistema econômico aprofunda e exige a ação política do Estado para amenizar as desigualdades sistêmicas.

De acordo com França, Vaz e Silva (2002) há entendimentos, no âmbito do Estado e da sociedade, de que para a promoção do desenvolvimento é preciso levar em conta que ele é um processo de múltiplas dimensões, que deve integrar as esferas econômica, social, política, ambiental e cultural de forma indissociável.

Segundo Gastaldi (2005), o planejamento do desenvolvimento exige um programa abrangente, que inclua as dimensões socioeconômicas do país, o que quer dizer: envolver também a esfera educacional como fundamento para evitar desperdícios de produtividade. Tentando equilibrar as atividades econômicas e as consequências sociais da natureza sistêmica do capitalismo.

Santos (2004), afirma que na era da globalização o controle do Estado sobre o processo de crescimento/desenvolvimento escapa a sua ação reguladora, porque se apoia no mercado externo para crescer. Na região de estudo pode-se observar diferenças que tornam o espaço regional assimétrico apesar da ação do Estado no sentido de produzir um espaço mais equilibrado.

Ainda segundo Santos (2004), durante o período da mundialização do capital, o sucesso no mercado é possível às empresas que priorizam o conhecimento, transformando-se em organizações com interesses nas ações educativas.

² A data refere ao ano de publicação da obra original.

Investimentos para esse recurso essencial tornaram-se mais prioritário que o financeiro, deixando de ser considerado como despesa.

Para Silva (2007), numa parceria público-privada assentada na origem da organização da sociedade moderna liberal, o Estado, através de políticas públicas educacionais prioriza o ensino voltado e organizado para o trabalho produtivo. O objetivo é alcançar o aprimoramento da capacidade profissional na busca do desenvolvimento sustentável da economia globalizada e à integração da sociedade mediante as atribuições que seriam de responsabilidade do Estado.

Há uma estreita relação entre as novas concepções de uma governança eficiente do Estado, com o mercado e a sociedade civil. Assim como, o Estado propala a sua própria reforma modernizadora, divulga também, para os demais setores da sociedade, a mesma recomendação. Esse processo refere-se a uma rearticulação do capital, pois o mesmo impõe mudanças para além da esfera econômica, mas que representam sustentáculos para a regulação econômica. Desta forma, o Estado estabelece uma relação denominada estrategicamente de parceria com as esferas sociais na qual promove mudanças na administração das mesmas (SILVA, 2007, p. 6).

A associação entre o capital e o Estado permite que as prioridades do primeiro se materializem através das políticas públicas e encaminhe o sistema educacional para atender seus objetivos.

Assim, pode-se pensar que:

Os elementos observados em diversas experiências analisadas – como o protagonismo local, a articulação entre organização e conhecimento, o fomento ao empreendedorismo integrado a redes e cadeias produtivas, a criação de novos espaços públicos de decisão e gestão, a mudança da cultura política, entre outros fatores – adquirem grande relevância em um processo de desenvolvimento local (FRANÇA; VAZ; SILVA, 2002, p. 08)

Na perspectiva do Estado-nação, na sua forma atual, é uma entidade necessária para a promoção ou a indução do desenvolvimento. Ou seja, nesse campo existem ações que precisam ser feitas e que não podem ser pelo Estado, senão, em alguns casos, pelo mercado e, em outros, pela sociedade civil ou, ainda, por parcerias interssetoriais entre Estado e mercado, Estado e sociedade civil, mercado, sociedade civil e Estado, mercado e sociedade civil. Ou, segundo Offe (1991, apud BRESSER PEREIRA et al, 1991, p. 15), existem ações que devem ser

feitas pelo Estado, pelo mercado e pela comunidade ou por combinações desses “três fundamentos da ordem social, e em uma mistura que consiga evitar que cada um deles se sobreponha aos outros e os elimine”.

Nessa linha de pensamento, os autores Silva et al (2012), afirmam que o modelo de desenvolvimento cria um espaço diferenciado, sendo dos países desenvolvidos e outro dos subdesenvolvidos, onde o crescimento se dá de forma desigual. Ao enfrentar essa desigualdade os Estados devem agir por meio de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento, porém estas não devem favorecer o utilitarismo, pois este dificulta as ações de desenvolvimento. Para se elevar o nível de vida da população não são somente os bens materiais suficientes para isso, todas as potencialidades das forças produtivas devem ser exploradas.

Fica evidente até aqui, que olhar o processo de transformação apenas pela perspectiva do mercado enfraquece a análise, pois este redundando em crescimento, que atualmente perde força conceitual a favor da ideia de desenvolvimento que congrega diferentes fatores articulados para alavancar as mudanças socioeconômicas.

O desenvolvimento, segundo Sen (2010), não pode ser analisado apenas sob o viés restritivo do crescimento do PIB e da renda e para demonstrar isso são lançados alguns exemplos que põem em cheque a eficácia de uma análise realizada sob estes moldes, ao mesmo tempo em que ilustram a teoria do desenvolvimento como liberdade.

Para Sen (2010, pág. 18),

o que as pessoas conseguem realizar é influenciado por oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais e por condições habilitadoras, como boa saúde, educação básica e incentivo e aperfeiçoamento de iniciativas.

Para Clemente e Higachi (2000), entende-se que existe uma diferença na utilização dos dois termos, crescimento e/ou desenvolvimento econômico, no qual, crescimento econômico refere-se apenas as questões relativas à produção e a renda, enquanto desenvolvimento econômico, considera as condições de vida da população como um todo, incluindo, além da renda e da produção, mas também entende serem interdependentes as esferas sócio-política, cultural e econômica.

2.1.1 Região e desenvolvimento econômico

O espaço regional se caracteriza pela existência de uma identidade comum das unidades e, segundo Clemente e Higachi (2000), tem origem nas atividades econômicas desenvolvidas pelas comunidades. Para os autores, as relações estabelecidas entre os homens para a reprodução da subsistência criam os espaços econômicos e esses possuem características que Perroux (1969 apud CLEMENTE) definiu em três diferentes conceitos de espaço econômico, o de planejamento, o polarizado e o homogêneo.

De acordo com Clemente e Higachi (2000), o espaço de planejamento é uma região delimitada onde prevalece a ação organizadora do poder público. O espaço polarizado, é o que possui um polo que concentra uma série de atividades dos setores secundário e terciário, que esvazia economicamente as localidades circunvizinhas. O espaço homogêneo, de outro lado, se caracteriza pela existência de especificidades e/ou especialidades, sendo regiões menores, formando, em alguns casos sub-regiões.

Para Wittmann e Ramos (2004), o novo regionalismo defende tese da existência de duas perspectivas analíticas, a globalista e a regionalista. Os primeiros defendem a ideia da competição perfeita entre as localidades, a mudança desse quadro é contida pela ameaça da saída do capital da região. Para os defensores do regionalismo, a possibilidade de ação decorrente das estruturas existentes influenciarem no desenvolvimento, é garantida pelas especificadas locais.

Segundo Tavares (2011), outro debate que surgiu em meados da década de 1950, apresentado por Celso Furtado, na obra “A Formação econômica do Brasil”, de 1959, se refere a questão do espaço como elemento crucial para o desenvolvimento, o que levou o autor a apresentar a ideia de “manchas econômicas” como precursoras das regiões econômicas e dos desequilíbrios, reforçando a tese da ação estatal no planejamento e desenvolvimento regional.

Na visão de Correa (1996), a partir desse contexto, abordar a região em seu conteúdo político, ou seja, no papel da dominação e do poder, dentro da sociedade é o fator primordial para a existência da regionalização e das diferenças intra e extra regional. Sendo assim, a região desempenha um papel importante na produção e reprodução das relações econômicas e sociais. A política da região com base na

ideia de dominação e poder constituindo fatores fundamentais na diferenciação de áreas.

A produção de um espaço, o território nacional, espaço físico, balizado, modificado, transformado pelas redes, circuitos e fluxos que aí se instalam: rodovias, canais, estradas de ferro, circuitos comerciais e bancários, autoestradas e rotas aéreas, etc. O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, releva relações marcadas pelo poder. O espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si. (RAFFESTIN 1993, p. 45)

Segundo Tavares (2011), as concentrações econômicas decorrentes das estruturas espaciais que favorecem algumas regiões em detrimento de outras, acabaram por gerar a necessidade dos governos criarem políticas públicas de desenvolvimento regional em escala nacional para reduzir as disparidades.

Nessa concepção, Fiori (2009) afirma que o campo de análise do espaço econômico implica na presença do Estado não se limitando a busca de ordenamento territorial. Segundo os keynesianos a possibilidade e a eficácia da intervenção corretiva do Estado no mundo econômico permitem um dinamismo econômico maior. Os keynesianos trabalham com a mesma ideia de um Estado homogêneo e externo ao mundo econômico que, no caso, é capaz de formular políticas econômicas sábias e eficazes para o desenvolvimento econômico.

Cabe aqui ressaltar que, de acordo com Santos (2004), os novos sistemas globais de governança se inserem na região e por serem realmente novos, deverão ser frutos de novos arranjos de atores, de uma nova arquitetura de rede e de novos modos democráticos, conectando identidades individuais e coletivas – sócio territorial (comunidades), sociocultural (novos movimentos sociais, organizações da sociedade civil e comunidades virtuais), sócio produtivo (novas empresas) e sócio-políticos (novos partidos) e tendências para além da identidade única do Estado-nação.

Para Santos (2004), é necessário identificar as insuficiências ou inadequações do Estado-nação para tentar prever que tipo de transformação ocorrerá na sua estrutura e no seu funcionamento por força do processo de mundialização atual e como ele se materializa na região promovendo distorções ou ajustes que buscam uma simetria na distribuição da renda.

Já Iglioni (2001), na mesma linha de raciocínio, diz que as intervenções estatais podem estimular através do aproveitamento das condições estruturais locais

o estabelecimento de clusters tecnológicos, propiciando, através de políticas públicas para a produção de conhecimento tecnológico por instituições de pesquisas, que formem alianças com as firmas num relacionamento de interdependência.

Segundo Clemente e Higachi (2000), os lugares econômicos seguem uma lógica hierárquica que está relacionada a rede de interdependência que favorece de forma natural a centralização, com uma cidade polarizando as demais do entorno. Já para Santos (1999), desenvolvimento diferenciado da produção sobre o espaço, maximiza vantagens localizacionais que dão ganhos comparativos para os municípios polarizadores.

Coutinho e Reichstul (1977) afirmam que, para se elaborar o planejamento regional deve-se constituir uma política de desenvolvimento onde Estado pode encontrar alguns obstáculos fundamentais em face da sua inépcia para:

i) ordenar o quadro macroeconômico, impondo um mínimo de estabilidade monetária e de preços;

ii) desenvolver e articular as condições sistêmicas de competitividade. Isso não supõe se priorizar a ação do Estado na economia, mas o contrário, ele deve atuar como regulador das regras do mercado garantindo a acumulação de capital.

2.1.2 A Formação do Capital Humano e Social

Um dos fatores que influenciam o desenvolvimento econômico é a qualidade da força de trabalho disponível em qualquer região que pretenda empreender a transformação econômica. Neste sentido, a formação da classe trabalhadora está vinculada a disponibilidade da oferta de instituições educacionais que tenham um quadro de cursos e programas de acesso que possibilitem a preparação qualificada da mão de obra.

A formação do trabalhador é um assunto discutido a mais de cinquenta anos, quando Schultz (1973), colocou a questão da educação como fundamental para se alcançar o desenvolvimento econômico, definindo a acumulação de conhecimento como o capital humano que a mão de obra disponibiliza no mercado.

Analisar o tema da educação como fator de desenvolvimento, no entanto, implica em muitos desdobramentos e ramificações, não sendo possível na delimitação deste estudo de caso, a análise será feita em linhas gerais amparada pelas definições de Schultz (1973).

Assim, a partir desse recorte, pode-se observar a educação como investimento, sendo os esforços para a qualificação por meio da educação um dos importantes meios para a ampliação da produtividade econômica.

Segundo Schultz (1973), a boa preparação para o trabalho colabora para o aumento da taxa de lucro do capital. Aplicado no campo educacional, a teoria da capital humano e sua concepção tecnicista disseminou a ideia do desenvolvimento econômico vinculado a necessidade do indivíduo de se educar para conseguir mais oportunidades no mercado e desenvolver-se como pessoa humana.

Para Schultz (1973), o conhecimento como valor, fez com que o capital humano saísse do âmbito individual ganhando o sentido de inserção social, do emprego e do desempenho profissional e fez da educação um valor econômico legitimando a ideia de que a educação é um investimento determinado pelos critérios capitalistas, sendo indispensável para o desenvolvimento econômico e do fator humano.

Castro (1976) afirma que, a educação isoladamente não é capaz de alavancar o desenvolvimento econômico, existindo também, um fator de reversibilidade, onde o desenvolvimento é o gerador de educação. No entanto, afirma ser a educação superior muito importante para a formação do capital humano e do status social que o indivíduo pode alcançar, embora apresente menor reversibilidade que os demais níveis de formação, sem, entretanto, desqualificar os níveis básicos no desenvolvimento como um todo.

Ao considerar-se o desenvolvimento qualquer região a necessidade de capital humano, busca-se o conceito que surgiu na década de 1940 e foi divulgado no Brasil a partir dos anos 1960. Sendo que o capital humano é formado pelas pessoas que trabalham em uma organização, que possuem talentos e qualidades que precisam ser preservados e desenvolvidos, aprimorando o capital intelectual (OLIVEIRA et al, 2006).

A partir dos anos 1970, o capital humano passou a ser visto como pressuposto do crescimento econômico, sendo um ativo muito valioso para as empresas. Entre as estratégias implementadas pelas regiões mais dinâmicas para o

desenvolvimento, os núcleos de educação superior de excelência acabaram sendo instalados para abastecer o centro tecnológico em formação (OLIVEIRA et al, 2006).

Outra percepção sobre a questão do capital humano, segundo Echevarría (1974), é a de que as conexões entre educação e desenvolvimento econômico se aplicam na demanda por quadros profissionais, onde se torna impossível ampliar a atividade econômica mais complexa sem um quadro profissional de especialistas com o mais alto grau de formação intelectual. Isso implica numa educação como instrumento de oferta acertada com as projeções dos sistemas ocupacionais.

Embora essa associação esteja na natureza do sistema, portanto com objetivos comuns, ela sofre fortes críticas principalmente quando o tema envolve a educação superior, como apresentou Castro (1976).

Pode-se observar que a Teoria do Capital Humano que tanto influencia o sistema econômico moderno, desenvolvida por Schultz, vem sendo incapaz de explicá-lo na totalidade, segundo o pensamento de Bourdieu (2005), a teoria ortodoxa econômica não considera outros fatores que influencia a formação do capital humano, considera as escolhas individuais que operam segundo a tradição social e não sob as estruturas dominantes, sendo assim, o homem como um ser capaz de fazer escolhas livres das pressões do sistema econômico capitalista.

Mas para Schultz (1973, p. 58), os pressupostos são vitais para a reprodução do sistema:

Entende-se que a educação é uma das fontes principais do crescimento econômico depois de ajustarem-se as diferenças nas capacidades inatas e características associadas que afetam os rendimentos, independentemente da educação.

Com relação à educação, Schultz (1973, p. 18) assim conceitua sua importância dentro do cenário social:

Revelar ou extrair de uma pessoa algo potencial e latente; significa aperfeiçoar uma pessoa, moral e mentalmente, de maneira a torná-la suscetível de escolhas individuais e sociais, e capaz de agir em consonância; significa prepará-la para uma profissão, por meio de instrução sistemática.

Diante dessas proposições, é imperativo observar as assertivas cooperativas e conflitantes na relação entre a educação e o mundo do trabalho na região do estudo, para que se possa perceber a pureza dos objetivos e as variáveis

intervenientes que podem explicar os fatores que influenciam a formação do capital humano.

O arcabouço teórico discutido anteriormente visa sustentar a ideia do desenvolvimento e sua relação com a educação no contexto de uma região, que pode ser definido como:

i) o aumento da riqueza per capita (PIB/População), conduzindo a uma maior qualidade de vida para os seus habitantes;

ii) o aumento da riqueza de uma região depende de vários fatores ou seja: a) capital natural (terra, água, minérios, e outros recursos naturais); b) capital físico (máquinas, prédios, obras públicas); c) capital humano (escolaridade da sua população) e d) capital social (famílias, comunidades e várias organizações que compõem a sociedade).

Nesse sentido, o potencial humano para alicerçar o desenvolvimento deve ser explorado por estruturas educacionais, curriculares e espaciais, e por políticas públicas regionais e locais capazes de amparar o desenvolvimento do capital humano e social disponível na região.

Assim sendo, a disposição das autoridades locais de levar adiante o processo de formação não pode prescindir da política harmônica que aproxima mercado e educação nas localidades que compõe uma determinada região.

2.2 A interação entre economia e educação no Brasil

Atualmente, há reconhecimento político e social do papel do ensino superior no desenvolvimento econômico da sociedade. Nesse sentido, para Couto (1999), a atuação das Instituições de Ensino Superior (IES), marca sua presença pela capacidade de atuar em áreas fundamentais para o desenvolvimento nacional e regional, principalmente na área de inovação tecnológica, do empreendedorismo, da transferência de tecnologia e de conhecimento e do desenvolvimento de mecanismos que conduzam a transformação e reforço da cooperação e desenvolvimento de redes que envolvem a educação e o mercado.

De acordo com Wittmann, Dotto e Boff (2004), a globalização inseriu novas práticas econômicas que subordinou a sociedade ao paradigma do conhecimento,

principalmente quando se considera que hoje prevalece o fator da competitividade no mercado devido as tecnologias e inovações que emergem. Essas inovações e tecnologias emanam dos ambientes universitários e dos centros de pesquisas formadores do capital mundo necessário ao enfrentamento competitivo que o mercado exige.

Segundo o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador - PLANFOR (1996), o reconhecimento do novo momento econômico, novas formas produtivas e a diminuição da oferta de postos de trabalho, por parte do governo brasileiro, se materializou em medidas que visavam a preparação/qualificação da mão de obra, ou constituição de capital humano, ocasionaram dois fatos formativos diferentes.

Primeiramente, de acordo com Santos e Freitas (2010) foram elaboradas políticas públicas que tinham como objetivo preparar o trabalhador mais suscetível a ser excluído do mercado, com a criação do Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador.

O outro fato, está relacionado a necessidade de maior qualificação da mão de obra, com a instituição do Plano Nacional de Qualificação (PNQ 2003-2007), mas que não sendo acompanhado do aumento da oferta de vagas nas universidades públicas, ocasionou um aumento no número de instituições de ensino superior de natureza privada, que provocou um aumento de vagas de 338,7%, no período compreendido entre 1997 e 2007.

Para Couto (1999), a realidade política e econômica permitiu o crescimento do ensino superior e as redes de estabelecimentos se expandiram e se instalaram em áreas que puderam contribuir para as transformações regionais, desencadeando uma força motriz para o desenvolvimento socioeconômico.

Assim, o papel que as Instituições de Ensino Superior (IES) desempenham no desenvolvimento regional e na diminuição das disparidades econômicas e sociais, mostram formas de interação entre estas IES e as restantes entidades regionais, revelando-se como um elemento de desenvolvimento regional impulsionador de relações de cooperação que visam a superação das disparidades.

Segundo Aranha (1998), o desenvolvimento da economia brasileira como um todo, tem relação direta com a educação superior sendo impulsionada pelas ações governamentais.

Embora, historicamente o Brasil não tenha investido na educação devido a sua economia ser agrária, característica que obstruiu o desenvolvimento de

tecnologia e por isso poucas faculdades foram abertas até os anos 1970. Como pode-se observar, ocorria um domínio dos cursos das áreas de humanidades e biológicas em detrimento da área tecnológica. Além disso, o caráter propedêutico da educação dificultava a interação com a economia e o mercado se desenvolveu a partir da ideia de crescimento econômico apenas.

Na atualidade, a educação brasileira apresenta alguns aspectos característicos, formação profissional, que influenciam o desenvolvimento econômico e isso se deve diretamente as políticas públicas que organizam este setor. Segundo Souza (2012, p.11),

A tipologia do desenvolvimento econômico brasileiro corrobora as características da educação superior, principalmente no que se diz respeito ao modo que se deu a acumulação do excedente em nosso país, devido ao caráter elitista que apresenta e que proporcionou o subdesenvolvimento e as grandes disparidades sociais provenientes do mesmo. A estratificação social proporcionada pela concentração de renda na mão de poucos engendrou um processo educacional que desfavorece as camadas básicas da sociedade.

Igliori (2001) afirma que a influência do sucesso econômico dos distritos industriais europeus influenciou fortemente as economias em desenvolvimento, principalmente na América Latina, onde a instalação de clusters avançados para implementar o desenvolvimento regional e nacional se disseminou em vários países através da articulação do Estado.

Segundo Couto (1999), a partir dessa premissa, o Estado brasileiro teve papel fundamental na reorientação da educação superior e no desenvolvimento tecnológico e regional, através da associação a partir de políticas de incentivo, que culminaram com a formação dos chamados tecnólogos, que diminuí o tempo de formação da mão de obra qualificada para o mercado.

O reconhecimento do papel da universidade como um instrumento de transformação social, desenvolvimento sustentável e inserção do país, de forma competente, no cenário internacional, mobilizou os movimentos reivindicatórios de expansão da educação superior pública e gratuita (BRASIL, 2012).

A elitização do acesso à educação superior passou a ser fortemente questionada e apontada como uma das formas de exclusão social. Percebeu-se então que a superação dessa situação discriminatória somente ocorreria por meio da ampliação das oportunidades de acesso à educação superior (BRASIL, 2012).

Em 2001, para dar cumprimento ao disposto na Constituição, foi elaborado o Plano Nacional de Educação – PNE (2001-2010), fixando metas que exigiam um aumento considerável dos investimentos nessa área, além de metas que buscavam a ampliação do número de estudantes atendidos em todos os níveis da educação superior (BRASIL, 2012).

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), criado pelo Decreto nº6.096/2007, tinha como objetivo principal criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação presencial, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais. Como também havia a possibilidade da criação de novos campus para o interior do país, de acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) das universidades (BRASIL, 2012).

Nesse contexto foram estabelecidos, nos últimos 10 anos, os programas de expansão do ensino superior federal, cuja primeira fase, denominada de Expansão I, compreendeu o período de 2003 a 2007 e teve como principal meta interiorizar o ensino superior público federal, o qual contava até o ano de 2002 com 45 universidades federais e 148 campi/unidades (INEP, 2013).

Ao definir como um dos seus objetivos prover as universidades das condições necessárias para ampliação do acesso e permanência na educação superior, o REUNI congregou esforços para a consolidação de uma política nacional de expansão da educação superior pública, em atendimento ao disposto pelo Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/2001), que estabeleceu o provimento da oferta da educação superior para pelo menos 30% dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos, até o final da década (BRASIL, 2012).

É importante ressaltar que o REUNI é resultante da tentativa do governo de atender às reivindicações e anseios de diversas entidades da sociedade civil pela ampliação de oferta de vagas no ensino superior federal.

Porém, sua incapacidade de atender as reivindicações acabou por favorecer as instituições privadas, como visto anteriormente, que ofertou um número crescente de vagas favorecidas, também, por políticas públicas, como: Pro Uni e Fies.

2.2.1 A oferta do Capital Humano pela Educação Superior nacional

A globalização e a Revolução Técnico-Científica vem impondo transformações que afetam a sociedade como um todo, pois tem na sua base o conhecimento. A nova realidade apresenta mudanças rápidas devido as inovações tecnológicas inseridas pelo conhecimento, tornando cada vez mais competitivo o mercado.

Isso vem afetando as instituições de ensino superior, uma vez que elas adquiriram um novo papel junto a sociedade, o as levou a rever seus objetivos e a disponibilizar através de investimentos cada vez maiores para ofertar educação (BOSI et al, 2000).

Diante desse novo cenário, o ensino superior nas últimas décadas apresentou um aumento do número de instituições e de matrículas, o que mostrou uma preocupação das políticas de desenvolvimento no sentido de melhorar a qualificação da mão de obra brasileira.

Com implantação de uma nova política de fomento à inovação, em 1999, a introdução de uma nova política industrial, cuja meta é buscar maior produtividade, e com isso alcançar maior participação na competição global e nacional de comércio, através da sintonia entre Educação Superior e empresa que a Lei da Inovação (Lei nº 10973/2004) e a da Lei do Bem, de 2005, buscou incentivar.

As instituições de ensino superior passaram a adotar uma nova postura em relação a oferta de cursos e vagas, contudo, problemas gerenciais e legais do Estado não alavancaram o fomento para pesquisa e desenvolvimento, que permaneceu aquém do desejado, cujos parâmetros são os países OCDE, onde os índices devem estar em torno da média de 2,3%, ficando em torno do 1,3%, em 2005 (IPEA, 2009).

Mesmo assim, como pode-se observar na Figura 1 a seguir, as instituições de ensino superior no Brasil presentes em todas as regiões do país em significativos números, constituem a base para impulsionar a produção de conhecimento, se os recursos necessários a produção de ciência e tecnologia alcançarem o percentual médio de 2% esperado se aproximando da média da OCDE (IPEA, 2009).



Figura 1 – Instituições de Ensino Superior
Fonte: INEP 2012

Observa-se, na figura que a região sudeste, conhecida como a mais dinâmica do país, é onde se concentra o maior número de instituições de nível superior, 48,77% das IES, sendo a região que promove um desenvolvimento high tech baseado no conhecimento de fronteira produzido nas universidades, de acordo com Arbix (2006).

No entanto, as políticas de desenvolvimento ainda esbarram em problemas estruturais no país, segundo Arbix (2010, p.81),

Cerca de 3% das empresas que inovam no Brasil desenvolvem alguma cooperação com as universidades. Em média, cerca de 10% das empresas dos países avançados mantêm algum programa de cooperação com a academia. Na Finlândia, esse indicador supera os 35%.

Dessa perspectiva, Arbix (2006), afirma que o número de IES não representou uma forte influência da educação superior no desenvolvimento do país. Quando se observa o indicador de produtividade do brasileiro, em 1980, a produtividade média era de 35% da produtividade do norte-americano, em 2002, caiu para 24%, enquanto alguns países do leste asiático desenvolveram aprendizado tecnológico, criando condições para aumentar o nível de desenvolvimento.

Não é só a interação no planejamento entre a economia e o setor da educação superior que alavanca o progresso, é necessário aprimorar os marcos regulatórios e os mecanismos de certificação, é preciso estimular a articulação entre institutos de pesquisa e empresas.

Mesmo com todos os contratempos provocados pela instabilidade econômica, o ensino superior brasileiro apresentou um crescimento da formação de capital humano qualificado, a produção de artigos científicos, conforme pode-se observar na Figura 2, apresentou um forte crescimento em publicações indexadas (FAPESP, 2011).

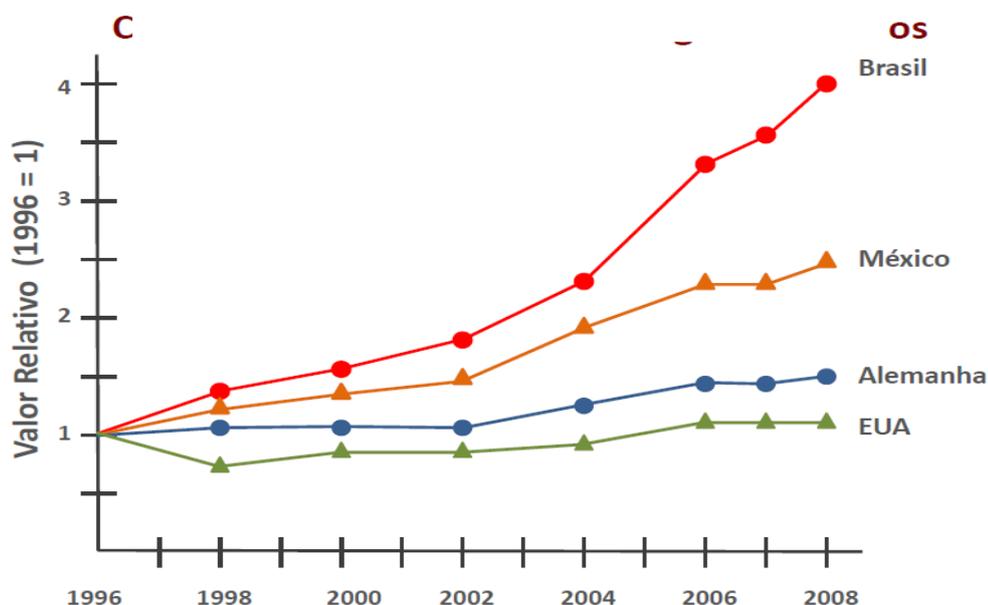


Figura 2 – Número de artigos científicos publicados
Fonte: FAPESP, 2011

Segundo o INEP (2012), a expansão deve-se a atuação das IES que oferecem mais vagas e melhor qualificação, mas mesmo assim, as instituições enfrentam o desafio do fortalecimento da relação universidades e empresas. Com o aumento da oferta de vagas no ensino superior das áreas tecnológicas.

Tabela 1 – Porcentagens de matrículas e concluintes nas IES

Área geral do conhecimento	Matrículas
Ciências Sociais, Negócios e Direito	41,6%
Educação	20,2%
Saúde e Bem-Estar Social	13,9%
Engenharia, Produção e Construção	11,3%
Ciências, Matemática e Computação	6,3%
Agricultura e Veterinária	2,3%
Humanidades e Artes	2,3%
Serviços	2,1%
Total	100%

Fonte: MEC/INEP. Nota Inclui área básica de ingresso, 2012

Como se observa na Tabela 1, não há uma muita discrepância entre o percentual de ingressantes e de concluintes nas várias áreas do conhecimento, destacando ainda, que do total de alunos que procuram esse nível de ensino, 61,8% se ingressam nas áreas de ciências sociais e educação e apenas 38,2% nas demais áreas que concentram maior tecnologia.

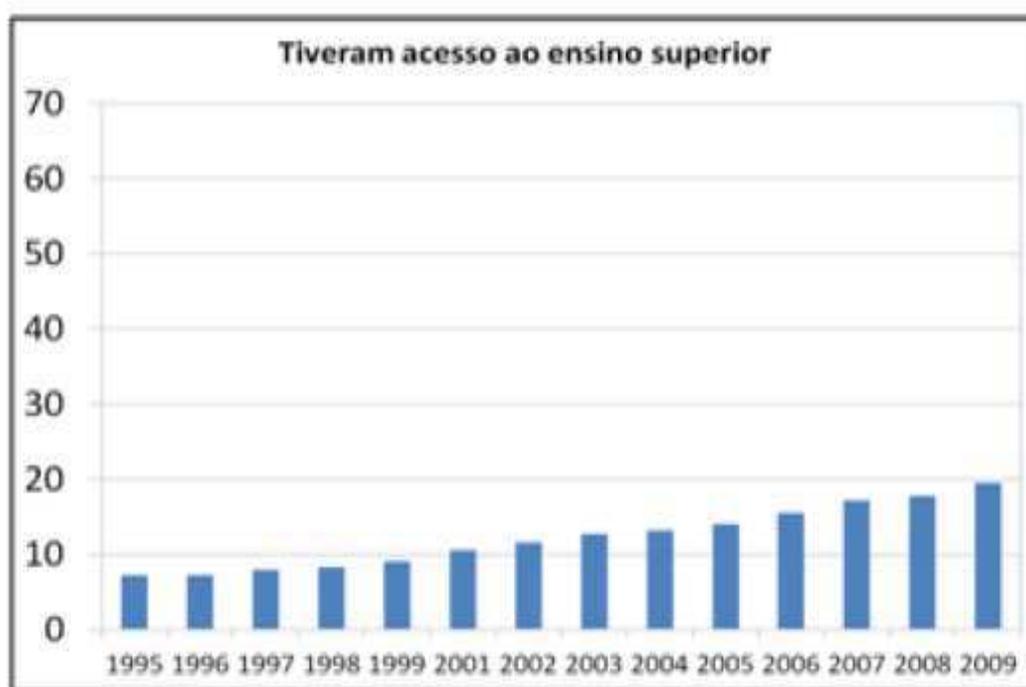


Figura 3 – Oferta de vagas no Ensino Superior
Fonte: IBGE, 2009

Na Figura 3 observa-se o aumento da oferta de vagas no ensino superior vem dirimir qualquer tipo de pessimismo com relação a importância da educação como dimensão do desenvolvimento.

Pode-se observar na Tabela 2, a relação ingresso/egresso, fato que ainda pode suscitar muitas dúvidas com relação a efetividade da educação superior alavancar o desenvolvimento.

Outra questão estratégica, o número de egressos, para atender a demanda do mercado em desenvolvimento, ainda é pequeno, do total de ingressantes de 6.739.689 (100%), apenas 1.016.713 (15,08%) concluem o ensino superior nas duas modalidades de ensino oferecida.

Tabela 2 – Matrículas e ingressantes nas IES. Número e Percentual de Matrículas, Ingressos (todas as Formas e por Processo Seletivo) e Concluintes de Graduação, segundo a Modalidade de Ensino, e Respective Totais Absolutos para a Graduação Presencial

Modalidade	Matrículas	Ingressos			Concluintes
		Total	Processo Seletivo	Outras Formas	
Presencial	85,3%	81,6%	80,6%	90,1%	85,1%
A Distância	14,7%	18,4%	19,4%	9,9%	14,9%
Total de alunos	6.739.689	2.346.695	2.093.368	253.327	1.016.713

Fonte: MEC/INEP, 2011

Na Figura 4, se observa que a maior parte dos egressos das instituições de ensino superior são oriundos das universidades e faculdades privadas, pois estas são em maior quantidade e possuem um número maior de alunos.

Há menor participação da educação pública na formação de capital humano no país. As instituições particulares são mais sensíveis aos interesses do mercado do que as públicas e isso lhes dá maior flexibilidade.

No caso em estudo, a instituição é de natureza pública, porém é mantida com a mensalidade dos alunos, muito embora possua uma série de programas de apoio e estímulo para os estudantes, ela continua sendo parte de um pequeno grupo de instituições que possuem essa característica.

Por isso, a UNITAU deve ser observada como um caso particular que pode servir como tema de estudo também, mas que não é pertinente ao recorte que se propôs a discorrer neste trabalho.

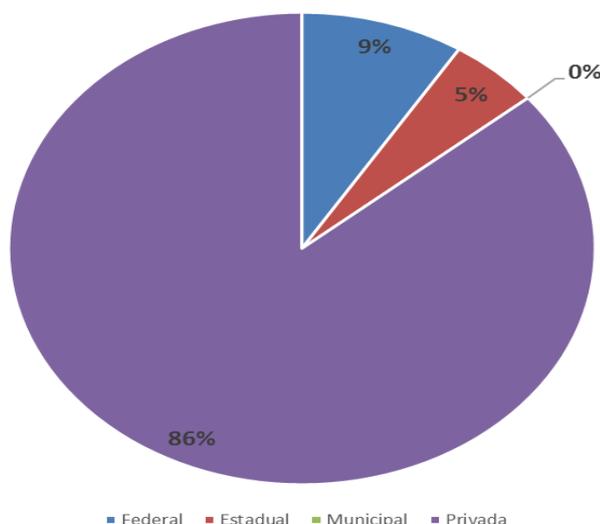


Figura 4 – Distribuição das IES segundo a categoria
Fonte: INEP, 2012

A Tabela 3 mostra outro aspecto importante, a proporção de alunos vinculados ao ensino superior por categoria administrativa que nos dá um panorama dos ingressos e concluintes do Ensino de Graduação entre os períodos de 2010 a 2011.

Pode-se verificar no período estudado, qual a proporção de egresso em relação ao percentual de número de ingressantes nas instituições de ensino superior envolvendo as diferentes naturezas administrativas.

Ressalta-se, também, que as formas de ingresso nas diferentes instituições são diferentes, passando de processos seletivos com graus de dificuldade variável, exames vestibulares e Enem, bem como os processos avaliativos durante os cursos de ensino médio.

Tabela 3 - Número e Percentual de Matrículas, Ingressos (todas as Formas e por Processo Seletivo) e Concluintes de Graduação (Presenciais e a Distância), segundo a Categoria Administrativa – Brasil – 2010-2011

Categ. Adm.	Matrículas		Ingressos		Por Processo Seletivo		Outras Formas		Concluintes	
	Total (Mil)	%	Total (Mil)	%	Total (Mil)	%	Total (Mil)	%	Total (Mil)	%
Presencial										
Pública	6.379	100%	2.182	100%	1.922	100%	260	100%	9.739	100%
Federal	939	15%	303	14%	280	15%	23	9%	100	10%
Estadual	601	9%	141	7%	135	7%	6	2%	73	7%
Municipal	104	2%	32	2%	28	2%	4	2%	18	2%
Privada	4.736	74%	1.706	78%	1.479	77%	227	88%	783	80%
Total	6.740	100%	2.347	100%	2.093	100%	253	100%	1.017	100%
Distância										
Pública	1.773	26%	491	21%	458	22%	33	13%	218	22%
Federal	1.033	15%	309	13%	286	14%	23	9%	111	11%
Estadual	619	9%	146	6%	140	7%	6	2%	88	9%
Municipal	121	2%	36	2%	32	2%	4	2%	19	2%
Privada	4.966	74%	1.856	79%	1.636	78%	220	87%	798	79%
Total	8.513	100%	2.937	100%	2.551	100%	286	100%	1.235	100%

Fonte: INEP, 2011

A maior participação do ensino privado na educação superior afeta a interação universidade-mercado, devido a menor incidência de relações o mercado e as instituições privadas decorrente dos menores investimentos em pesquisas, provocando uma inflação de egressos em algumas áreas profissionais, o que afeta a posição brasileira no ranking da produção científica mundial (MEC, 2011).

É o que se observa na figura 5, onde aparecem os resultados da produção científica no Brasil, que embora não tenham uma colocação significativa no ranking mundial, coloca o país na primeira posição na América Latina, sendo que esses resultados podem contribuir com o setor econômico, principalmente no setor de maior valor agregado.

Segundo a FAPESP (2011), esse fato garante a existência de energia potencial acadêmica além da importância do nível educacional superior para impulsionar o crescimento e o desenvolvimento.

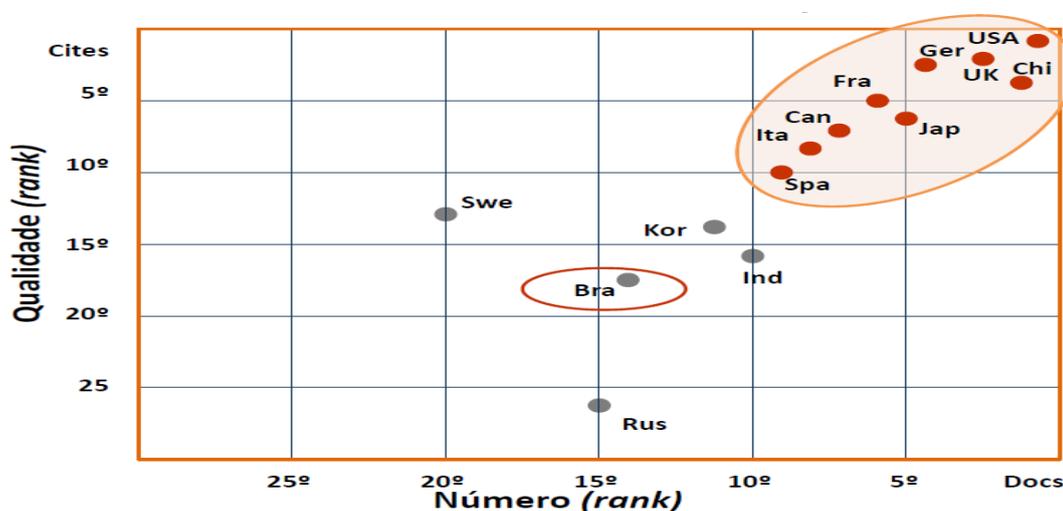


Figura 5 - Ranking da produção de artigos científicos
Fonte: FAPESP, 2011

Conforme apontado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996),

Além da participação de produtos inovadores e de alta tecnologia na matriz de exportações, outros dados, como a produção científica e o número de mestres, doutores e instituições de ensino, permitem avaliar a situação de um país em relação ao potencial de inovação. As publicações científicas e o número de estudantes, mestres e doutores são meios de avaliar o sistema acadêmico. Em franca evolução, a situação do Brasil nesses quesitos permite imaginar que existe uma base no país para, caso haja parceria com a indústria, deslançar um período de inovação tecnológica. Em 2008, 30.415 artigos e outros tipos de publicações científicas foram divulgados por brasileiros trabalhando no Brasil em revistas de circulação internacional cadastradas pelo Institute for Scientific Information (ISI). Foi um salto importante em relação aos cerca de 20 mil publicados em 2007. (BRASIL, 2012)

No entanto, convém ver a Figura 6, para se observar como se encontra a participação na produção científica no nível latino-americano e mundial.

É possível observar que ocorreu um crescimento da produção científica no Brasil, contudo há um longo caminho para que o ensino superior brasileiro possa contribuir de forma efetiva e, por consequência, melhorar as condições socioeconômicas da população, uma vez que o percentual da produção científica é baixo em comparado ao nível mundial.

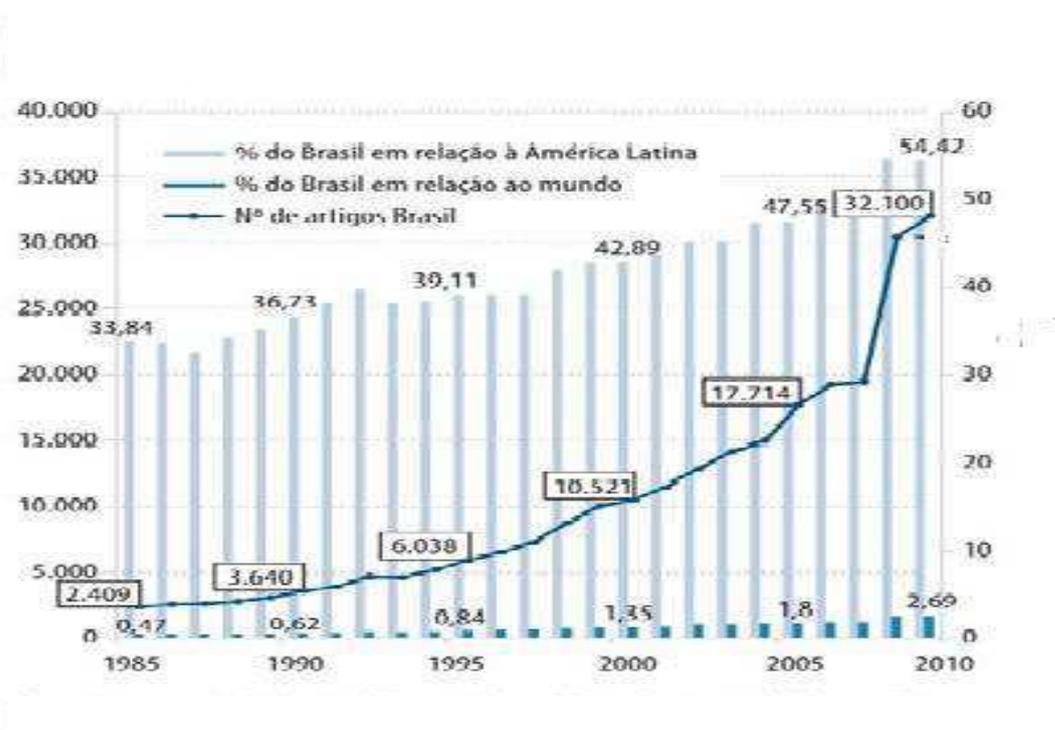


Figura 6 – Publicações Científicas Brasileiras, 2011 - Apresentação de Glaucius Oliva.
Fonte: CNPQ- Apresentação Câmara dos Deputados

Conforme os dados da ONU (2012), a trajetória da educação superior no Brasil, apresentou um crescimento da sua contribuição na produção de conhecimento, com a perspectiva de aumento contínuo da produção científica o país deve acender ao grupo mais central de países com elevados indicadores científicos.

A projeção, no entanto, pode estar comprometida pela distorção existente, devido às assimetrias na qualidade do ensino.

Segundo a ONU (2012), outras variáveis podem contribuir para a elevação da produção científica de qualidade no país, como elaboração de políticas públicas eficazes, de regulação e incentivos para as instituições de ensino, podendo dessa forma contribuir para o aumento da qualificação do capital humano.

Quanto maior for a qualificação dos egressos do ensino superior, maior será a reversão em produção científica relevante e maior o aproveitamento do conhecimento e do capital humano pelo mercado, com possibilidade de amparar um desenvolvimento consistente do país

2.2.2 A Educação Superior impulsiona o país para o desenvolvimento

O desenvolvimento nacional, segundo Bresser Pereira (2006), constitui-se num processo histórico que é determinado por dois fatores, a existência ou não de uma estratégia, da qualidade dessa estratégia e da coesão da nação e do acerto das instituições criadas, e das políticas adotadas.

Ainda segundo Bresser Pereira (2006), uma economia apresenta desenvolvimento quando seu governo, seus empresários, técnicos e trabalhadores estão trabalhando afinados a uma estratégia planejada.

De acordo com Bresser Pereira (2006), a perspectiva adotada de desenvolvimento quando pressupõe o aumento de produtividade dos trabalhadores, a substituição de serviços de baixo valor agregado pelos de bens e serviços de alto valor adicionado por trabalhador, é caracterizado pela qualificação da mão de obra.

Tal viés de desenvolvimento, parte da ideia da necessidade de se defender fortemente a propriedade intelectual, que fornece bens e serviços qualificados, que exigem o trabalho com elevado nível de educação, ou seja, com conhecimento técnico, administrativo e de comunicação alcançados via educação superior.

Bresser Pereira (2006), afirma que o desenvolvimento não se reduz apenas a uma acumulação de capital, mas um processo que vem acompanhado de progresso técnico, que engloba as esferas estratégicas da técnica, do administrativo e da comunicação, permitindo distinguir dois tipos de capital, o físico e o humano.

Sendo cada vez mais importante o papel do capital humano para o progresso técnico surge a exigência de se manter uma proporcionalidade entre o capital físico e o capital humano. Isso indica que o planejamento deve conter em seu escopo as relações entre mercado e educação.

Os indicadores do IPEA (2009) indicam que, a estratégia nacional de desenvolvimento deve ter a liderança do governo, organizando as políticas de apoio

à CT&I e coordenando as instituições públicas - CNPq, FINEP, BNDES, Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI) etc., procurando integração com os agentes econômicos e instituições de diversas naturezas, entre elas as educacionais, definindo políticas econômicas que promovam investimentos e aumento da produtividade.

Segundo Arbix (2006), no Brasil, o desenvolvimento econômico esteve vinculado a uma política de substituição de importações.

Atualmente se busca abandonar esse objetivo através de um modelo diferente que permite articular o conjunto do sistema produtivo com o acúmulo de conhecimento que se desenvolve a décadas no país.

Dessa forma, a inovação é a chave da grande transformação que se precisa operar no sistema produtivo brasileiro, cuja participação das IES é imprescindível.

Clemente e Higachi (2000) apontam que da premissa anterior, pode-se observar na Figura 7, que o Brasil vem apresentando um crescimento do PIB sistemático na última década, acima dos outros países em desenvolvimento.

Não sendo reducionista quanto ao critério analítico, uma vez que há muitas variações quanto ao conceito de desenvolvimento, mas usando o indicador apenas como representativo para a argumentação, já que seria necessário inserir outros indicadores para analisar o conceito, o que não é o caso nesse item, pois a temática foi abordada em item anterior.

Observando esse quadro segundo a perspectiva de Schumpeter (1961), que faz uma distinção entre desenvolvimento e crescimento, onde o desenvolvimento envolve transformações sociais e políticas e o crescimento um mero aumento da renda per capita.

Pode-se projetar que a percepção da necessidade entre ensino superior e mercado está se consolidando no pensamento econômico brasileiro, de forma a se procurar elaborar planejamentos para o desenvolvimento que aproximem as duas esferas.

A ascensão do PIB brasileiro mostra que a economia brasileira apresentou uma maior dinâmica que outros países do mesmo nível, sendo conveniente destacar a participação do Estado através da nova Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITEC), lançada em 2004 que contribuiu para alcançar esse patamar.

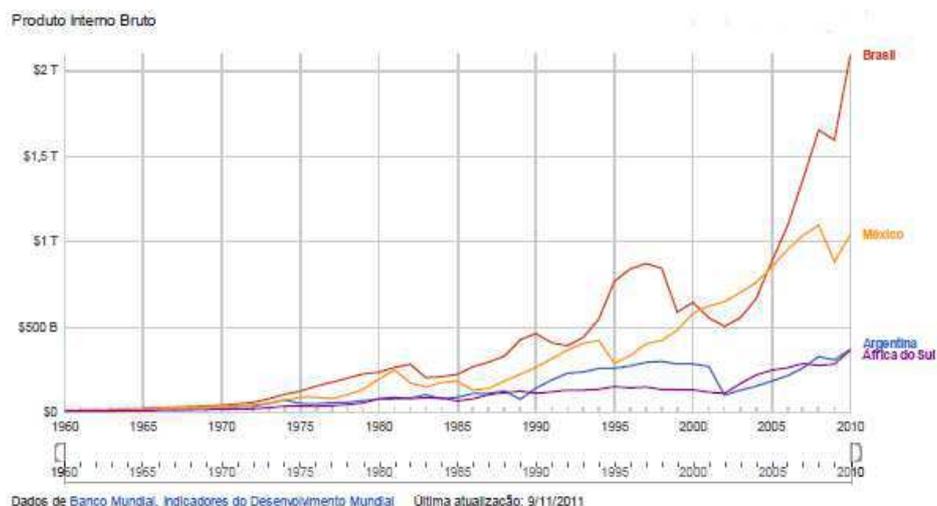


Figura 7 – Crescimento do PIB de Países em Desenvolvimento, 2011
 Fonte: Banco Mundial, IDM, 2011

Mas quando se observa a figura 8, a participação das exportações, os indicadores apontam que o Brasil não apresentou um aumento significativo da participação do indicador com relação ao seu PIB. Percebe-se que ainda ocorrem falhas no planejamento apesar das percepções sobre a importância do conhecimento para o desenvolvimento.



Figura 8 – Participação das exportações no PIB, 2011
 Fonte: Banco Mundial, IDM, 2011

O que se pode aferir pela variação dos indicadores acima, em relação aos outros países em desenvolvimento, é que pode haver falta de produtos qualificados

dos voltados para exportação, predominando na exportação os produtos de baixa tecnologia e/ou valor agregado.

Segundo o DIEESE (2011), este fato se constitui num risco para a geração de empregos qualificados e aumento da dependência dos produtos de alta tecnologia importados.

Ferreira (2011) afirma que, caracterizando uma pequena participação das mercadorias de alta tecnologia, decorrente de um sub aproveitamento do capital humano e conhecimento disponíveis no país, denota um aprendizado tecnológico passivo, ou não aproveitamento do conhecimento formado pelas IES. Nesse sentido, a teoria do capital humano, de Schultz, não está em desenvolvimento no país, havendo outros fatores presentes no processo econômico brasileiro.

2.3 O Ensino Superior no espaço regional

Para Couto (1999), a política de desenvolvimento regional tem reconhecido ao longo das últimas três décadas significativas alterações quanto à sua concepção e orientação relativa a necessidade da consolidação de uma educação superior como parte integrante do desenvolvimento. Assiste-se a uma tendência crescente para a desagregação das variáveis a que recorre como instrumentos de análise e de operacionalização das suas formas de intervenção.

No entanto, segundo Wittmann, Dotto e Boff (2004), há ocorrência de períodos estáveis e períodos de ruptura, antecedidos por fases de transição que alteram os conceitos de desenvolvimento vigentes. Sendo assim, cada região está vinculada a uma contextualização temporal, cujo modelo está associado a cultura e instituições regionais que operam simultaneamente na dimensão global e em ambientes sociais locais.

Nesse sentido, construiu-se um quadro para a utilização deliberada do ensino superior e a educação como um todo, como instrumento de desenvolvimento regional.

Segundo Couto (1999), são muitos os casos em que o objetivo de promover a revitalização dos tecidos produtivos local e regional tem determinado a localização

de novas instituições de ensino superior, como meio de combater a estagnação e o declínio industrial, que podem acarretar problemas de atraso do desenvolvimento.

Segundo Mattos (2001), esse paradigma discutido desde os anos 1960, sustenta a ideia de que há a necessidade de investimentos, pagos pela própria sociedade, na modernização da educação, de forma que ela possa sustentar a elaboração de planos e aspirações de desenvolvimento.

Couto (1999), acredita que as informações atualizadas sobre os impactos da globalização nos mercados regionais e locais, apontam para a necessidade desses lugares desenvolverem estruturas e competências que garantam ambientes competitivos sustentáveis. Dessa forma, as localidades precisam incorporar em suas políticas mecanismos de defesa que contribuam para a instalação e, conseqüente, interação entre ciência, tecnologia e indústria.

Na visão de Bovo (1998), a presença do ensino superior nas cidades altera progressivamente suas dinâmicas, as atividades de ensino, pesquisa e serviços comunitários, contribuem de forma significativa com as economias locais e regionais, formado um conjunto que exercem um efeito positivo e multiplicador na economia.

Segundo Couto (1999), a política regional voltada para o desenvolvimento dos setores de inovação, não depende unicamente de instituições de ensino superior que transfiram tecnologia para o mercado. As políticas públicas de ciência e tecnologia fazem parte desse conjunto estratégico para construir-se um potencial estratégico regional. Como as IES estão buscando desenvolver a capacidade de produção tecnológica, está sendo atribuída a elas a responsabilidade pela organização das estruturas que organizam as economias locais e regionais para garantir o desenvolvimento das economias.

Diante dessa perspectiva, as IES devem estar atentas para o perceber o contexto em que estão inseridas e buscar os instrumentos, políticas e planejamento, necessários para enfrentar esse novo desafio. Para Couto (1999), a crescente interação das IES com o mercado, insere outros elementos, além do anteriormente apresentado, para contribuir com o desenvolvimento.

As inovações tecnológicas resultantes da interação permitem a criação de novas perspectivas de relacionamento do ensino superior com o mercado, que as políticas de avaliação podem verificar periodicamente. Esse novo panorama está substituindo o antigo modelo de desenvolvimento dos anos 1980, que se embasava

em teorias econômicas, fundadas apenas no volume de investimentos, para sustentar o desenvolvimento.

O antigo modelo de crescimento econômico/desenvolvimento entendia a ciência e a tecnologia como variáveis extra econômicas, fatores de natureza residual.

Para Tavares, Kretzer e Medeiros (2005) as novas concepções, fundamentadas nas propostas de Schumpeter, entendem que a competitividade atual se coloca como um desafio, que envolve a contribuição dos fatores técnicos/tecnológicos na explicação dos mecanismos através dos quais se projeta o desempenho econômico, mas que permaneceu num campo periférico da análise da questão do desenvolvimento regional.

Do ponto de vista global, Santos e Freitas (2010) afirmam que, os novos padrões de gestão consolidam-se sob a forma de uma reestruturação produtiva, que junto com o ideário neoliberal e a crescente onda globalizante, procura absorver as inovações tecnológicas, aplicando aos sistemas produtivos e maior ou menor medida, segundo as características locais.

Couto (1999) defende que, a crescente complexidade de um mercado altamente competitivo vem requerendo a utilização de tecnologia cada vez mais intensiva em ciência. A capacidade de organização/reorganização dos recursos disponíveis para serem aproveitados encontra-se associada ao stock de conhecimento acumulado e à capacidade de renovar esse conhecimento através da sua produção ou de mecanismos de transferência do capital humano para o setor produtivo.

Para Rolim e Serra (2009), é daí que o papel das universidades no processo de desenvolvimento vem crescendo nos últimos anos, sendo considerado como um elemento-chave deste processo. Em função dessa percepção, houve uma preocupação crescente com os elementos condicionantes das inovações, motivando o aparecimento de uma literatura sobre o Sistema Nacional de Inovações, Economia do Conhecimento. Que desencadeou um debate renovador sobre a sua influência no desenvolvimento das regiões.

Segundo Calmanovici (2011), dessa forma ocorreu um aumento nos investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D), como também o aumento do interesse das empresas inovadoras para aporte de recursos, devido a forte

academia existente no país e a dinâmica das políticas públicas que estão em constante processo de aprimoramento.

Segundo Rolim e Serra (2009), das perspectivas anteriores, observa-se que a moderna concepção econômica considera que as regiões com maior possibilidade de desenvolvimento são aquelas que conseguem estabelecer um projeto político, voltado para este setor, congregando os seus diferentes atores, que fazendo parte desse projeto, na sua vertente econômica, a utilização intensiva e coordenada do conjunto de conhecimentos existentes na região acaba por aumentar a sua competitividade.

Para Couto (1999), a complexidade dos problemas, o seu crescente caráter multidisciplinar, o nível de incerteza e de turbulência e a globalização das redes de interação, formais e informais, entre outros fatores, tendem a impor como condição de uma rede bem sucedida e de um desempenho competitivo positivamente diferenciado não só a necessidade imperativa do upgrade contínuo da base de conhecimentos, como a sua reorientação para uma utilização mais intensiva do conhecimento científico.

Na visão de Kuller (2010), as mudanças econômicas e sociais das últimas décadas acabaram por introduzir o novo paradigma técnico-econômico. As universidades e faculdades não poderiam ficar fora dessa onda de mudanças em face do seu caráter ser de natureza estrutural. Diante disso, elas começaram a discutir e pesquisar as características dessa mudança. Produzindo-se uma ampla literatura sobre o tema, cujos debates apontavam as novas missões das instituições de nível superior e a sua função em tempos de globalização. As discussões sobre o modelo de universidade adequado aos novos tempos, os riscos de descaracterizar o trabalho acadêmico e a nova relação entre ciência e tecnologia. Além disso, debateu-se o tipo de interação que deveria ser estabelecida entre a academia e o mercado e os efeitos de um sobre o outro.

Para Couto (1999), da perspectiva da região, o desenvolvimento econômico e social passou também a requer a inserção da tecnologia no planejamento estratégico. Decorre disso, a prática de se procurar classificar as IES, segundo as suas áreas do conhecimento prioritárias, importando aquelas que investem em cursos de tecnologias.

Ainda segundo Couto (1999), as instituições de nível superior procuram centralizar o conhecimento científico e tecnológico, as vezes até estimuladas por

propostas governamentais, buscando, com isso, interagir mais ativamente com o setor empresarial, que utilizam o produto das pesquisas básicas.

Finquelievich (2007) lembra que, os novos métodos produtivos exigem a adaptação das IES e também a formação do capital humano com preparação suficiente para enfrentar a dinâmica da globalização.

Diante do exposto, a realidade parece requer uma análise mais profunda, devido aos diferentes fatores que a colocam em funcionamento do ensino superior, aprofundando o conhecimento sobre a atuação das IES. Dessa forma, poder conhecer suas particularidades e as características de suas atividades no sentido de contribuir com o desenvolvimento econômico e social, bem como, descobrir o seu papel junto a sociedade e a missão que busca desempenhar.

2.3.1 O Comprometimento do Ensino Superior com a Região

Segundo Clemente e Higachi (2000) existe na percepção atual a necessidade da participação do ensino superior no processo de desenvolvimento regional, para estimular os investimentos em capital humano e assim contribuir para o aumento das chamadas externalidades positivas. Que são definidas pelo modelo de crescimento endógeno conhecido como modelo de LUCAS, como estimuladoras do crescimento por provocarem o aumento no nível de tecnologia da região.

A partir disso, pode-se perceber que o engajamento do ensino superior na região diante de um quadro institucional que não traz incentivos às inserções regionais pode ficar comprometido. As instituições nacionais de fomento têm como critério de seleção e concessão de bolsas e financiamentos a excelência acadêmica segundo padrões internacionais. Raramente eles contemplam a possibilidade de tratamento de questões regionais (ROLIM; SERRA, 2009).

Dessa forma, para Chiarini e Vieira (2012), o progresso científico-tecnológico, fundamental para o crescimento regional, que deve ser produzido endogenamente e estimulado por políticas públicas pro-desenvolvimento, acaba passando por dificuldades e não permitindo o avanço competitivo regional.

Segundo Rolim e Serra (2009), os recursos para fomentar o desenvolvimento da educação voltada para formação do capital humano necessário, além de

escassos, são aplicados em função de uma diretriz política, que é temporária e que muitas vezes está divorciada dos reais interesses e necessidades da própria região. Os editais de convocação para propostas de pesquisa nem sempre trazem como prioridade o tratamento das questões especificamente regionais. Por outro lado, muitos órgãos públicos e instituições, de pesquisa do Estado tendem a contratar consultores e instituições de pesquisa pertencentes a universidades de fora do Estado.

De acordo com Chiarini e Vieira (2012), sucede a isso, que a produção do conhecimento nas regiões varia de acordo com as estruturas disponíveis e as agências de fomento à pesquisa acabam por influenciar os ambientes de produção de inovações. Nesse sentido, as universidades têm um papel mais ou menos intenso na produção de inovações de acordo com a dinâmica sócio-política-cultural em que estão inseridas.

Entre desafios enfrentados pelos diferentes atores da região, Rolim e Serra (2009), defendem que o principal a ser enfrentado pelo conjunto de diferentes atores, é a formação de um consenso a respeito dos problemas da inovação tecnológica e da formação do capital humano para o futuro da região. Na realidade, as diferentes “percepções de mundo”, do ensino superior e do setor produtivo, são obstáculos reais que precisam ser vencidos para que todos ganhem, principalmente a região.

Chiarini e Vieira (2009) apontam que, a heterogeneidade das universidades brasileiras, com instituições mais produtoras de conhecimento que outras, sendo raras as de natureza privada que se dedicam a produção científica. Sendo as universidades públicas as principais responsáveis pelo conhecimento científico gerado no país.

Para Rolim e Serra (2009), dessas premissas, o desafio das universidades assumirem o papel de liderança no processo de desenvolvimento regional, ainda que possa ser questionado, se essa é uma tarefa do ensino superior, espera-se que elas poderiam ter pelo menos uma participação mais efetiva nesse processo. De fato, embora elas participem dos conselhos de desenvolvimento, dos institutos de tecnologia, das associações de municípios e de programas de desenvolvimento de suas regiões, o seu papel no processo de desenvolvimento regional ainda está muito aquém do que poderia ser. Obviamente que o excesso de burocracia e os impedimentos da legislação universitária e os recursos disponíveis são barreiras

significativas, mas existe também certa comodidade inerente ao universo acadêmico que torna a participação das universidades junto à sociedade mais difícil.

2.4 A organização espacial do VPP

A região do Vale do Paraíba Paulista (VPP) possui uma série de características particulares cuja identidade pode ser facilmente descrita pelas dimensões de sua história e da sua geografia. Na perspectiva dessas dimensões pode-se perceber a importância que o VPP possui principalmente para a consolidação e desenvolvimento desse eixo econômico importante para a região e para o país (EMPLASA; ESTADO DE SÃO PAULO, 2012).

Estar entre as duas metrópoles, as maiores do Brasil, permitiu que a rede urbana (Figura 9) se constituísse mais intensamente, integrada por um sistema técnico moderno, que alavanca o crescimento econômico e o desenvolvimento e por isso, ter conhecimentos das múltiplas vantagens comparativas permanentes para a região, passa a ser uma condição operante para a compreensão da realidade. Desse pressuposto, a rede urbana da região do Vale do Paraíba Paulista possui suas próprias especificidades (EMPLASA; ESTADO DE SÃO PAULO, 2012).

Conjunto de centros urbanos funcionalmente articulados entre si... Tipo particular de rede na qual os vértices ou nós são os diferentes núcleos de povoamento dotados de funções urbanas, e os caminhos ou ligações dos diversos fluxos entre esses centros (CORRÊA, 1998, p.93).

No VPP encontra-se uma rede formada por vários “nós” de diferentes escalas geográficas e que apresentam uma interdependência assimétrica. A rede urbana segue as premissas conceituais, no entanto Corrêa (1998), afirma que, os “nós” constituem-se em polos que formam sub-regiões com suas dinâmicas interiores. O espaço de cada sub-região é produzido social e historicamente, havendo forte vínculo entre urbanização e crescimento econômico (heterogêneo e descontínuo) e com dimensões e perfis urbanos diferenciados (EMPLASA; ESTADO DE SÃO PAULO, 2012).

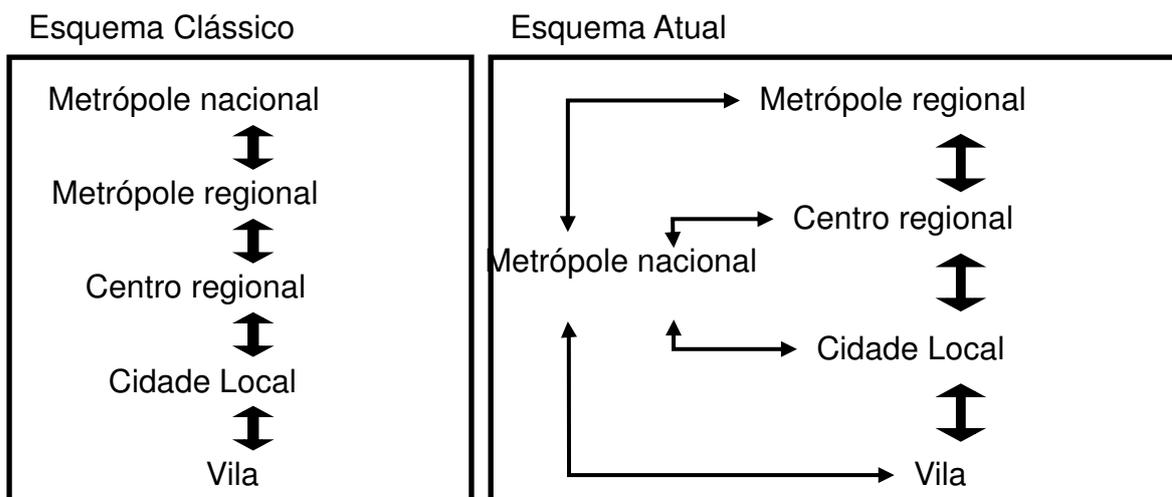


Figura 9 - Esquema da rede urbana
Fonte: MOREIRA; SENE, 2012, p.42

Segundo Corrêa (1998), os esquemas das redes urbanas demonstram que existe uma hierarquia urbana, subordinando as cidades sem uma dinâmica econômica as localidades com maior concentração de atividades econômicas. Na região em questão, observa-se o desmembramento interno em sub-regiões decorrente da existência de diferentes polos, conforme observamos na Figura 10. Nessa questão, as cidades do VPP reproduzem o mesmo esquema apresentado acima, onde as assimetrias entre cidades constituem uma realidade que se espera possa ser superada pela atuação das instituições de ensino.

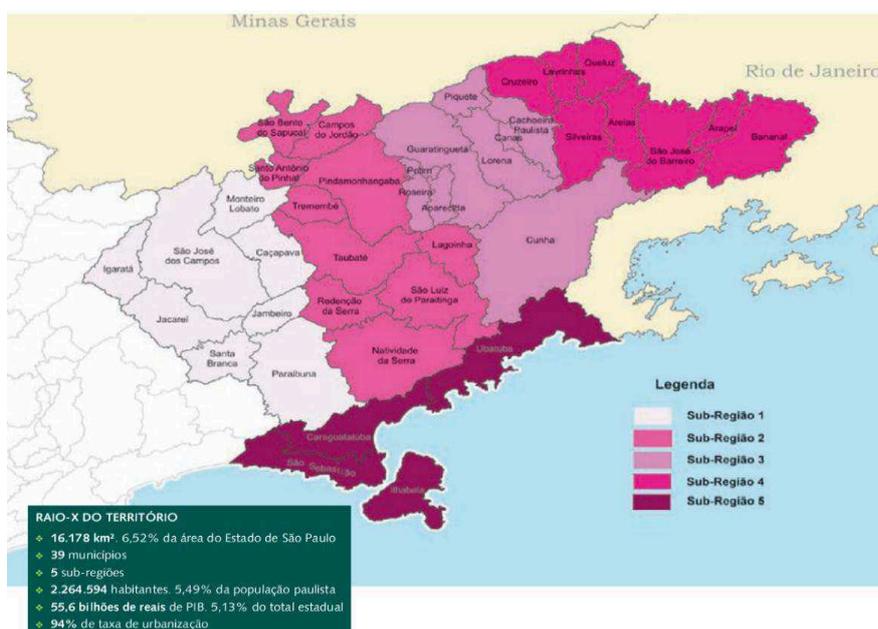


Figura 10 – Sub-regiões do Vale do Paraíba Paulista e Litoral Norte
Fonte: EMLASA/Gov do Estado de São Paulo, 2012

O governo do Estado de São Paulo criou em 2012 a Região do Vale do Paraíba Paulista e Litoral Norte para reforçar o planejamento territorial e econômico devido a sua importante contribuição para o desenvolvimento (EMPLASA; ESTADO DE SÃO PAULO, 2012). Observa-se que o VPP é constituído de cinco sub-regiões, quatro delas no eixo de ligação entre as duas metrópoles nacionais. Nessa artéria é que encontra-se a maior dinâmica e uma rede urbana mais densa.

A Região Metropolitana do Vale do Paraíba Paulista (RMVPP)³ é composta por 39 municípios, com aproximadamente 5,5% da população do estado de São Paulo, com um total de 2.430.392 habitantes (INCTOM, 2015). A fluidez da região é possibilitada pela Via Dutra, que corta o centro do vale e liga as duas maiores cidades do país, como se vê na Figura 11.



Figura 11 - Articulação territorial do Vale do Paraíba Paulista e Litoral Norte
Fonte: SECOVI - Regional Vale do Paraíba, 2012

Por apresentar essa organização, a região do VPP é constituída de assimetrias que podem dificultar um desenvolvimento econômico, humano e social equânime. De outro lado, a região constituiu-se como um polo tecnológico, concentrando indústrias modernas e de alta tecnologia, fato que contribui não apenas para o crescimento, mas também para o desenvolvimento regional.

A integração dentro de uma rede urbana mais ampla, das metrópoles do Rio de Janeiro e de São Paulo, possibilita a existência de inúmeras variáveis que

³ A RM Vale e Litoral Norte será dividida em cinco sub-regiões: Cruzeiro (Arapeí, Areias, Bananal, Cruzeiro, Lavrinhas, Queluz, São José do Barreiro, Silveiras); Guaratinguetá (Aparecida, Cachoeira Paulista, Canas, Cunha, Guaratinguetá, Lorena, Piquete, Potim, Roseira); São José dos Campos (Caçapava, Igaratá, Jacareí, Jambeiro, Monteiro Lobato, Paraibuna, Santa Branca, São José dos Campos); Taubaté (Campos do Jordão, Lagoinha, Natividade da Serra, Pindamonhangaba, Santo Antônio do Pinhal, São Bento do Sapucaí, São Luiz do Paraitinga, Taubaté, Tremembé, Redenção da Serra); Litoral Norte (Caraguatãtuba, Ilhabela, São Sebastião, Ubatuba). Disponível em: <http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia.php?id=217357>

desafiam os responsáveis pelo planejamento regional. Na região como um todo, destacam-se alguns municípios que podem contribuir para elucidar a relação mercado-trabalho-educação.

Os municípios por compreenderem um espectro longitudinal que acompanha a Via Dutra e possuírem diferentes estágios de desenvolvimento, bem como posições diferentes na hierarquia urbana da região, têm necessidades diferenciadas devido as funções específicas exercem dentro da rede.

Nesse sentido, a necessidade de desenvolvimento da região tem uma abrangência maior que apenas as relacionadas com os polos. O interesse do capital e a disponibilidade de capital humano e intelectual vão além deles. A UNITAU se engaja no planejamento regional de forma a contribuir para alavancar o mercado de trabalho cada vez mais qualificado que os polos de desenvolvimento exigem das forças produtivas.

A atuação da UNITAU pode revelar a relação trabalho-educação-desenvolvimento segundo as necessidades locais e regionais. E como município de Taubaté faz parte de um espectro longitudinal que acompanha a Via Dutra, sendo o ponto central de uma das sub-regiões, que apresenta diferentes estágios de desenvolvimento bem como posições diferentes na hierarquia urbana da região. A instituição deve exercer influência que contribui para a interação regional na busca do desenvolvimento.

Partindo do pressuposto de que a região possui intensa e diversificada atividade econômica, por ser polo tecnológico, onde se destacam entre as cidades do eixo da Via Dutra, os polos de serviços urbano-industriais de São José dos Campos e Taubaté, as cidades turísticas da Mantiqueira e Litoral Norte e o Porto de São Sebastião. Ressalta-se no estudo as atividades industriais, que contribuem com 7,7% do valor adicionado da indústria paulista, seguidas pelos segmentos terciário (4,1%) e (1,9%) no setor primário (EMPLASA; ESTADO DE SÃO PAULO, 2012).

Tabela 4 - PIB por setores econômicos

Variável	Taubaté	São Paulo	Brasil
Agropecuária	24.182	11.265.005	105.163.000
Indústria	3.901.354	193.980.716	539.315.998
Serviços	3.956.199	406.723.721	1.197.771.001

Fonte: EMLASA e Estado de São Paulo, 2011

Segundo Borges e Dalcol (2002), a indústria predominante é intensiva em capital e tecnologia, que utilizam mão de obra qualificada e equipamentos de última geração, com grandes unidades produtivas de diferentes segmentos, como petroquímico, automobilístico, químico, bélico, farmacêutico, veterinário, telecomunicações e, sobretudo, aeronáutico.

Destaca-se no âmbito regional e nacional o município de São José dos Campos, enquanto importante polo produtivo aeronáutico e aeroespacial, com mais de 40 empresas de tecnologia de ponta, entre outras:

i) o Centro Técnico Aeroespacial (CTA), integrado pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA);

ii) o Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE), o Instituto de Estudos Avançados (IEA);

iii) o Instituto de Fomento e Coordenação Industrial (IFI), o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE); e

iv) a Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer), além de outras do setor aeronáutico.

Por outro lado, o município de Taubaté também se destaca na área da educação, conforme o IBGE de 2010, o município possui uma população de 64,61% com Ensino Médio completo, sendo maior que a média da sub-região com 59,63% e a média do Estado de São Paulo que conta com apenas 58,68%. Esse fato possibilita o acesso ao ensino superior percentualmente mais numeroso.

No plano regional, na área da Educação Superior existe significativo número de instituições públicas para fornecer o suporte de capital humano: UNESP, UNIFESP e ITA em São José dos Campos, UNESP em Guaratinguetá, USP em Lorena e CEBIMAR/USP em São Sebastião, além de cinco FATECS: nos municípios de Cruzeiro, Guaratinguetá, Jacareí, Pindamonhangaba, São José dos Campos, São Sebastião e Taubaté. Enriquecem a oferta de formação profissional, diversas unidades particulares de ensino superior e de inúmeras ETECS para a formação de mão de obra técnica, distribuídas em 11 municípios.

A existência dessas instituições voltadas para a formação profissional mostra que a preocupação com a formação profissional para abastecer a região, o que é um pressuposto relevante para o desenvolvimento. Por ser caracterizada pela atividade industrial, a região do VPP, está intimamente ligada as transformações técnicas e

culturais almejadas a partir do planejamento regional (EMPLASA; ESTADO DE SÃO PAULO, 2012).

Sendo a Região Metropolitana do Vale do Paraíba Paulista (RMVPP), uma área de heterogeneidade geográfica, as universidades públicas e privadas nela instaladas, podem participar ativamente dos projetos para o desenvolvimento regional.

É importante nessa perspectiva observar o sistema educacional de nível superior da UNITAU, que busca ofertar a formação profissionalizante, em relação a cidade de Taubaté, e na superação das dificuldades de ordem econômica e social decorrentes da natureza sistêmica da economia.

Segundo Estrada e Speck (2012), como um dos pilares do desenvolvimento o sistema educacional da Educação Superior deve estar integrado aos objetivos socioeconômicos almejados.

Dessa forma, sua eficiência não pode ser simplesmente quantificada, pois os seres humanos vivem em diferentes esferas e as construções simbólicas que elaboram são frutos da sua formação. Torna-se necessário perceber como se procura superar os obstáculos socioeconômicos para se formar o capital humano requerido para o desenvolvimento.

Segundo Moura Filho (2010), a preparação do material humano endógeno à região pela instituição em estudo, deve contribuir para diminuir as desterritorializações provocando laços sociais mais sólidos e menor mobilidade inter-regional. A maior integração e sentimento de pertencimento contribuem eficazmente para a qualidade de vida e produtividade da sociedade local.

Nesse sentido Moura Filho (2010) afirma que, a participação do Estado, nas diferentes esferas administrativas, no ordenamento territorial e na produção de políticas públicas para consolidação do projeto de desenvolvimento, são questões que devem ser consideradas na avaliação do objeto do estudo dos estímulos proporcionados para a formação profissional da população local.

2.4.1 Geopolítica do Vale do Paraíba

Moraes (1996) aponta que, a utilização do território pelo povo cria o espaço, as relações entre o povo e seu espaço e as relações entre os diversos territórios nacionais são reguladas pela função da soberania.

Neste sentido Moraes (1996) afirma que, a ação das sociedades territoriais é condicionada no interior de um dado território:

- 1) pelo modo de produção dominante à escala internacional;
- 2) pelo sistema político;
- 3) pelos impactos dos modos de produção e dos momentos precedentes ao modo de produção atual.

Segundo Becker e Egler (1989), a geopolítica do Estado brasileiro a partir da segunda metade do século XX voltou-se para o desenvolvimento econômico com vetor científico-tecnológico. A geopolítica coordenada pelas Forças Armadas tinha como base territorial o Vale do Paraíba, devido a estratégica posição no eixo Rio-São Paulo. Nesse contexto, desenvolveu-se o ramo técnico-industrial militar que criou as bases para produção industrial diversificada.

Na era dos fluxos, a necessidade da velocidade de circulação de mercadorias, pessoas e informações, criou um espaço reticulado, onde infraestruturas físicas, imóveis e estáveis são necessárias para a garantia da acumulação do capital e para reprodução do trabalho. Nesse sentido, uma parte do Vale do Paraíba, passa a ser beneficiada quando é cruzada por um importante eixo de circulação. (MACEDO; BINSZTOK, 2013, p. 04)

Segundo Feitosa e Fagundes (2010), o processo de divisão regional no Brasil foi iniciado em 1941, a partir de estudos do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – que procurou normatizar as diferentes propostas de regionalização e unificá-las para garantir uma abrangência nacional que tivesse efeito no planejamento público. Fundamentado em estudos estatísticos econômicos, demográficos e sociais, além de outros de ordem natural, os critérios usados acabaram se institucionalizando como regras para a organização do espaço. Que tiveram como fator importante o melhor conhecimento do espaço, ajudando na organização e no planejamento territorial.

De acordo com Feitosa e Fagundes (2010), a regionalização do espaço brasileiro feita pelo IBGE acabou não contribuindo de forma efetiva para diminuição dos contrastes sociais entre as regiões e os municípios.

O pressuposto de que um processo de regionalização tem como intuito atender necessidades específicas de maneira abrangente e permitir a implementação de políticas públicas, que por sua vez não podem se fundamentar apenas nos critérios econômicos em detrimento dos sociais, sob pena de não produzir um desenvolvimento de todos os segmentos sociais.

Segundo Santos (2004), o processo de produção instalado no Vale do Paraíba pelo Estado e pelo capital excluiu uma considerável parte da região da especialização produtiva. Colaborando para uma diferenciação socioespacial que se contrapõe e se combina dentro do vale.

Dessa forma, a análise e apreensão pressupõem que o estudo da formação espacial tenha o conhecimento dos mecanismos de funcionamento dos modos de produção e do planejamento proposto para o desenvolvimento da região, que originalmente foi organizado pela esfera governamental federal e depois passou para a esfera estadual com o compromisso de organização a partir da criação da Região Metropolitana do Vale do Paraíba Paulista (RMVPP).

A RMVPP é uma criação do governo do Estado de São Paulo e agrupa uma enorme diversidade, como o próprio Governador do Estado expressou no lançamento do programa de criação da região:

Diante de riquezas tão diversificadas, o que se impõe, a partir de agora, é unir esforços para dar mais condições a essa região de servir melhor o Estado de São Paulo e o País. A institucionalização da nova região metropolitana possibilitará a sinergia necessária entre a entidade autárquica, à qual caberá, ali, a organização e execução das funções públicas de interesse comum, o seu Conselho e o seu Fundo de Desenvolvimento, para que se atinja esse objetivo. (EMPLASA/ESTADO DE SP. 2012 p.13)

Segundo Scarlato (1998), a RMVPP foi formada a partir de dois pressupostos, um geográfico e um político, que podem ocultar especificidades e ao mesmo tempo pode constituir-se em obstáculos para políticas comuns.

Considerando-se que no caso brasileiro os territórios se valorizam pelo trabalho social, com processos que se diferenciam através dos tempos, cada época insere suas práticas culturais na arquitetura, nas relações sociais, em outra com

suas marcas nos períodos posteriores e dessa forma colaborando na produção das novas práticas de relações sociais e do espaço geográfico local.

De acordo com Scarlato (1998), a importância da região foi estabelecida por sua posição no interior do território do país e sua relevância na divisão internacional do trabalho desde os primórdios de sua ocupação com o café, que acabou por impulsionar e promover a modernização e as condições privilegiadas da história do desenvolvimento econômico regional do sudeste do Brasil. Acrescentando-se a localização geográfica entre as duas metrópoles nacionais.

Para Macedo e Binsztok (2013), na atualidade, a circulação é fundamental, pessoas, informações e mercadorias necessitam de velocidade, neste sentido, criou-se no Vale do Paraíba um espaço reticulado, onde o sistema técnico busca garantir a reprodução do capital e do trabalho, conseqüentemente. Contudo, apenas uma parte do vale se beneficia cruzada pelo eixo de circulação Rio-São Paulo.

A regionalização do espaço, segundo Gomes (2001) (apud FEITOSA; FAGUNDES, 2010) não é definitiva e também não deve abranger a totalidade, porém deve contribuir para o entendimento da realidade regional e sua explicação.

Deve-se acrescentar a isso que o sentido da divisão regional não pode ficar restrito apenas à divisão do espaço em áreas que são semelhantes e são diferentes de outras.

Região, como foi dito anteriormente em sua etimologia, significa domínio da relação entre um poder central e um espaço diversificado [...] Há sempre uma proposição política, vista sob o ângulo regional”, o ato de regionalizar está alicerçado numa reflexão política de base territorial, com controle e gestão de um território (GOMES, 2001, p.72).

Segundo Mello (2004), outro aspecto do desenvolvimento da região, foi implementação de uma política econômica desenvolvimentista pelo Estado, baseada nas estratégias de implantação em associação com os capitais nacionais e internacionais.

A parceria permitiu a geração de fatores que favoreceram as escolhas dos ramos industriais que se estabeleceram na região e formaram o polo tecnológico, decorrente de grandes investimentos do Estado na construção do sistema técnico infra estrutural necessário ao desenvolvimento das atividades econômicas. Inclusive das exigências técnicas de qualificação da mão de obra e sua abundância para determinação de custos vantajosos para o capital.

De acordo com Corrêa (1995), a diversidade encontrada na RMVPP, está subordinada aos critérios utilizados pelo governo do Estado que não foram abrangentes, ao contrário, aglutina diferentes unidades urbanas assentadas em sítios com características diversas e não complementares devido à função urbana que possuem.

A região deste estudo encontra-se na principal área econômica do país e que apresenta também, inúmeros contrastes.

A região Sudeste configura-se, por diversas características agregadoras que a constituem como uma região que apresenta intenso processo de industrialização e urbanização, sendo assim, ganhou destaque pela sua potencialidade econômica. Encontramos na região Sudeste a maior concentração populacional do país, além de diversos tecnopolos localizados no interior de Minas Gerais e São Paulo, considerados como centros de excelência em pesquisa e ensino universitário. É nesta região que está localizada a única cidade global, São Paulo, considerada o núcleo da área financeira do país, tendo em seu entorno grandes metrópoles nacionais como Rio de Janeiro e Belo Horizonte. No entanto, é uma região que apresenta grandes discrepâncias com relação ao seu desenvolvimento, revelando altos índices relacionados a problemas sociais como: favelização, desemprego, violência, pobreza, degradação ambiental, corrupção, entre outros. Estas questões estão no cerne das discussões em fóruns que propõem políticas públicas para minimizar seus problemas e buscar soluções. Por outro lado, também possui diversos fatores positivos que a coloca como a mais dinâmica região do país (FEITOSA; FAGUNDES, 2010, p. 60).

Nesse sentido da região do VPP, o estudo focado em Taubaté e tem como objeto a participação da UNITAU no desenvolvimento regional, implica no conhecimento das características socioeconômicas do município, pela sua condição de polo sub-regional, com importante participação econômica no Estado de São Paulo, como se observa na Figura 12.

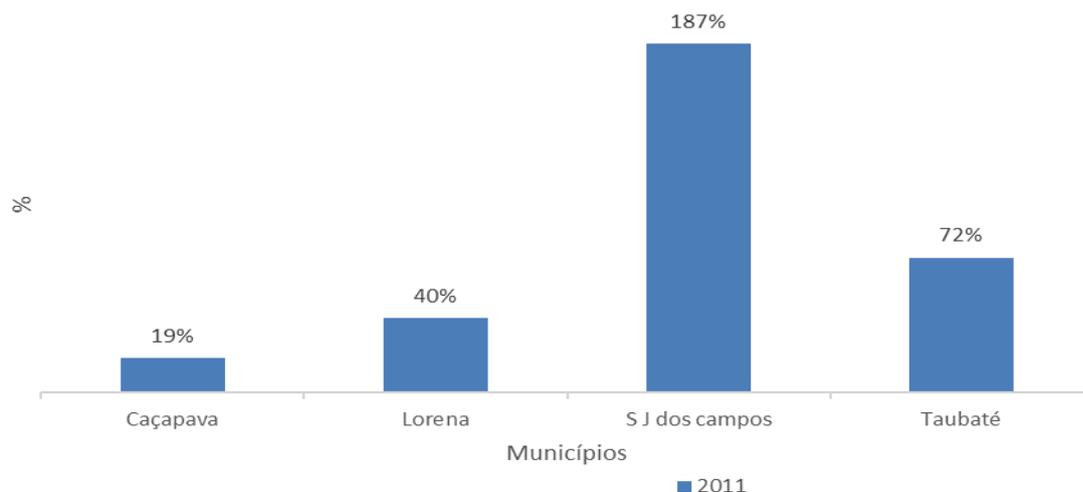


Figura 12 - Participação no PIB de Taubaté

Fonte: EMPLASA, Governo do Estado de SP, 2011

Nessa mesma linha, pode-se observar a força de Taubaté, conforme a Tabela 5, junto aos municípios próximos, apresenta-se como a segunda força econômica regional. Não obstante, é significativo o fato da presença da UNITAU na cidade, onde empreende atividades de formação de capital humano e intelectual para fomentar o desenvolvimento municipal e regional, como se mostra mais adiante.

Tabela 5 - PIB por setor econômico de municípios do Vale do Paraíba

Variável	Lorena	São José dos Campos	Caçapava	Taubaté	Cachoeira Paulista
Agropecuária	18.568	31.728	26.294	24.182	10.524
Indústria	450.796	10.369.974	1.152.158	3.901.354	47.426
Serviços	817.274	11.063.773	971.678	3.956.199	326.327
Total	1.286.638	21.465.475	2.150.130	7.881.735	384.277

Fonte: EMPLASA, Governo do Estado de SP 2011

Como segundo município mais dinâmico da região, Taubaté sofre a influência da forte polarização exercida por São José dos Campos, com um PIB que corresponde a apenas 1/3 do centro polarizador da região, como afirmaram Clemente e Higachi (2000) e Santos (1994). No entanto, em relações aos outros municípios apresentados, a cidade possui uma expressiva superioridade de seu PIB, que caracteriza uma relativa dinâmica econômica.

2.4.2 A região do VPP e o desenvolvimento econômico

Na Figura 13 o modelo concentrador, de orientação centro-periferia, apresentado por Furtado (1998) ainda é atual para a interpretação das relações econômicas. Os municípios que estão submetidos ao polo de São José dos Campos apresentam um PIB per capita inferior à metade e quanto mais distantes a tendência é a renda diminuir, como é o caso de Cachoeira Paulista.

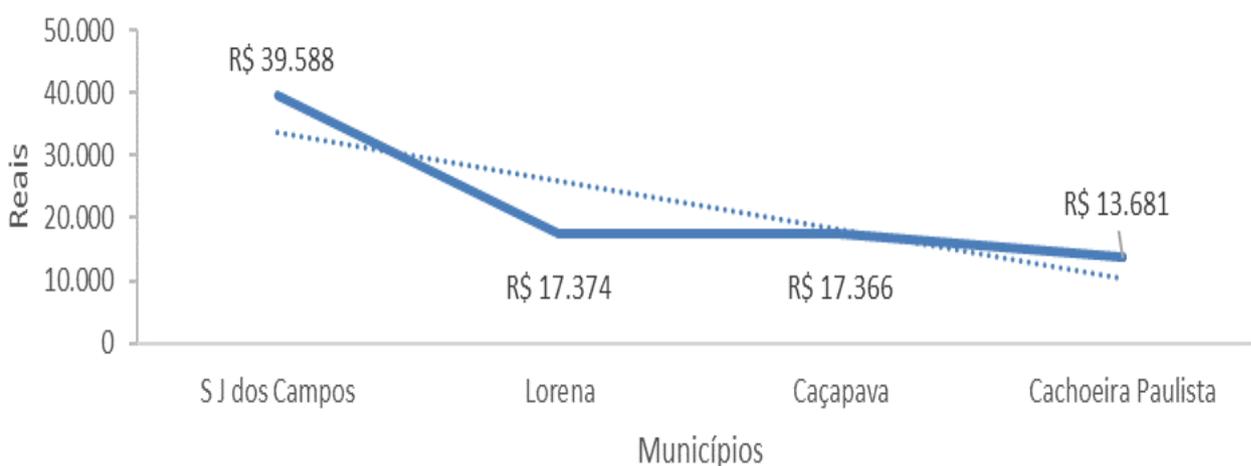


Figura 13 – PIB *per capita* de municípios do Vale do Paraíba
Fonte: IBGE, 2011

Provocada pela concentração que o polo regional exerce, percebe-se a relação negativa sobre as cidades do entorno e até aquelas que se encontram na área de influência do polo.

Por isso para Furtado (1998) a ideia das externalidades para tentar reduzir as desigualdades geradas pela natureza do sistema, o Estado deve expandir a infraestrutura como pré-condição para o progresso. Nesse contexto, a atualidade do pensamento de Furtado serve para se repensar o planejamento econômico regional e mesmo o nacional para diminuir as diferenças regionais.

A importância da região no conjunto do estado é significativa, com 16.179,95 km² a Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte é a mais extensa região metropolitana do Estado de São Paulo.

Sua área territorial corresponde a 32,41% da metrópole Paulista, 6,52% do estado e a 0,19% da superfície nacional. A região exibe um Produto Interno Bruto

(PIB), em 2010, de R\$ 61.698.187.890,00. Esse montante corresponde a 4,96% do PIB estadual e 1,64% do nacional. Seu PIB per capita de R\$ 27.244,70 é bastante significativo se comparado ao do Estado (R\$ 30.264,06) e ao do Brasil (R\$19.016,00).

A assimetria na região do Vale do Paraíba ainda é uma constante não superada pelo desenvolvimento concentrador.

A Figura 14 mostra um pouco das diferenças que o modelo de desenvolvimento vem reproduzindo e possivelmente acentuando. Para exemplificar o que vem ocorrendo na região mostram-se alguns dados da economia de alguns municípios da região.

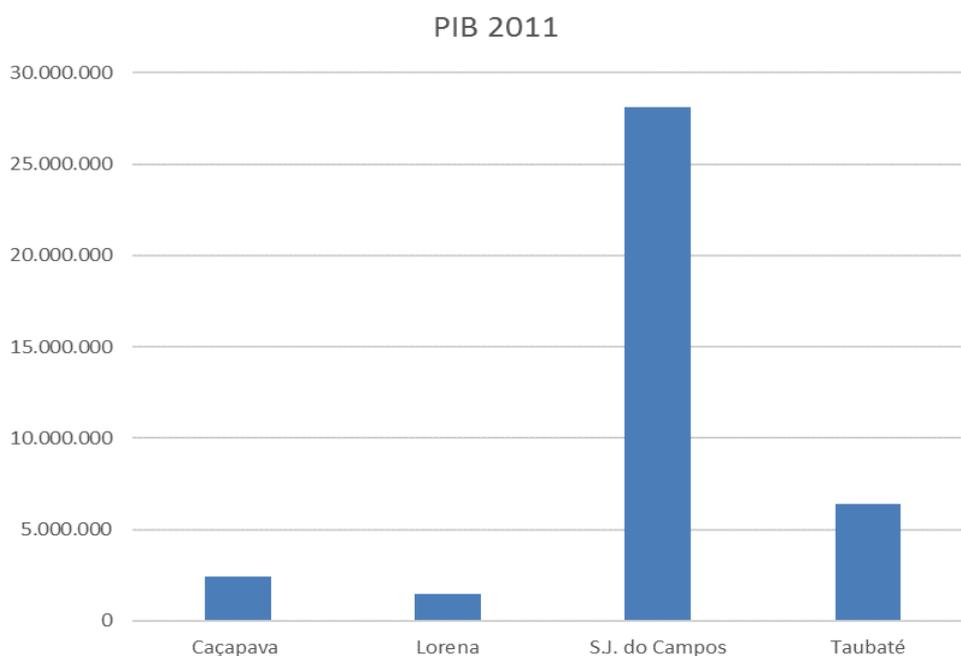


Figura 14 – PIB dos setores econômicos dos municípios do Vale do Paraíba
Fonte: IBGE, 2011

Segundo o IBGE, o Brasil experimentou um avanço significativo no seu PIB em 2010, com um crescimento de 7,5% no acumulado deste mesmo ano onde conseguiu atingir um PIB de R 3,6 trilhões colocando o Brasil entre os cinco países do G-20 que mais cresceram neste período. Este crescimento está relacionado com a demanda do consumo interno das famílias que foram grandes responsáveis pelo crescimento neste ano.

Os municípios de São José dos Campos e Taubaté concentram a maior participação no PIB segundo o IBGE e seguem entre os 100 municípios mais ricos no período de 2010.

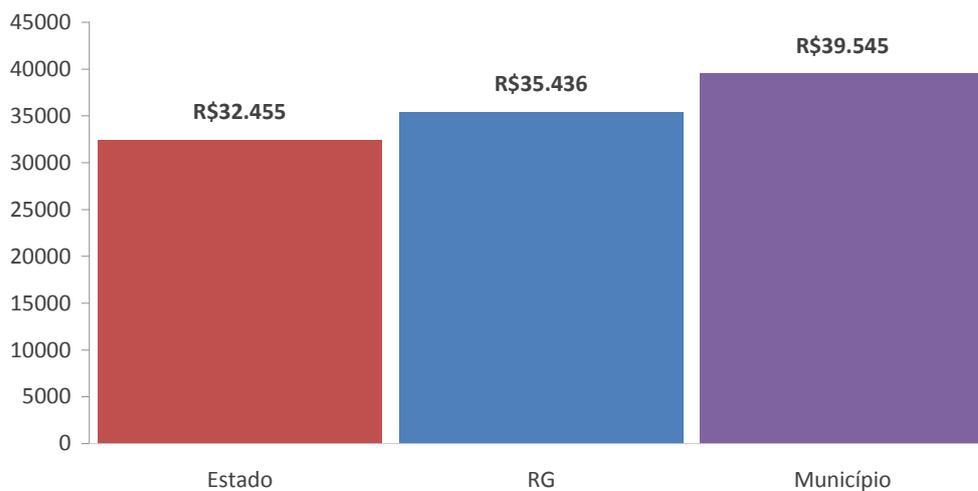


Figura 15 – PIB da região de São José dos Campos
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010

Nesse sentido, uma renda elevada em uma localidade não garante que o desenvolvimento promove uma elevação da qualidade de vida. Como se pode ver nas Figuras 15 e 16, as cidades de São José dos Campos e Taubaté apresentam um PIB per capita maior que da região e do estado. Tal informação pode induzir a crença de uma alta qualidade de vida na localidade.

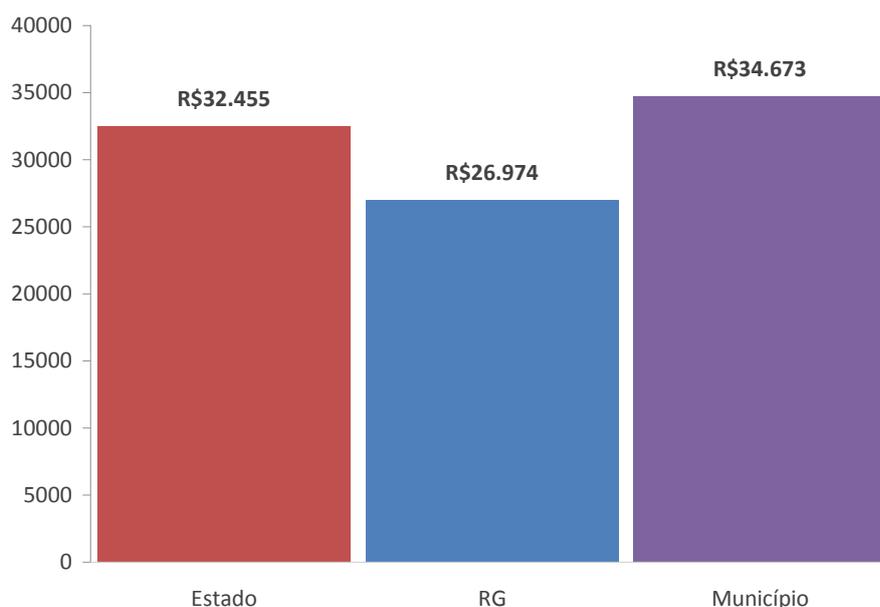


Figura 16 - PIB da região de Taubaté
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010

Mas como Sen (2010) afirmou, essa é uma falsa premissa sobre os benefícios do desenvolvimento. Ainda nesta linha, a qualificação da mão de obra, na análise que o autor fez acerca do desenvolvimento, se atenta particularmente para a expansão das “capacidades” das pessoas de levar o tipo de vida que elas valorizam – e com razão.

Essas capacidades podem ser aumentadas pela política pública, como o a oferta de vagas nas universidades, mas também, por outro lado, a direção da política pública pode ser influenciada pelo uso efetivo das capacidades participativas do povo.

Segundo Coutinho e Reichstul (1977), o desenvolvimento, no caso brasileiro, não pode prescindir do apoio do Estado na elaboração do planejamento econômico, para tornar as empresas nacionais competitivas, e dessa forma, defender a associação do setor financeiro com os bancos públicos devido a capacidade de expandir o crédito e manter o desenvolvimento econômico mesmo em situações de crise.

Por isso deve-se investir nos setores mais competitivos para gerar internacionalização e, conseqüentemente, desenvolvimento.

2.4.3 As instituições de ensino superior do VPP

A região do Vale do Paraíba Paulista, na condição de polo tecnológico teve ao longo da sua formação a instalação de várias unidades de ensino superior, cujos objetivos eram o de contribuir com o desenvolvimento do conhecimento e econômico. Como a UNITAU, procuram estar coordenadas as necessidades regionais de formação de capital humano.

Juntamente com a UNITAU, grandes instituições de ensino estão estabelecidas no Vale do Paraíba e contribuem para a elevação da qualidade do ensino superior na região e ao mesmo tempo que deixa o mercado por vagas muito competitivo.

Tendo sido projetado como um centro de excelência de ensino o ITA (Instituto Tecnológico Aeronáutico) teve seu primeiro curso, o de Engenharia Aeronáutica criado em 1939.

Em 1951 foi implantado o curso de Engenharia Eletrônica; em 1962 o curso de Engenharia Mecânica (transformado em Engenharia Mecânica-Aeronáutica em 1975); em 1975 o curso de Engenharia de Infra-Estrutura Aeronáutica (transformado em Engenharia Civil-Aeronáutica em 2006); em 1989, o curso de Engenharia de Computação e, em 2010, o curso de Engenharia Aeroespacial.

O início dos cursos de pós-graduação oferecidos pelo ITA, em 1961, marcou não apenas a implantação, no Brasil, da pós-graduação em Engenharia, como introduziu o modelo de Mestrado que viria a ser adotado por outras instituições, sejam de Engenharia ou de outras áreas do conhecimento.

As primeiras Teses de Mestrado foram defendidas em 10/01/1963 na área de Física e, em 22/01/1963, na área de Engenharia Eletrônica. A primeira Tese de Doutorado foi defendida em 17/11/1970.

Atualmente existem os programas de Pós-Graduação em Engenharia Aeronáutica e Mecânica (PG-EAM), Engenharia Eletrônica e Computação (PG-EEC), Física (PG-FIS), Engenharia de Infra-Estrutura Aeronáutica (PG-EIA) e Ciências e Tecnologias Aeroespaciais (PG-CTE).

A Escola de Engenharia de Lorena é a mais recente unidade da USP. Nasceu da transferência dos alunos e cursos da extinta FAENQUIL (Faculdade de Engenharia Química de Lorena) para USP, em 29 de maio de 2006.

A EEL concentra áreas de pesquisas estratégicas para o desenvolvimento nacional buscando novos produtos e processos que impulsionem o progresso científico e tecnológico do país envolvendo os campos de: Biotecnologia Industrial, Metais Refratários, Engenharia Química e Química Fina. EEL-USP oferece os seguintes Programas de Pós-Graduação stricto-sensu: O Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Materiais (PPGEM) é um dos programas de pós-graduação stricto-sensu (mestrado e doutorado) da Escola de Engenharia de Lorena (EEL) da Universidade de São Paulo (USP).

A Faculdade de Engenharia (FE), campus de Guaratinguetá – UNESP, oferece cursos de graduação em: Engenharia Civil, Engenharia de Materiais, Engenharia de Produção Mecânica, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Física e Matemática, e pós-graduação: Engenharia Mecânica e Física.

O Instituto Valeparaibano de Ensino (IVE), criado em 1963, Instituição de Educação Superior e os Colégios de Educação Básica, além do Parque Tecnológico, na educação superior a Universidade do Vale do Paraíba – UNIVAP,

quem mantém cursos de graduação-bacharelado de todas as áreas do conhecimento e de graduação-tecnológica.

Para manter os cursos o instituto resolveu instituir, dotar e organizar, com seu próprio patrimônio, uma Fundação, a que se deu o nome de Fundação Valeparaibana de Ensino (FVE).

O conjunto educacional disponível na região contribui para o progresso técnico, que é essencial para o desenvolvimento econômico.

As particularidades do progresso técnico remetem às atividades que o produz – conhecimento científico-tecnológico o qual é um fator competitivo e *conditio sine qua non* para a capacidade inovativa; é gerado através de um processo dinâmico, resultando da interação entre diferentes atores econômicos (CHIARINI; RAPINI; VIEIRA, 2014, p. 73).

Desse modo, constata-se que as Instituições de Ensino Superior têm caráter vital não somente na formação de recursos humanos, mas também na geração de conhecimentos técnico-científicos para desenvolvimento socioeconômico.

2.4.4 Educação Superior do VPP e Desenvolvimento Econômico

O VPP possui uma educação que procura acompanhar e sustentar com capital humano o desenvolvimento (ONU, 2014). A produção científica possuía em 2002, 200 grupos de trabalho que desenvolviam 815 trabalhos de pesquisa, segundo censo do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) (RIBEIRO, 2003).

A produção científica possuía em 2002, 200 grupos de trabalho que desenvolviam 815 trabalhos de pesquisa, segundo censo do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

Santos e Sousa (2008), afirmam que, em 2004, passou 268 Grupos de Pesquisa com 988 Linhas de Pesquisas e um total de 1.628 pesquisadores em todas as áreas.

Segundo Ribeiro (2003), oito instituições de ensino e de pesquisa - CTA (Centro Técnico Aeroespacial), INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), ITA (Instituto Tecnológico de Aeronáutica), Faenquil/USP (Faculdade de Engenharia

Química de Lorena), as unidades da Unesp (Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho) em Guaratinguetá e São José dos Campos, Univap (Universidade do Vale do Paraíba) e Unitau (Universidade de Taubaté) - concentram os trabalhos na região.

Para Ribeiro, (2003), as pesquisas ligadas ao setor aeroespacial lideram o desenvolvimento de projetos, sem ser uma especificidade da região, pois há pesquisas em outras áreas.

Embora no plano nacional ela exerça destaque em relação a outras regiões e instituições. Por exemplo, o INPE lidera no número de pesquisas e média de qualificação, sendo referência no país em Ciências da Terra.

Ao todo são 91 instituições de ensino e pesquisa no VPP, a maior parte deles (70) na área de ciências exatas e da Terra e no setor de engenharia aeroespacial, com 13 grupos.

A Tabela 6 que mostra a produção bibliográfica por instituição mostra que o INPE, contribui com 33,35%, se destacando na produção científica entre as instituições de pesquisa e a UNESP, com 15,09%, entre as universidades.

Tabela 6 - Publicação e Orientação por Pesquisador, 2010

Tipo de produção	Institutos de Pesquisas				Universidades			TOTAL
	CTA	INPE	ITA	EEL	UNESP	UNITAU	UNIVAP	
Produção Bibliográfica	6.035	23.401	7.699	6.340	10.593	8.980	7.109	70.157
Nº de Pesquisador	277	548	171	92	187	223	130	1.628
Nº de publicação/ pesquisador	21,7	42,7	45	68,9	56,6	40,2	54,6	43
Orientação Concluída	896	2.019	1.772	859	1.907	2.791	1.197	11.441
Nº de Orientadores por pesquisador	3,2	3,6	10,3	9,3	10,1	12,5	9,2	7

Fonte: CNPQ, Sumula Estatística, 2010. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/web/dgp/por-instituicao2>

A Tabela 6 que mostra a produção bibliográfica por instituição, em 2010, onde podemos observar que o INPE, contribui com 33,35%, se destacando na produção científica entre as instituições de pesquisa e a UNESP, com 15,09%, entre as universidades. Os indicadores permitem salientar que algumas questões locais e regionais auxiliem o planejamento e os tomadores de decisão nas políticas de desenvolvimento.

Segundo Santos e Sousa (2008), observando as áreas críticas do município e da região, pode-se buscar cooperações que contribuam para que a região e os

municípios possam manter programas de desenvolvimento e formação do capital humano.

2.4.5 Alguns dados macroeconômicos e sociais brasileiros de Taubaté

Apresentar alguns dos principais indicadores utilizados para mensurar o desenvolvimento, tem como objetivo contextualizar a situação do município de Taubaté e do Brasil, de maneira que se possa observar como a universidade vem se comportando diante do panorama econômico e social que a cerca.

Nesse sentido, algumas comparações são fundamentais para entender-se a ação da instituição e seus resultados, que contribuem para legitimar o desenvolvimento sustentado por um capital humano de qualidade.

Entre os indicadores, o de maior incidência ou impacto na atualidade é o Produto Interno Bruto (PIB), que no caso de Taubaté, não é tão atual pois não há disponibilidade deles após 2011. No entanto, é possível se verificar a tendência que os valores apresentam.

Tabela 7 – PIB de Taubaté

Ano	Bilhões de reais
2009	8.324
2010	9.778
2011	9.756

Fonte: Fundação Seade, 2013

Percebe-se que o PIB da cidade apresentou crescimento, se estabilizando após 2009. Na Tabela 7, observa-se que existe uma tendência de crescimento do PIB, assim como a participação no setor industrial que concentra mais tecnologia.

Porém, no último ano medido ocorreu uma estabilização. Mas é interessante o crescimento que apresentou e a conseqüente necessidade de capital humano que a cidade precisou formar.

Outro indicador que contribui para a contextualização do cenário do município e da universidade, mostra que há forte participação de Taubaté nas exportações, conforme apresenta a Figura 17.

A cidade centraliza a região do entorno sendo responsável por 81% das exportações, que somou no ano de 2013, um valor de mais de 2 bilhões de dólares.

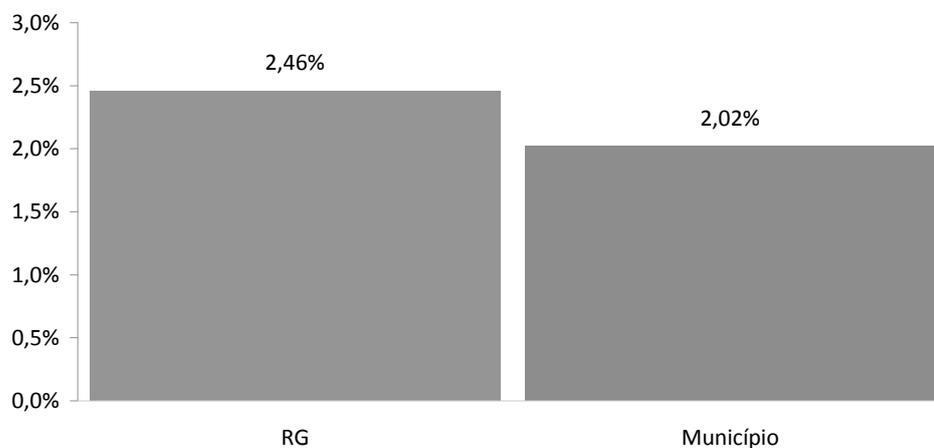


Figura 17 – Participação nas exportações do Estado, 2013. Estado de São Paulo, Região do Governo de Taubaté e Município de Taubaté

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Fundação SEADE

A grande concentração das exportações denota um perfil da cidade de Taubaté. Na era da globalização, a participação no mercado global exige conhecimento em várias áreas.

Nas Figuras 18 e 19 a seguir, pode-se perceber o perfil do município é caracterizado por atividades predominantemente urbanas.

A indústria, o comércio e as atividades de serviços concentram quase 95% da mão de obra ativa. Enquanto as atividades rurais contribuem apenas com 0,67% dos empregos formais.

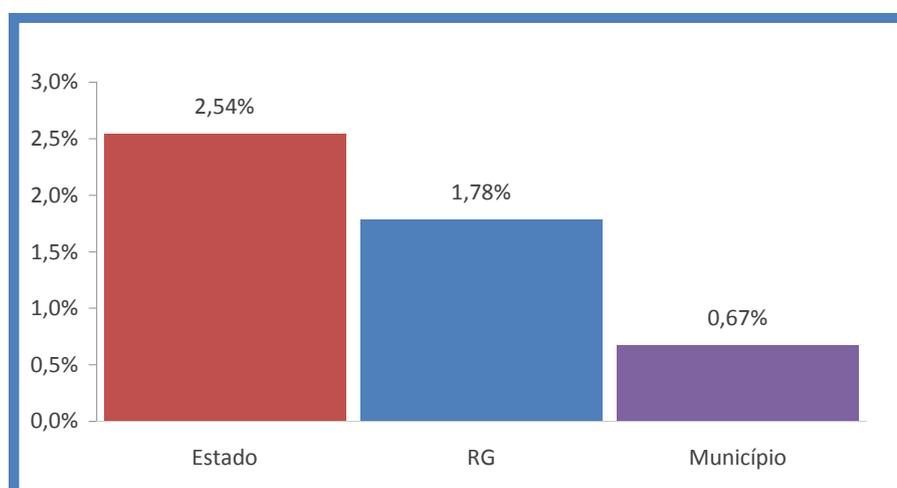


Figura 18 – Emprego e Rendimento dos Empregos Formais da Agricultura, Pecuária, Produção Floresta, Pesca e Aquicultura na Região de Taubaté, 2012

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – MTE Relação Anual de Informações Sociais RAIS

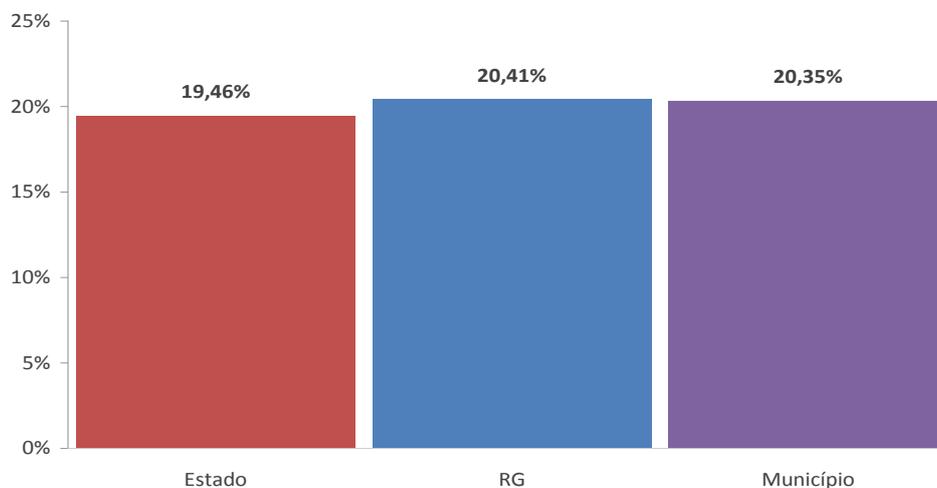


Figura 19 – Emprego, Rendimento e Participação dos Empregos Formais da Indústria no total dos Empregos Formais, 2012

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – MTE Relação Anual de Informações Sociais RAIS

A Figura 20 reforça a dinâmica do município de Taubaté, pois mostra uma atividade comercial municipal acima da média do estado e da região. Isso coloca a cidade numa posição de destaque regional.

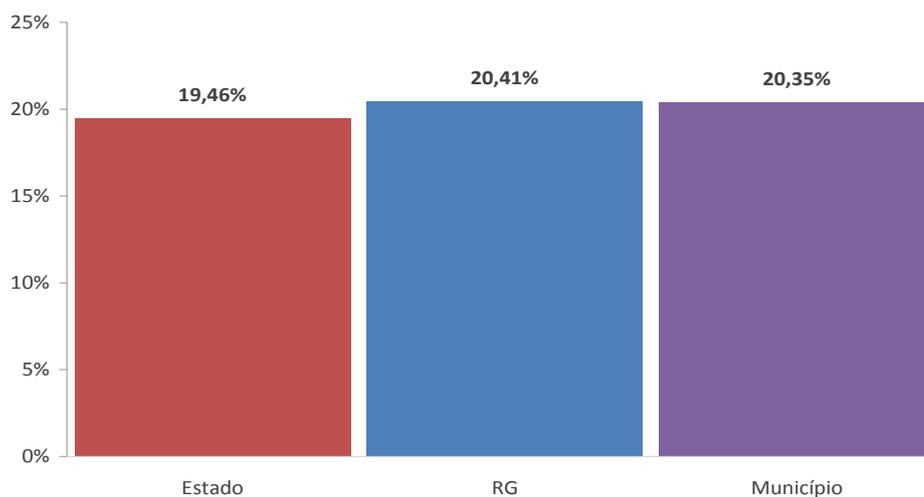


Figura 20 – Emprego e Rendimento Formais do Comércio Atacadista e Varejista e Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas, 2012

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – MTE Relação Anual de Informações Sociais RAIS

Na Figura 21 outra associação entre desenvolvimento econômico e educação, a taxa de urbanização mostra a relação entre o crescimento da população urbana e a diminuição da população rural, que mostra um perfil que requer cada vez mais investimentos na educação para se qualificar essa crescente população urbana e sua fixação na cidade.

Dessa perspectiva é possível perceber que há uma necessidade de capital humano qualificado no município.

Por pertencer a um polo tecnológico, a cidade precisa de um planejamento que acompanhe as necessidades de um mercado de trabalho com a concentração nas atividades urbanas.

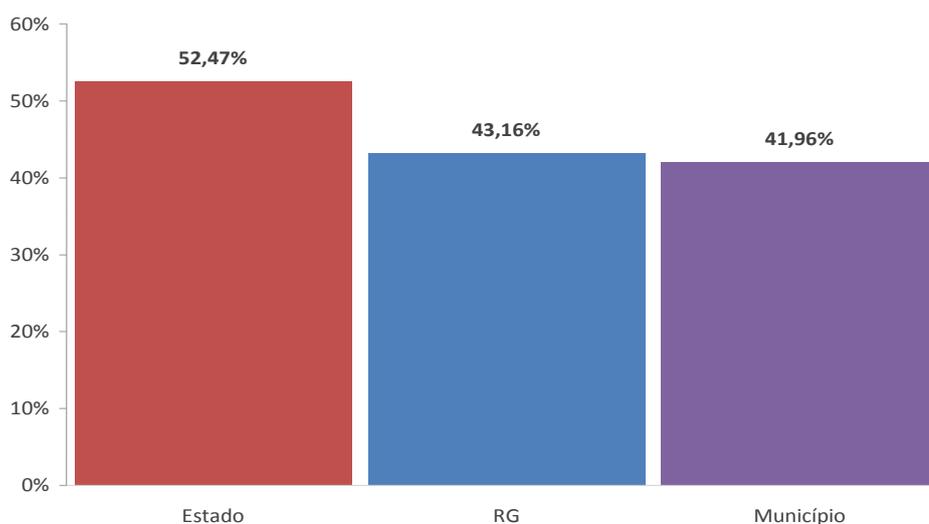


Figura 21 - Emprego e Rendimento Formais dos Serviços no total de Empregados Formais, 2012
Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, 2012

O perfil da cidade se reflete em outros indicadores, como no IDH (Índice de Desenvolvimento Humano, que mede a qualidade de vida da população). Também a taxa de urbanização do município apresentou crescimento entre 1991 e 2010, como observa-se na Tabela 8, correspondendo a uma oferta de melhor qualidade de vida na área urbana, o que fez a população rural diminuir com as novas possibilidades que se apresentaram

Tabela 8 – População Total, por Gênero, Rural/Urba e Taxa de Urbanização – Taubaté.

População	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
População Total	206.965	100,00	244.165	100,00	278.686	100,00
População Residente Masculina	102.493	49,52	120.309	49,27	136.752	49,07
População Residente Feminina	104.472	50,48	123.856	50,73	141.934	50,83
População Urbana	197.801	95,57	229.855	94,14	272.673	97,84
População Rural	9.164	4,43	14.310	5,86	6.013	2,16
Taxa de Urbanização	-	95,57	-	94,14	-	97,84

Fonte: PNUD e FJP, 2012

Na Figura 22, vê-se que o IDH municipal (IDHM), em 2010, já se encontrava próximo de 0,8, o que permite afirmar que a qualidade de vida na cidade é boa e acima da média brasileira e do estado.

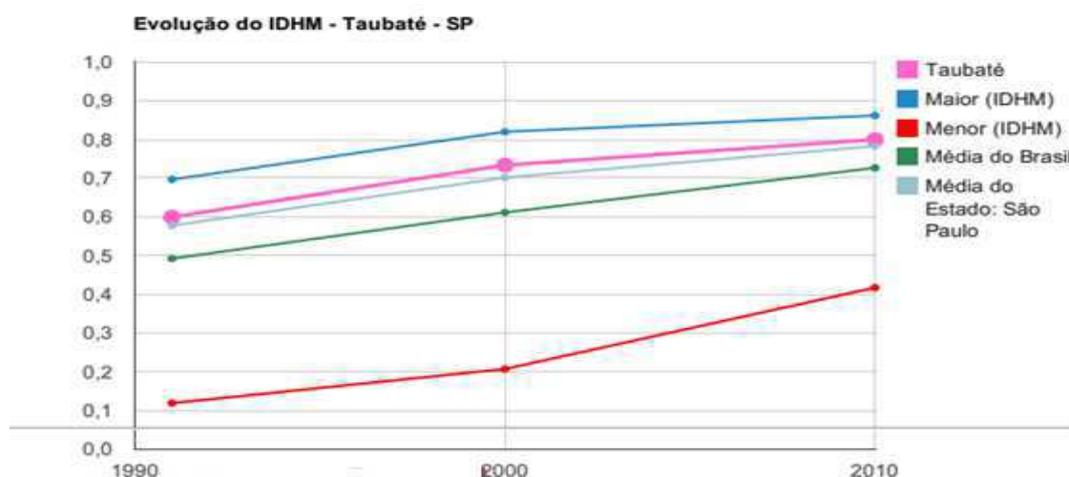


Figura 22 – Evolução do IDHM de Taubaté, 2011

Fonte: DATASUS, 2014

É importante assinalar que a qualidade de vida é financiada por uma renda mais elevada, que o município oferece por exigir maior qualificação da mão de obra, devido ao avanço tecnológico que sua produção possui.

Na Figura 23, pode-se ver a relação entre a qualidade de vida indicada pelo IDH, que é composto por vários indicadores que compõe um índice que serve de comparação entre os países e/ou localidades, com objetivo de medir o grau de desenvolvimento, a educação é um dos indicadores utilizados para essa medição e

que apresentou crescimento acompanhando a evolução do panorama do município. Com uma média maior que a nacional e a estadual. A média regional não pode ser apresentada por não existir dados históricos da região que foi organizada recentemente.

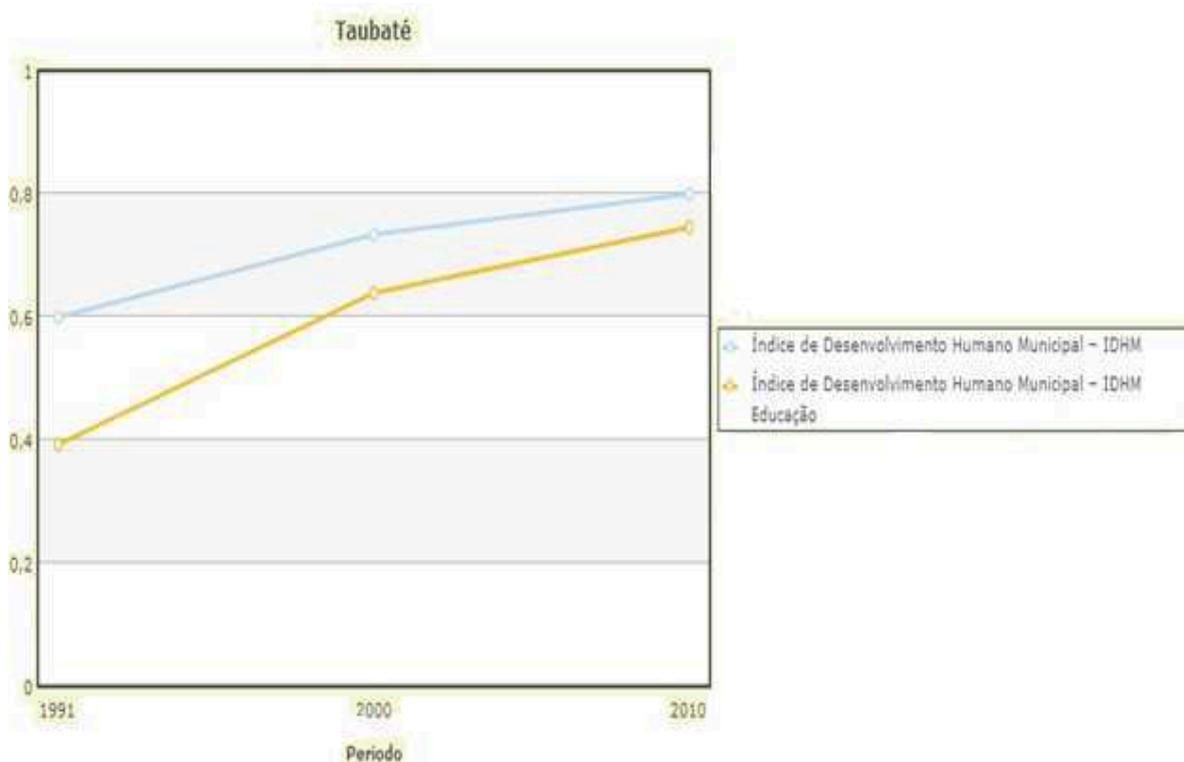


Figura 23 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – Educação, 2010
Fonte: DATASUS, 2014

Outro indicador da realidade de Taubaté e das exigências que se colocam, é a elevação da população adulta, como pode-se observar na Figuras 24 e 25, que diante do contexto da educação básica obrigatória, sugere um aumento da oferta de vagas e cursos na Educação Superior.

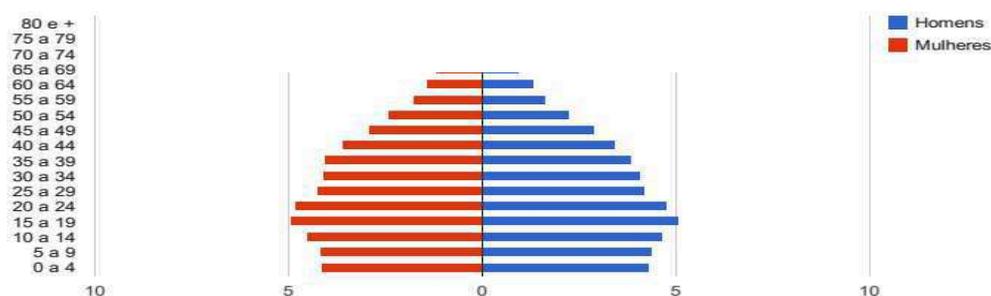


Figura 24 – Distribuição por Sexo, segundo os grupos de idade, 2000
Fonte: Banco Mundial, IDH, 2014

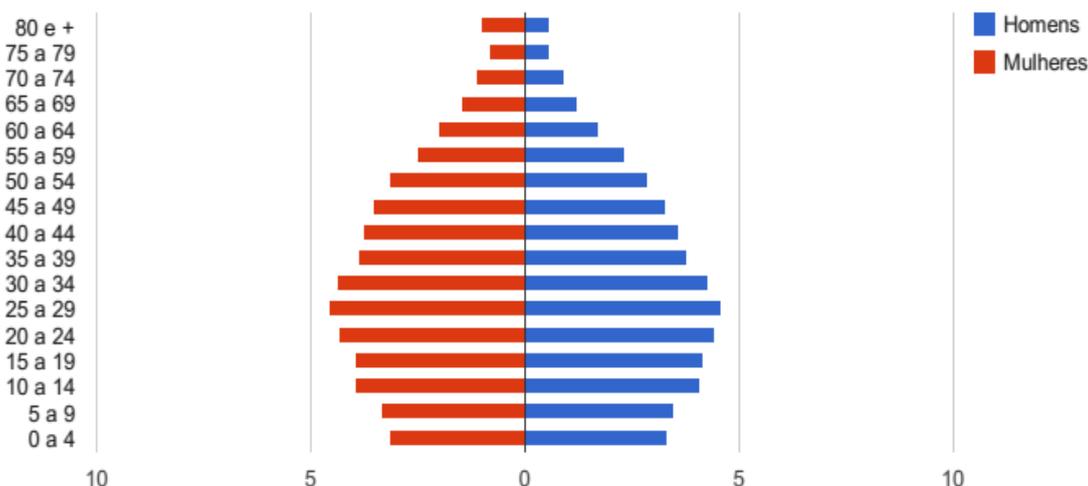


Figura 25 – Distribuição por sexo, segundo os grupos de idade – Taubaté, 2010
Fonte: Banco Mundial, IDH, 2014

Finalmente, para Andrade (2012), os indicadores educacionais mostram que o município vem requerendo uma educação superior com maior número de vagas e programas de incentivo ao acesso. Na Figura 26, observa-se que somente frequentam a educação superior 19,2% da população com idade entre 18 e 24 anos, que compõe a faixa etária ideal. Esse percentual baixo se comparado aos números de acesso ao ensino superior, em 1997, nos Estados Unidos e Coreia do Sul, que atingia 45% dos jovens de 18 a 21 anos, e 69% na Coreia do Sul, respectivamente.

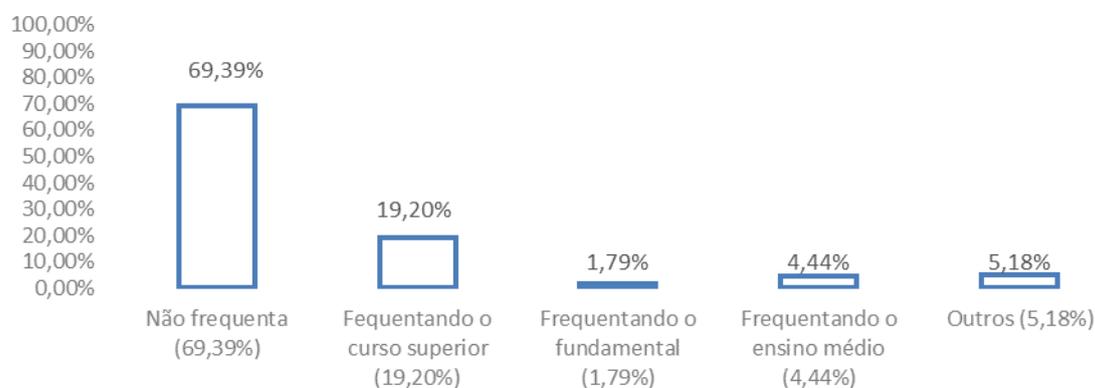


Figura 26 – Frequência Escolar de 18 a 24 anos – Taubaté, 2010
Fonte: IBGE, 2013

Na Figura 27, pode-se verificar o crescimento da população com nível superior no município. O quadro mostra que o percentual de pessoas com nível superior passou de 9%, em 1991, para 16,8%, em 2010.

Esse aumento se deve as exigências do mercado e ao aumento da oferta de vagas no ensino superior. Contudo, não é possível saber se houve migração da mão de obra qualificada de outras regiões para o município, ou se ela é nativa do contexto municipal da formação de capital humano. O que indica, de qualquer forma a necessidade de um ensino superior atuante e que planeja sua participação no processo de desenvolvimento.

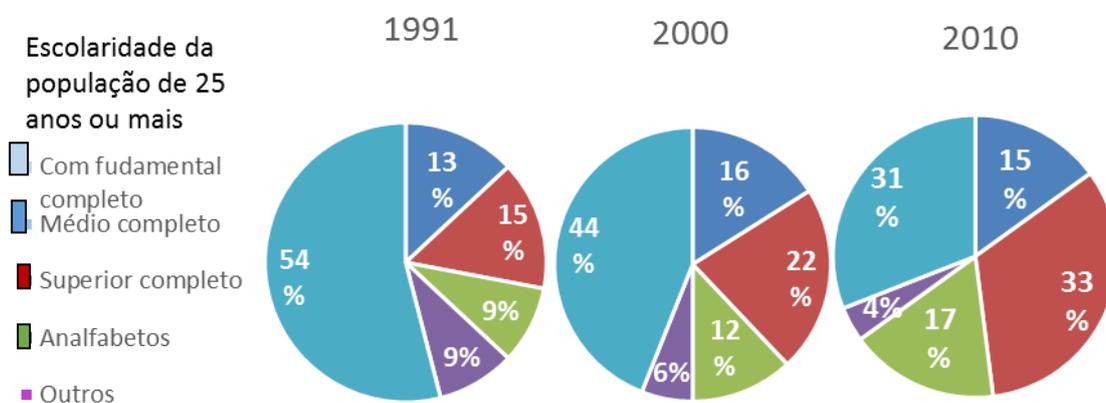


Figura 27 – População Adulta, 2010
Fonte: IBGE, 2013

Pelo discorrido até aqui, percebe-se que os dados macroeconômicos e sociais do município de Taubaté, são favoráveis as instituições de nível superior. As oportunidades para contribuir de forma efetiva com o desenvolvimento econômico e social dependem do planejamento estratégico de cada uma delas, bem como das políticas públicas que incluam no plano de desenvolvimento a educação, como defenderam alguns teóricos, como Schumpeter e Celso Furtado.

3 MÉTODO

3.1 Tipo de pesquisa

De acordo com Lakatos e Marconi (2003, p. 82), o método da pesquisa é composto por um grupo de atividades sistemáticas e racionais que garante atingir o objetivo com segurança e economia. Além disso, orienta o caminho a ser seguido para se alcançar conhecimentos válidos.

Nesse sentido, o trabalho foi elaborado a partir do método estudo de caso como estratégia de pesquisa, que segundo Yin (2001, p 19-20), pode ser utilizado em situações que se possuem estudo de organizações gerenciais, pesquisa de planejamento regional e municipal. Ainda segundo o autor, um estudo de caso consiste numa investigação empírica de um determinado fenômeno que está inserido dentro da realidade e baseado em fontes evidenciais.

As bases lógicas da pesquisa e se constituíram a partir do método indutivo, que, segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 28), é um método que permite partir de algo particular para se formular uma questão mais ampla e geral.

De acordo com Lakatos e Marconi (2003, p. 86)

Indução é um processo mental por intermédio do qual, partindo de dados particulares, suficientemente constatados, infere-se uma verdade geral ou universal, não contida nas partes examinadas. Portanto, o objetivo dos argumentos indutivos é levar a conclusões cujo conteúdo é muito mais amplo do que o das premissas nas quais se basearam.

Ainda segundo Lakatos e Marconi (2003), são os elementos fundamentais para o método indutivo:

- observação dos fenômenos;
- descoberta da relação entre eles;
- generalização da relação.

A pesquisa combinou o levantamento bibliográfico e exploratório, pesquisa documental. O objetivo de uma pesquisa exploratória é familiarizar-se com um assunto ainda pouco conhecido, pouco explorado.

3.2. Instrumentos

Foi realizada inicialmente uma pesquisa bibliográfica conceitual e histórica, para substanciar os resultados dos levantamentos posteriormente realizados. Essa dimensão envolverá revistas, jornais, livros especializados no tema e suas vertentes. Nesta etapa os elementos encontrados serão sistematizados de maneira a elucidar o problema da pesquisa.

A seguir foi realizada uma pesquisa documental que, segundo Santos (2000), trata-se de uma técnica decisiva para a pesquisa em ciências sociais e humanas, a Análise Documental é indispensável porque a maior parte das fontes escritas – ou não – é quase sempre a base do trabalho de investigação; é aqueles realizados a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos.

Sendo está pesquisa de modalidade exploratória, cujo objetivo é a caracterização inicial do problema e de sua definição.

3.3. Procedimentos de coleta de dados

A coleta de dados foi realizada em duas etapas, sendo a primeira uma pesquisa documental institucional coletada junto a UNITAU, sua Avaliação Institucional, no período 2009-2013.

A segunda etapa, com anuência e auxílio da orientadora e coordenador do curso, foi coletado documentos avulsos sobre as quantidades de bolsas e cursos ofertados/realizados pela instituição.

3.4 Procedimentos para análise de dados

De acordo com Prodanov e Freitas (2013), nessa fase da pesquisa, a análise dos dados é organizada e interpretada para atender aos objetivos da pesquisa. Buscou-se uma comparação e confrontação dos dados para confirmar ou rejeitar os pressupostos da pesquisa.

Segundo Yin (2001), as informações coletadas disponibilizaram séries diferentes que permitiram a criação de matrizes de categorias, apresentados em tabelas, gráficos e fluxogramas que facilitaram a terceira etapa da pesquisa. Assim pode-se examinar a complexidade das relações que cada evento possui.

Para a análise dos dados obtidos a partir dos documentos foram utilizadas técnicas quantitativas como tabulação, análise percentual e cruzamento dos dados utilizando o programa de computador Microsoft Excel 2013.

A análise e interpretação foram desenvolvidas a partir dos dados quantitativos apurados de acordo com a metodologia e as relações do referencial teórico e do contexto real foram estabelecidas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na era da globalização, a integração entre estado, economia e educação no planejamento pode garantir mais qualidade mão de obra agregada a mercadoria, além da estabilidade econômica e social.

Nesse sentido, o VPP apresenta um variado quadro de instituições acadêmicas capaz de formar o capital humano, no sentido definido por Schultz (1973), que é necessário para alavancar e manter o processo de desenvolvimento regional. Uma vez que, o desenvolvimento econômico demanda capital humano especializado nos tempos da mundialização dos mercados.

Outra dimensão importante nesse trabalho, destaca a participação do Estado no processo de desenvolvimento regional do VPP, que segundo Coutinho e Reichstul (1977), adquire uma postura reguladora e, ao mesmo tempo, atua no sentido de criar as condições infra estruturais do desenvolvimento do capital, contendo de outro lado a natureza concentradora que a sua reprodução realiza.

Dessa forma, segundo Sen (2010), impede que ocorra apenas crescimento econômico, propiciando o desenvolvimento.

Diante desse panorama, Santos e Freitas (2010) defendem que, a universidade passou a ser vista como elemento fundamental para o desenvolvimento. Mas as tendências do ensino superior mostram que está ocorrendo um distanciamento entre a pesquisa e a formação superior, em virtude a proliferação de cursos superiores de curta duração, de 02 anos.

Contudo, há um crescente aumento da oferta de vagas no ensino superior e também um número crescente de instituições, porém elas estão mal distribuídas pelo território nacional, havendo concentração na região sudeste. Nesse sentido, a competição pelo mercado de formação de capital humano qualificado exige uma maior percepção das instituições no planejamento das suas ações acadêmicas que objetivam oportunizar uma maior qualidade do ensino. Sendo essa uma ação que permite um grande crescimento devido aos baixos indicadores da produção acadêmica brasileira. Quanto melhor o nível de ensino que a instituição oferece, maior a procura diante de um mercado de competição mundial.

O estudo de caso proposto neste trabalho procurou levantar as estratégias e ações executadas pela UNITAU para implementação da sua missão e objetivos no intuito de atender a demanda da região. As políticas da instituição decorrem do planejamento e desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão que visam atender ao corpo discente. Dentre as estratégias adotadas a partir de 2013, além da consulta aos alunos da graduação, passou-se a realizar pesquisa com estudantes de pós-graduação *strictu sensu*, para a verificação do que funciona de forma eficiente e o que necessita ser melhorado.

No caso em questão, o recorte selecionado, bolsas de estudo; estágio, são estímulos ao público estudantil para formação e aprimoramento profissional que buscam atender aos requisitos do mercado local. Nesse sentido, cada um desses elementos será alvo de estudos a partir dos dados quantitativos disponibilizados pela instituição, além dos dados disponibilizados por pesquisas de renomados institutos, como o IBGE, o INEP, a Fundação Sebrae, e das Avaliações Institucionais da UNITAU, no período de 2009 a 2013.

A complexidade organizacional da IES exige um estudo da variedade de serviços gerados dentro da instituição, que dependem da postura de uma gestão estratégica que tem como objetivo o desenvolvimento de competências para executá-los.

A arquitetura estratégica pode ser exemplificada pela Figura 28 constituída dos elementos típicos que compõe um subsistema de pesquisa de uma IES. A operacionalização exige uma experiência organizacional do ensino superior em diferentes âmbitos da organização. Envolvendo subsistemas como: administrativo, da comunicação, da informação, pedagógico e da investigação, que dependem de uma harmonia estruturada e estruturada no conhecimento acumulado na instituição.

A capacidade da gestão da IES de construir alianças para ampliar sua capacidade de ofertar serviços é um dos aspectos que a tornam competitiva no mercado universitário e econômico. Isso permitirá a implementação de uma Administração de Custos por Programas e Projetos fundamentados na distinção das atividades e aumentando, dessa forma, a eficácia da cadeia de valores interna e conseqüentemente, a incorporação aos serviços e produtos finais novos padrões de desempenho.

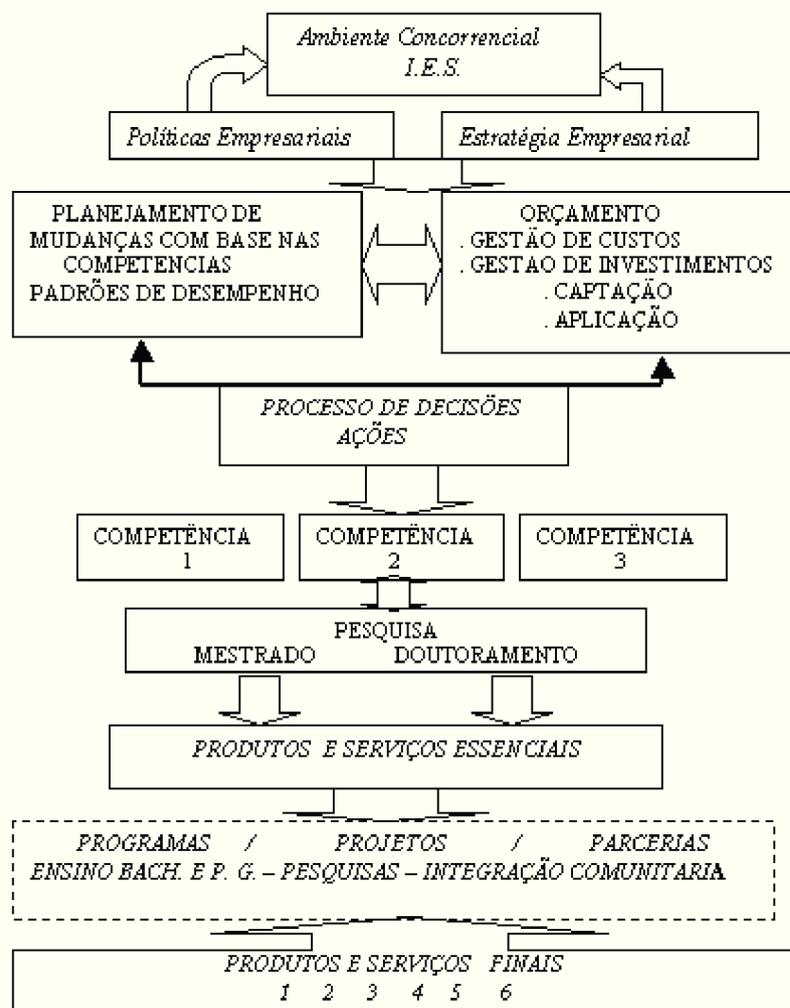


Figura 28 – Competências essenciais e desempenho competitivo
 Fonte: Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, 2013. Disponível em http://www.fecap.br/adm_online/art23/eolo2.htm

O esquema busca mostrar como uma instituição de ensino superior de agir num mercado concorrencial buscando maior eficácia de suas ações de forma a atender as demandas da sociedade na área educacional.

Para Fleury, Subirats e Blanco (2008) a estrutura de concorrência entre as Instituições de Ensino Superior de natureza privada encontra-se organizações diante de oportunidades potenciais significativas de origem sistêmica, o desenvolvimento econômico gerado por profundas mudanças decorrentes do neoliberalismo e da globalização iniciada no final do século passado, o que implica, no seu âmbito interno, em mudanças diretivas profundas e de natureza estratégica.

4.1 A Avaliação Institucional

O SINAES foi discutido pela primeira vez no seminário Universidade do Século XXI, realizado em novembro de 2003, patrocinado pelo Banco Mundial e organizado pelo MEC. Uma Comissão Especial de Avaliação da Educação Superior foi constituída nesse seminário e elaborou o documento intitulado SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR – SINAES, que, inicialmente, convergia, em grande parte, para o quadro conceitual em que temos debatido o tema avaliação. Todavia, um exame das formas operacionais e materiais desse modelo revelou a continuidade das políticas heteronômicas, introduzidas na década de 90, as quais se valem da avaliação para conformar o sistema educacional a preceitos utilitaristas.

O SINAES virou lei a partir da aprovação da MP n° 147, de 17 de dezembro de 2003, que “Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências” – um dos eixos estruturantes da pseudo-reforma universitária proposta pelo governo federal.

Para a superação da dicotomia entre os ideais proclamados e as medidas objetivamente preconizadas pelo SINAES, seria necessária a inserção deste, ou pelo menos a inserção de seu debate, no escopo da política para o ensino superior. Uma análise atenta põe em evidência que a gestão desse sistema se caracteriza pela concentração de poder.

O SINAES representa a perda da autonomia universitária no processo de avaliação institucional porque mantém a influência do poder de governantes e do setor privado na avaliação e na gestão universitária. A composição das comissões que implementarão o sistema em cada instituição – as CPA (Comissões Permanentes de Avaliação) – é também problemática, porque interfere nas instâncias democráticas da própria instituição, uma vez que essas comissões são autônomas em relação aos conselhos e colegiados internos.

O que esta Comissão propôs foi um novo sistema de avaliação, com princípios de democracia e participação das instituições nos processos avaliativos. Segundo informações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (2009) entre os princípios defendidos pela Comissão na elaboração do sistema de

avaliação vigoram o respeito à identidade e à diversidade institucionais; o princípio de globalidade; a legitimidade e a continuidade dos processos avaliativos.

O SINAES é um marco legal importante para a política de avaliação da educação superior brasileira, pois antes dele, haviam leis dispersas que tratavam deste assunto, havendo alterações quanto às orientações para a avaliação do sistema. Além disso, desenvolviam-se e programas que ocorriam por um período de tempo, mas não tinham continuidade, por exemplo, o PAIUB, que foi importante para a criação de uma cultura de avaliação, mas por falta de incentivo governamental não se efetivou como uma proposta duradoura.

Não havia, antes do SINAES, uma prática sistematizada e garantida por lei para a avaliação da educação superior, em especial para a graduação. No entanto, as diversas experiências de avaliação anteriores deixaram marcas e constituíram o atual sistema de avaliação. Destacamos o Exame Nacional de Cursos (ENC) uma das primeiras experiências de exame em larga escala para a graduação, porém muito criticada pela forma de constituição da avaliação e divulgação de seus resultados.

Outro destaque ao SINAES é a valorização de processos de auto avaliação estabelecendo a CPA como uma comissão interna da instituição que conduza os processos avaliativos. Pois a avaliação vinculada apenas a processos externos e a regulação esgota-se em um sentido fundamental para instituição: o diagnóstico e participação da comunidade universitária e do seu entorno como agentes capazes da autocrítica e do conhecimento de potencialidades.

Valores que poderão se perder caso não se conduzam internamente um processo avaliativo. Perdendo-se estes valores a avaliação corre o risco de se tornar processo meramente regulatório e burocrático. Esquecendo-se do seu fator principal: a busca da qualidade do sistema como um todo.

Para subsidiar a pesquisa, os dados retirados da Avaliação Institucional da UNITAU serão comparados e analisados. Compreende-se que a Avaliação Institucional dá indicadores para a revisão de ações e das estratégias da atuação da IES, sendo uma ferramenta para planejamento e gestão institucional, instrumento este de acompanhamento contínuo do desempenho acadêmico e do processo sistemático de informações à sociedade, além de um instrumento para transformação, evolução e aperfeiçoamento dos aspectos acadêmicos e administrativos, fruto do compromisso com o processo de autoconhecimento, a partir

do qual é possível detectar erros e acertos, encontrar soluções e tomar decisões que, de fato, promovam uma educação superior de qualidade.

Visa, ainda, atender as diretrizes emanadas pela Lei do SINAES⁴ (2004), em consonância com as dez dimensões propostas no roteiro de auto avaliação. Entende-se que alguns aspectos da avaliação se têm constituído em instrumentos centrais das reformas da educação superior e estão relacionados às transformações socioeconômicas, que Dias Sobrinho (2003, p.53) colabora ao sugerir que as transformações são “impulsionadas pelos Estados e por agências e organismos transnacionais e multilaterais”.

Nesse âmbito, as instituições de ensino superior apressam-se em prestar contas à sociedade (*accountability*) de suas atividades voltadas para a auto-avaliação institucional, buscando evidenciar os efeitos dos processos avaliativos no percurso de sua trajetória.

De acordo com Dias Sobrinho (2003, p.55), as reformas e os modelos de avaliação não são originais, mas revelam “influências, orientações e até mesmo imposições externas” que recebem apoio de segmentos econômicos e políticos. Assim, o processo avaliativo, no âmbito educacional, passa a constituir-se claramente como um instrumento político nacional.

Para melhor compreender o significado da avaliação institucional para a instituição, é importante destacar seus princípios ao respeito às pessoas, à cultura e à condição social, ao diálogo onde se faz troca de saberes de forma bidirecional e democrática, a ética para atuação de forma responsável e transparente, de acordo com as normas e as leis, a cooperação para ação conjunta pautada na educação para a descoberta de oportunidades de negócios.

Segundo dados divulgados na Avaliação Institucional (2012), a UNITAU, como instituição pública municipal que atua em todos os níveis de formação educacional, desde a básica até a superior, conforme apresenta na sua Avaliação Institucional, tem como objetivos:

- ✓ Ministar o ensino em todos os níveis educacionais, voltado para o desenvolvimento humano, a formação profissional, técnica e cidadã, tornando o aluno capaz de exercer suas habilidades e competências

⁴ LEI N° 10.861, DE 14 DE ABRIL DE 2004.

na resolução das questões pessoais e profissionais, de forma a contribuir com sociedade.

- ✓ Incentivar e realizar pesquisas que contribuam com a produção de novos conhecimentos nas áreas das Ciências Humanas, Exatas e Biociências e aplicar tecnologias para a melhoria das condições de vida da região e do país.
- ✓ Exercer a sua responsabilidade socioambiental e cultural, estimulando, por um lado, o desenvolvimento da comunidade, a partir da realidade de suas demandas e, por outro lado, o desenvolvimento pessoal, profissional e humano do corpo discente.
- ✓ Qualificar, atualizar e motivar o corpo docente e o corpo técnico-administrativo a fim de mantê-los comprometidos com a missão e a visão institucionais.
- ✓ Monitorar e avaliar a ação institucional, com vistas a garantir a qualidade do ensino, a excelência em pesquisa e a relevância acadêmica, cultural e social.
- ✓ Dotar a instituição de infraestrutura física e acadêmica e de recursos humanos para o adequado desenvolvimento de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão.
- ✓ Garantir a sustentabilidade econômica, por meio do desenvolvimento de estratégias voltadas para a qualidade do ensino, pesquisa e extensão e para o enfrentamento das concorrências.
- ✓ Promover a expansão do ensino para além da ação regional, com a oferta de cursos de graduação, pós-graduação e de extensão na modalidade a distância.
- ✓ Desenvolver estudos e propor políticas públicas que possibilitem o apoio dos governos federal, estadual e municipal como forma de salvaguardar o interesse público inerente à ação da Universidades/faculdades municipais.
- ✓ Promover a visibilidade institucional da Universidade de Taubaté de forma estratégica, tendo em vista a sedimentação de sua imagem junto a seus diferentes públicos de interesse, a saber: comunicação institucional (formadores de opinião e comunidade), mercadológica (propaganda para venda de cursos de graduação, pós-graduação e

extensão) e interna (professores, funcionários e alunos). Tudo isso tendo em vista o fortalecimento de sua identidade como a maior e mais tradicional Instituição de Ensino Superior de toda a região.

4.1.1 Missão e visão da instituição - UNITAU

A missão da UNITAU expressa na Avaliação Institucional, é:

- ✓ Desenvolver, difundir e produzir conhecimento em todos os níveis educacionais, mediante ações integradas de ensino, pesquisa e extensão para atender às demandas da sociedade e do mundo do trabalho, propiciando a formação da consciência social, ambiental e da cidadania, exercendo o compromisso social de instituição pública que propicia a formação profissional, a inserção no mercado de trabalho, o desenvolvimento regional e obtendo reconhecimento da sociedade e da comunidade acadêmico-científica regional, nacional e internacional (UNITAU, 2012).

A Visão da UNITAU é:

- ✓ Transcender a função educacional regional para ser reconhecida estrategicamente como centro de referência, nacional e internacional, em ensino, pesquisa e extensão (UNITAU, 2012).
- ✓ Conquistar excelência tecnológica, científica e educacional e a sustentabilidade econômica para manter e viabilizar as ações sócio-educacionais-científicas, consolidando sua posição de líder no mercado regional (UNITAU, 2012).

Todos esses itens atendem as questões do desenvolvimento apresentadas na revisão da literatura, pois defende-se a inserção da educação superior no projeto de desenvolvimento brasileiro.

4.1.2 Histórico e desenvolvimento da instituição de ensino - dados da instituição

A UNITAU foi criada pela Lei Municipal 1.498/74, de 6 de dezembro de 1974, e reconhecida pelo Decreto Federal 78.924/76 de 9 de dezembro de 1976. Desde sua formação, o sistema de Ensino Superior de Taubaté passou a ser denominado Universidade de Taubaté, com registro no CNPJ nº 45.176.153/0001-22 e sede e foro na cidade de Taubaté - SP, município localizado na região do Vale do Paraíba, Estado de São Paulo (UNITAU, 2012).

Na qualidade de Instituição de Ensino Superior criada por Lei Municipal, a UNITAU vincula-se ao Sistema Estadual de Educação do Estado de São Paulo, sendo jurisdicionada ao Conselho Estadual de Educação de São Paulo (UNITAU, 2012).

A UNITAU organiza-se em 23 unidades de ensino, sendo 20 Departamentos e 3 Institutos Básicos, nos quais os professores desenvolvem atividades de ensino, pesquisa e extensão, relativas a cada campo do conhecimento, havendo, ainda, integração entre os vários cursos de acordo com os projetos em desenvolvimento (UNITAU, 2012).

Nessa estrutura a instituição oferece cursos de Administração: habilitação em Hotelaria e Turismo; Administração ênfase em Comércio Exterior; Administração ênfase em Gerenciamento Empresarial; Agronomia, Arquitetura e Urbanismo; Biologia; Ciências Contábeis; Ciências Econômicas; Computação (Bacharelado); Computação Aplicada (Automação de Sistemas); Computação Científica; Comunicação Social – Jornalismo; Comunicação Social – Publicidade e Propaganda; Comunicação Social – Relações Públicas; Direito; Educação Física; Enfermagem; Engenharia Ambiental e Sanitária; Engenharia Civil; Engenharia de Alimentos; Engenharia de Produção Mecânica; Engenharia Elétrica e Eletrônica; Engenharia Mecânica (ênfase em Mecatrônica); Engenharia Mecânica; Engenharia Aeronáutica; Filosofia; Física; Fisioterapia; Geografia; História; Letras; Matemática; Medicina; Nutrição (criado em 2004); Odontologia; Pedagogia; Psicologia; Serviço Social; Sistemas de Informação; Sistemas de Informação - Análise e Gestão em Tecnologia da Informação; Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas; Tecnologia em Gestão Comercial; Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos; Tecnologia em Logística; Tecnologia em Processos Gerenciais.

No nível da pós-graduação são oferecidos os cursos: Doutorado e Mestrado em Odontologia; Mestrado em Engenharia Mecânica; Mestrado em Linguística Aplicada; Mestrado em Ciências Ambientais; Mestrado em Gestão Desenvolvimento Regional e Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Regional.

4.2 A política para o ensino: alguns resultados

A instituição oferece cursos em diferentes níveis, graduação, pós-graduação e extensão, que procuram atender a demanda social da região por educação. No cumprimento da missão de formar capital humano e social, a UNITAU oferece cursos de graduação através dos 20 departamentos que compõe a estrutura acadêmica.

A política de ensino da instituição tem como objetivo articular o ensino e a pesquisa, buscando difundir o conhecimento pela comunidade acadêmica e promover a integração com a sociedade e o mercado, exercendo sua função social, técnica, científica e ética (CPA 2013, p. 26).

Oferecimento de suporte técnico e administrativo necessário para a manutenção, o aprimoramento, a expansão das unidades técnico-pedagógico-operacionais da Universidade de Taubaté que sustentam as relações da comunidade acadêmica com a comunidade externa, tais como: Escritório de Assistência Jurídica, Clínicas de Odontologia, Fisioterapia e Psicologia; Centro de Documentação e Pesquisa Histórica (CDPH); Núcleo de Pesquisas Sócio-Econômicas (NUPES); Creche/Unitau; Sistema Integrado de Bibliotecas (SIBi); Cerimonias Solenes de Colação de Grau dos Cursos de Graduação da Universidade. (CPA, 2013, p. 26)

A Universidade de Taubaté procura oferecer uma série de subsídios para ações de extensão universitária, buscando atender a comunidade acadêmica nas suas relações com a comunidade externa.

Oferece subsídios, estabelece parcerias que tem como objetivo o atendimento da demanda socioeconômica através de vários programas e oferta de diferentes tipos de bolsas de estudo.

A oferta de cursos de graduação nos de 2009 a 2013 sofreu um incremento de 63,07%, com conseqüente aumento no número de vagas. A UNITAU, procurou

atender a demanda por educação superior na região, mostrando, com isso, seu compromisso educacional (CPA, 2013, p. 26).

4.2.1 Políticas acadêmicas para a graduação da UNITAU

Dentro da visão da UNITAU, a instituição busca ser reconhecida como no Vale do Paraíba como uma universidade pública que procura articular os saberes acadêmicos com as diferentes necessidades da comunidade e do mercado.

Na esfera docente, a UNITAU procura estimular a presença de professores visitantes nas diversas áreas do conhecimento. Seguindo a proposta de difusão do conhecimento que a instituição propõe. Embora, como mostra a Tabela 9, tenha ocorrido uma redução dessa prática nos últimos anos.

Tabela 9 – Professores Visitantes

2010	2011	2012	2013
16	13	8	9

Fonte: Relatórios CPA 2009 a 2013.

Nesse sentido, a universidade mantém uma linha de qualidade para oferecer uma série de cursos de graduação nos últimos anos, procurando atender as necessidades da sociedade.

Tabela 10 – Cursos de graduação ofertados 2009-2013

Ano	Cursos de graduação	Variação percentual
2009	41	-
2010	48	14,58%
2012	48	0
2013	65	26,15%

Fonte: Relatórios CPA 2009 a 2013

No ano de 2013, os 65 cursos ofertados pelos 20 departamentos da instituição, entre bacharelados, licenciaturas e tecnológicos que estavam distribuídos pelas três áreas do conhecimento, sendo: 28 na de ciências exatas, 22 na de ciências humanas e 15 na de ciências biológicas.

A instituição também ofereceu cursos EaD de licenciatura e tecnológico, em polos distribuídos pelo Vale do Paraíba e Região Metropolitana do Vale do Paraíba Paulista, nas cidades de Taubaté, São José dos Campos e Ubatuba.

Tabela 11 – EaD da UNITAU

Ensino a Distância			
Polos	Cursos	Licenciatura	Tecnológico
Taubaté	10	6	4
Ubatuba	11	7	4
S. J. dos Campos	13	9	4

Fonte: Relatórios CPA 2013

Dessa forma a UNITAU procura estar atuando nas modalidades educacionais existentes aumentando sua oferta e público de acordo com as necessidades da sociedade.

4.2.2 A política dos cursos de pós-graduação e extensão da UNITAU

Quanto aos cursos oferecidos pela instituição há uma maior concentração nos cursos de humanas.

Como se pode verificar na tabela 12, dos cursos de humanas ofertados, apenas 39% é efetivado, enquanto na área de biológicas os cursos efetivados representam 60% dos ofertados e na área de exatas de 33%.

Tabela 12 – Cursos ofertados e efetivados pela UNITAU

Cursos de extensão			
Ano	Ofertados	Efetivados	%
2009	73	34	46,57
2010	104	34	32,69
2011	94	38	40,42
2012	79	56	70,88
2013	88	39	44,31

Fonte: Avaliação Institucional UNITAU, 2011, 2012, 2013, 2014

Percebe-se novamente que há na instituição uma tendência para a área de biológicas, com 16 cursos (ver tabela 13).

A maior procura pelos cursos dessa área pode estar vinculada a questão do status decorrente das melhores condições de vida que o desenvolvimento vem propiciando nas últimas décadas.

Tabela 13 - Cursos oferecidos, por modalidade, com a carga horária, número de participantes por turma

Curso	Modalidade	C/H	Participantes	Nº turma
Esporte Educacional – Convênio com GAMT	Formação de Professores	180	45	2
Língua Brasileira de Sinais – Libras	Línguas	120	32	3
Leitura: Inglês Instrumental para fins acadêmicos	Línguas	75	46	3
Expressão Oral em Espanhol	Línguas	85	25	2
Expressão Oral em Inglês	Línguas	60	51	2
Aprendendo Informática com a UNITAU na Maturidade	Maturidade	64	49	2
Danças Circulares	Maturidade	64	49	2
Língua Espanhola: Cultura e Comunicação Básica para a Maturidade	Maturidade	32	48	2
Pintura a Óleo e Acrílica sem tela para a Maturidade	Maturidade	32	6	1
Inglês Básico para a Maturidade	Maturidade	64	90	2
Hatha Yoga (Yogoterapia)	Maturidade	64	23	2
Língua e Cultura Italiana para a Maturidade	Maturidade	32	23	1
Cuidador de Idosos no Atendimento Domiciliar	Maturidade	60	56	2
Nutrição para a Vida: Pães e Similares	Qualificação Profissional	300	67	5
Advanced Executive MBA – Convênio Com a Steinbeis University Berlin	Qualificação Profissional	810	67	3
Gastronomia – Técnicas Básicas	Qualificação Profissional	208	33	3
Gastronomia – Técnicas Avançadas	Qualificação Profissional	80	15	1
Instrutor de Yoga: formação básica	Qualificação Profissional	170	11	1
Lean Manufacturing	Qualificação Profissional	30	9	1
Nutrição para a Vida: Pães e Similares	Qualificação Profissional	90	76	3
Auditor Interno de Qualidade	Qualificação Profissional	30	15	1
Aperfeiçoamento em Anatomia Humana	Saúde	250	1	1

Fonte: Avaliação Institucional 2013, UNITAU

A gama de cursos oferecidos pela instituição procura atender a demanda de uma sociedade regional que vem apresentando desenvolvimento social e

requerendo educação nas várias áreas do conhecimento. Como pode-se observar na Tabela 14, o crescimento da renda per capita de Taubaté.

Tabela 14– Renda, Pobreza e Desigualdade – Taubaté SP

Ano	1991	2000	2010
Renda Per Capita	627,94	912,43	1.011,95
% de Extremamente Pobres	3,61	2,65	0,84
% Pobres	14,49	9,16	3,75
Índice de Gini	0,54	0,57	0,51

Fonte: PNUD, IPEA e FJP Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – Educação, 2010

Como se observa na tabela 14 a renda per capita quase que dobrou nos últimos 20 anos e a extrema pobreza no município reduziu a menos de 1%. As condições de vida melhoram criam novas perspectiva profissionais e os valores também se modificam. Em 2010, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), já buscava elaborar um projeto que se fundamentava para mostrar que a vida se torna melhora a partir do desenvolvimento de novos valores humanos, segundo afirmou em reportagem a autora que se identifica apenas por Viviane (2010), no site da Revista Terceiro Setor⁵.

O incremento da população economicamente ativa (ATLAS, 2013), com mais de 60% da população com possibilidade de trabalhar, abriu espaço para que a instituição acadêmica tivesse novas possibilidades no mercado educacional, uma vez que a população passa a buscar mais a qualificação, não apenas na área tecnológica, mas também em outras áreas, diversificando a oferta dos cursos, como observamos anteriormente.

Nesse panorama, a UNITAU busca atender as novas exigências da sociedade que requer maior diversidade para a formação do capital humano e do capital cultural.

Programa: Manutenção, melhoria e expansão do ensino de graduação, de cursos superiores de tecnologia e de cursos sequenciais, presenciais e a distância.

Objetivo: Buscar a excelência do ensino, adequando-o às novas exigências da sociedade competitiva e promover o aumento do número de vagas e de novos cursos nas modalidades presencial e a distância. (UNITAU, 2013, p. 07)

Observa-se que a extensão universitária não é composta apenas pela oferta de cursos, existem outras modalidades de extensão que atendem o público

⁵ Disponível em: <http://www.rets.org.br/?q=node/427>

estudantil. A UNITAU oferece uma variedade de programas de extensão, no entanto, neste trabalho, pretende-se apurar a oferta de cursos e estágios disponibilizados pela instituição. Dessa forma, observa-se na tabela 15, a seguir, o histórico da oferta de cursos de extensão.

Tabela 15 – Cursos de Extensão ofertados e realizados em 2010-2013

Ano	Cursos propostos	Cursos realizados	Alunos atendidos
2010	55	16	512
2011	75	33	721
2012	80	51	672
2013	74	29	822
Total	284	129	2727

Fonte: Avaliação Institucional UNITAU 2010-2013

A diretoria acadêmica procurou cadastrar quase 300 cursos de extensão no período, sendo que os que foram implementados, totalizaram uma carga horária de 29.000h aproximadamente, com um incremento de 62,3% no número de alunos no período 2010-2013, em diversas modalidades, saúde, formação de professores, línguas, etc.

A instituição também procura qualificar através da oferta de cursos de extensão, disponíveis para os alunos e público externo. Os cursos atendem as três grandes áreas do conhecimento proporcionalmente a atual política e interesse do mercado da cidade e região, como se observa na tabela 16.

Tabela 16– Cursos de extensão ofertados pela UNITAU em 2013

Area do conhecimento	Cursos ofertados	% área
Humanas	09	31,04%
Exatas	04	13,79%
Biológicas	16	55,17%
Total	29	100%

Fonte: Avaliação Institucional, 2013

Nesse sentido, a UNITAU procura se adequar não só aos requisitos do mercado, mas também de uma sociedade cada vez mais exigente em termos de formação de capital humano, cultural e social.

A nova realidade impõe estratégias que atendam aos novos interesses e a instituição contribui com a diversificação, como se observou.

Nos cursos de pós-graduação *strictu sensu*, a UNITAU manteve os seguintes programas no período de 2009-2013 conforme tabela abaixo.

Tabela 17 – Pós Graduação *Strictu sensu*, número de matriculados – UNITAU

Mestrado	2009	2010	2011	2012	2013
Desenvolvimento humano			57	13	43
Gestão e desen. Regional	51	87	14	34	84
Planejamento e desen. Regional				7	25
Ciências ambientais	15	35	96	19	56
Engenharia mecânica	70		172	62	75
Linguística aplicada	25		66	25	60
Odontologia	19		18	09	8
Doutorado em odontologia	5		11		5
Total	185	122	434	169	356

Fonte: Relatórios CPA 2009 a 2013

Como se pode observar na tabela 17, há apenas um curso no nível do doutorado, na área da saúde, não sendo ofertado nas outras áreas que possuem cursos no nível do mestrado, o que força os interessados em continuar os estudos a buscar em outras instituições a oportunidade de aprimoramento.

4.2.3 Os incentivos ofertados pela UNITAU – Bolsas de estudos

O complexo educacional oferece alguns programas de incentivo à produção discente que atendem os níveis de especialização, mestrado e doutorado.

Tabela 18 – Variação da oferta de bolsas 2011-2013

Natureza	2011	2012	Varição
Doutorado	18	15	-16%
Mestrado	2	3	50%
Especialização	6	5	-16%
Total	26	23	-11,5%

Fonte: Relatórios CPA 2009 a 2013

Existe na instituição um maior incentivo para o nível do doutorado com quase 70% das bolsas ofertadas. A maior parte do mestrado da UNITAU é profissional e seus incentivos podem ser ofertados pelas empresas onde os alunos trabalham.

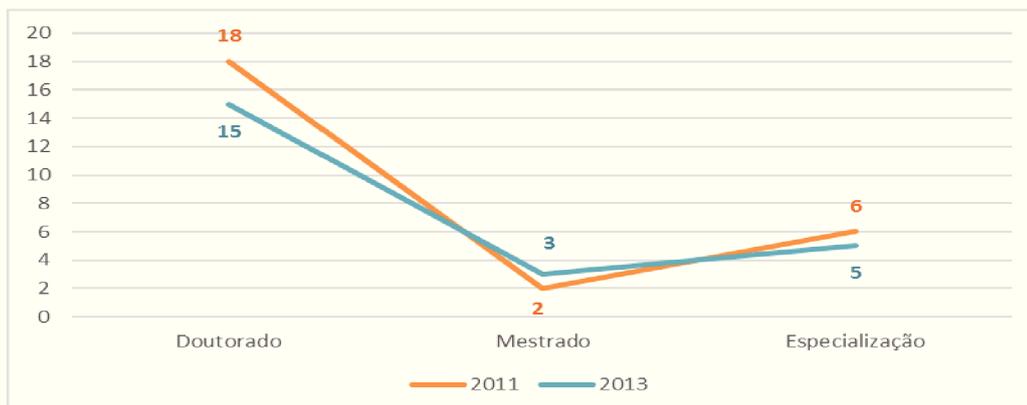


Figura 29 – Variação da oferta de bolsas 2011-2013

Fonte: Avaliação Institucional 2011-2013

Observa-se uma queda na oferta de bolsas pela instituição no período 2011-2013, isso pode ser devido a transição entre a saída e entrada de alunos outro fator que tenha provocado a variação de 11,5% para menos na oferta, que pretende-se verificar na continuação da pesquisa.

As bolsas concedidas para a graduação durante os períodos letivos de 2011 e 2012 apresentaram queda que pode ter sido ocasionada por inúmeros fatores que serão levantados no decorrer da pesquisa.

Tabela 19 – Bolsas concedidas pela UNITAU 2011-2012

Tipo de Bolsa	2011	2012
Atleta	78	13
Familiar	1.091	721
Fidelidade	215	190
Estágio	301	Sem dado
Mérito	80	67
Licenciatura	66	24
Demanda	38	58
BIP	8	Sem dado
Total	1877	1073

Fonte: Relatórios CPA 2011 - 2012

A redução foi expressiva segundo o apresentado nas avaliações institucionais 2011 e 2013, a redução global foi de 81,71%, fato que deve ter sido determinado por algum fator externo ou de documentação ausente no lançamento dos dados. Contudo, indica que a investigação precisa ser aprofundada. Os dados apurados servem apenas de uma aproximação da questão, uma vez que ainda faltam os dados das avaliações institucionais anteriores ao período apresentado e dessa forma verificar a tendência da oferta pela instituição.

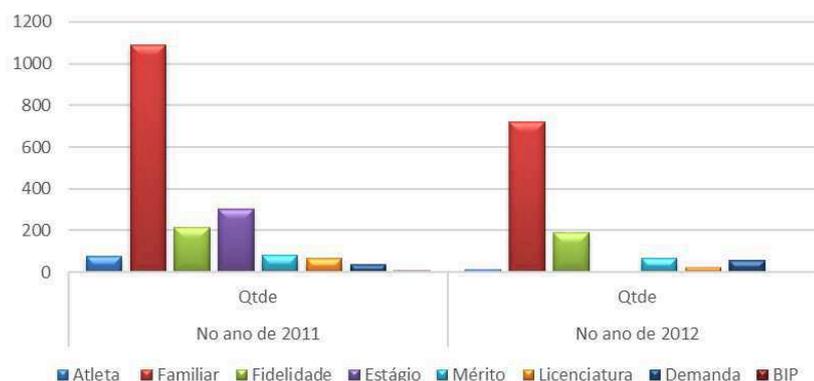


Figura 30 – Conseqüência de bolsas pela Unitau 2011-2012

Fonte: Avaliação Institucional 2011-2013

Pode-se observar na Figura 30 que a bolsa estágio, que tem como objetivo incentivar a vivência do estudante no mercado não teve lançamentos no ano de 2012, o motivo também merece uma investigação, por ser uma importante atividade para a formação acadêmica. Observa-se ainda que a redução ocorreu em todos os tipos de bolsas ofertadas pela instituição.

As bolsas ofertadas com a finalidade de apoiar a titulação dos alunos da UNITAU, de doutorado, mestrado e especialização, segundo a avaliação institucional, apresentaram os seguintes dados consolidados por área do conhecimento, humanas, exatas e biológicas, conforme a tabela 20.

Tabela 20 – Bolsas por área do conhecimento

Área/ano	2011	2012	2013	2014
Humanas	8	4	1	2
Exatas	4	0	0	0
Biológicas	9	10	8	10
Outras	6	3	3	2

Fonte: Avaliação Institucional UNITAU, 2011, 2012, 2013, 2014

As bolsas concedidas por nível de titulação podem ser observadas na tabela 21. Que apresenta uma diminuição da concessão de bolsas de mestrado e especialização, acompanhado a redução ocorrida.

Tabela 21 – Concessão de bolsas por nível de titulação

2011			2012			2013			2014		
D	M	E	D	M	E	D	M	E	D	M	E
18	4	5	13	2	2	7	0	1	10	1	2

Fonte: Avaliação Institucional UNITAU, 2011, 2012, 2013, 2014

Este indicador permite a observação da concessão das bolsas, onde a área de biológicas manteve estável o recebimento, enquanto as outras áreas apresentaram um decréscimo da distribuição. A área de exatas, que forma o capital humano para o mercado de tecnologia não recebeu nenhuma bolsa nos últimos três anos da mensuração. A causa da redução de 4 bolsas concedidas em 2011, para zero nos anos seguintes, depende de uma pesquisa de campo que esse trabalho não se propõe. Contudo, percebe-se um interesse maior pela área de biológicas, pela manutenção das concessões no tempo medido. O que pode estar vinculado a melhoria do IDH do município, que requer um atendimento da saúde de melhor qualidade.

Quanto às bolsas ofertadas através do Programa de Bolsas para Iniciação Científica (PBIC) observa-se na tabela 22 os seguintes dados:

Tabela 22 – Bolsas de IC 2009-2014

Ano	Nº de bolsas PIC	Variação	Nº de bolsas PIBIC	Variação
2009	20	-	24	-
2010	24	20%	28	16,67%
2011	24	0	28	-
2012	28	16,67%	28	-
2013	28	0	30	7,14%
2014	30	7,14%	-	-

Fonte: Avaliação Institucional UNITAU 2010-2013

Ocorreu no período estudado um incremento no número de bolsas ofertadas para a iniciação científica dos estudantes. Apesar de apresentar crescimento, a taxa de crescimento da oferta manteve-se estável de um ano para outro e também reduziu o aporte de bolsas, contudo manteve a média de oferta de duas bolsas por ano.

A bolsa que incentiva a qualidade discente na UNITAU é a Bolsa Mérito, que todos os semestres são ofertadas aos alunos com bom desempenho acadêmico. Em 2011, foram disponibilizadas 48 bolsas da modalidade para os estudantes. No segundo semestre de 2013, foram distribuídas 14 bolsas com 50% de benefício, sendo o previsto para o ano um total de 71 bolsas, segundo a CPA de 2013.

Bolsa Mérito: concedida aos alunos que lograram a primeira colocação nos processos seletivos semestrais, e que apresentaram melhor desempenho acadêmico em seu curso, no ano letivo. (CPA, 2013, p. 73)

A bolsa familiar, com incentivo de 15% para os beneficiados alcançou em 2013, 22 alunos no segundo semestre, dos vários cursos, sendo 16 da área de humanas e segundo a proposta as bolsas dessa modalidade para a graduação deveria atingir a 533. Esse incentivo em 2011, atingiu a 779 alunos, em 2012, foram distribuídas 721 bolsas, segundo a CPA. Não foram encontrados outros registros desse item.

Bolsa Familiar: destina-se a beneficiar as famílias que tenham dois ou mais membros estudando em qualquer um dos cursos presenciais da Escola de Aplicação Dr. Alfredo José Balbi ou da Universidade de Taubaté, pai, mãe, filhos e seus cônjuges; (CPA, 2013, p. 73)

No ano de 2013, a UNITAU ofertou para a graduação um total de 1947 bolsas nas diversas modalidades, mostrando sua prática de incentivo acadêmico e compromisso social.

Além do fomento através da oferta de bolsas, a UNITAU procura promover a difusão do conhecimento através da gestão do conhecimento que estimula o eixo estratégico que apoia a publicação dos saberes a partir de eventos acadêmicos. Em 2009, por exemplo, incentivou a participação de 513 estudantes em eventos, publicações de artigos, submissões de artigos e publicação de livros.

Em 2013, a oferta pode ser vista na tabela 23.

Tabela 23 - Atividades desenvolvidas pelo Núcleo de Apoio aos Eventos

Tipos de eventos	Quantidade – 2013
Congressos e feiras	05
Semanas pedagógicas	12
Ciclos de debates / palestras / seminários / workshops	91
Eventos / artísticos / esportivos / culturais	13
Cerimônias de colação de grau	14
Outros	25
Total de eventos	136
Total de público estimado	47.500

Fonte: Avaliação Institucional, 2013

A instituição mantém ativa a difusão da informação e conhecimento, buscando atingir um público cada vez maior e ofertar aos estudantes a possibilidade de ampliar seus conhecimentos por meio do Núcleo de apoio à Eventos.

4.2.4 Grupos de pesquisa

A organização dos grupos de pesquisa também apresenta uma discordância com a oferta de bolsas. Na tabela 24, pode-se ver que a área de humanas é que possui o maior número de grupos, embora a área de biológicas fique pouco atrás. Contudo, há um número substancial de grupos constituídos para pesquisa

Tabela 24 – Número de grupos de pesquisa

Grupos por área	
Humanas	31
Exatas	15
Biológicas	29
Total	75

Fonte: Avaliação Institucional UNITAU, 2001 a 2014

4.2.5 Estágios

A UNITAU mantém uma central de estágios que visa oferecer aos estudantes através de um banco de vagas a possibilidade de estágio e empregos.

Com foco no relacionamento entre Universidade e empresas da região, o objetivo é a captação de vagas de estágio e emprego, disponibilizadas para alunos por meio do cadastro de informações no Banco de Currículos. Em 2013 foram divulgadas cerca de 2 mil vagas de estágio, trainee e emprego entre cerca de 4 mil alunos e ex-alunos cadastrados nesse banco. (CPA, 2013, p. 78)

Tabela 25 – Oferta de Estágios

Ano	Convênio	Alunos estagiando
2009	3654	3957
2010	2877	4000
2011	Sem dado	3675
2012	3000	1900
2013	2500	4000

Fonte: Avaliação Institucional

O panorama da oferta de estágio no período estudado apresenta uma tendência de queda que pode estar relacionado a vários fatores de ordem

econômica, como por exemplo, um período de retração do mercado devido a redução da demanda. É o que se pode observar na Figura 31.

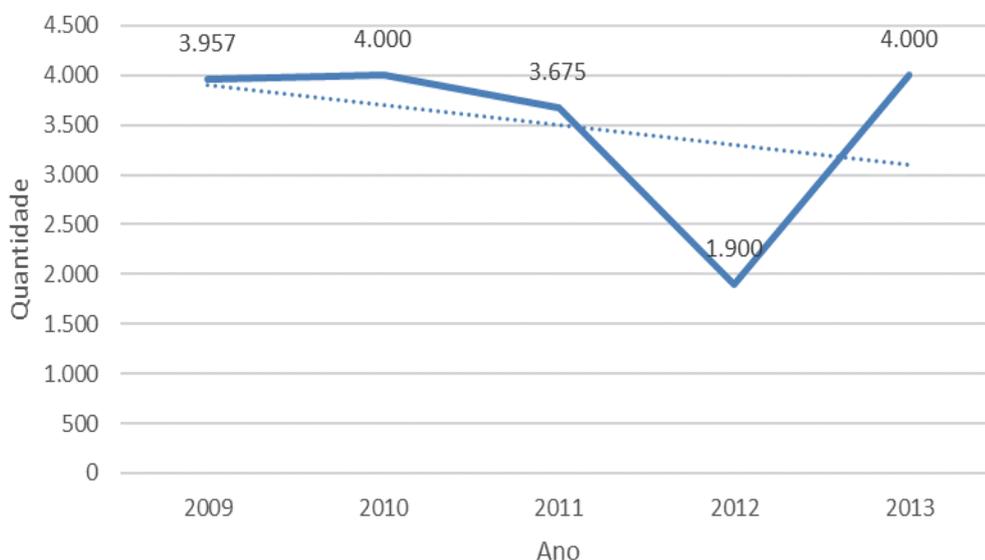


Figura 31 – Tendência da oferta de estágios
Fonte: Avaliação Institucional

4.2.6 A qualidade dos cursos da UNITAU

Na busca da qualificação da instituição, a UNITAU mantém uma gestão do conhecimento que tem como objetivo garantir a organização da informação, publicação do conhecimento nela produzido. São eventos, publicação de livros, revistas científicas, outras formas de divulgação, entre outros.

Na avaliação institucional pode-se observar a qualificação dos cursos de graduação ofertados na UNITAU. Na Tabela 26, verifica-se as notas alcançadas pelos cursos.

Tabela 26- Qualificação dos cursos de graduação ofertados na UNITAU

Conceitos ENADE			
Área	N	N com nota abaixo de 3,0	%
Humanas	14	4	28,5
Exatas	23	4	17,4
Biológicas	8	2	25,0

Fonte: Avaliação Institucional UNITAU, 2001 a 2014

Os programas de pós-graduação da UNITAU apresentaram em 2013 a classificação demonstrada na Tabela 26.

A qualificação pretendida pela instituição foi alcançada nas áreas de humanas e exatas, porém a área de biológicas ainda apresenta uma baixa avaliação, mesmo com vários programas de incentivo em ação.

Quanto aos programas de pós-graduação da UNITAU, estes apresentaram em 2013 a classificação demonstrada na Tabela 27.

Tabela 27 - Qualificação dos cursos de pós-graduação ofertados na UNITAU

Cursos	Notas
Mestrado em Engenharia Mecânica	4
Mestrado em Linguística Aplicada	4
Mestrado em Odontologia	4
Doutorado em Odontologia	4
Mestrado em Ciências Ambientais – Profissional	3
Mestrado em Ciências Ambientais – Acadêmico	3
Mestrado em Desenvolvimento Humano	3
Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional	3
Mestrado Acadêmico em Planejamento e Desenvolvimento Regional	3
Mestrado em Educação	3

Fonte: CPA, 2013, p. 68

O compromisso de qualidade da instituição da pós-graduação ofertada é um objetivo permanente, as notas do MEC mostram que a preocupação para se alcançar objetivos que atendam as expectativas acadêmicas e da comunidade vem sendo perseguidos pela instituição.

A qualidade é alcançada pelo esforço da instituição que apoia 61 grupos de pesquisa de pós-graduação certificados.

Em 2010 a UNITAU, através da Pró-Reitoria do Programa de Pós-Graduação (PRPPG), aderiu ao Programa Ciência sem Fronteiras do Governo Federal encaminhando 1 aluno inicialmente. Nos anos subsequentes aumentou a participação de alunos no programa, como mostra a Tabela 28.

Tabela 28 – Alunos participantes do CSF

2010	2011	2012	2013	TOTAL
1	7	9	6	23

Fonte: CPA 2010 a 2013

As ações afirmativas da instituição visam atender a missão de qualificação do seu programa de pós-graduação, missão essa que ela se propôs cumprir junto à comunidade da região do Vale do Paraíba, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico.

4.2.7 Outros programas de incentivo

A UNITAU procurou utilizar os recursos virtuais atualmente disponíveis para criar um Banco de Currículo para a alunos e ex-alunos, de forma a ampliar as oportunidades de estágio e empregos. Os alunos interessados podem cadastrar os seus currículos no Portal do Aluno, <https://webapps.unitau.br/oportunidades/>.

Também, como parte da ampliação da assessoria aos alunos, a instituição buscou viabilizar programas de orientação profissional para os estudantes, preparando-os para enfrentar o mercado de trabalho, através da preparação para entrevistas e elaboração de currículos (PORTAL DO ALUNO, 2012).

Além dos programas institucionais, os alunos da UNITAU podem participar do programa municipal de bolsas, o Simube – Sistema Municipal de Bolsas de Estudo, que oferta bolsas totais e parciais a alunos que se inscrevem no programa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No estudo de caso realizado neste trabalho, partiu-se da questão da caracterização da região onde se localiza o objeto da pesquisa, a UNITAU. Nesse sentido, pode-se observar que a regionalização do espaço do VPP foi produto da geopolítica do Estado de São Paulo e também da União devido a fluidez que seu espaço apresenta. E dessa forma contribuir com o desenvolvimento econômico, que, contudo, apresenta condições endógenas assimétricas.

A dinâmica da região foi apurada por indicadores econômicos que confirmam a visão estratégica das políticas públicas de estímulo ao crescimento, pois como observa-se pelos indicadores, as principais unidades políticas possuem maiores que os do estado e da união. Contudo eles são determinados por apenas algumas das unidades que compõe a região, o que mostra o caráter assimétrico da região constituída por polos de atração econômica e populacional.

A partir das observações anteriores, conseguiu-se perceber que o município de Taubaté possui indicadores históricos que o coloca como um dos centros polarizadores do VPP. E em função disso espera-se da UNITAU uma destacada atuação educacional, no sentido de contribuir com a valorização do município e do capital humano requisitado pelo mercado local e regional.

Na sequência, outra importante questão debatida foi a relação crescimento econômico e desenvolvimento econômico, onde pode-se observar que os teóricos economicistas de correntes desenvolvimentistas diferentes apresentam os conceitos das duas expressões segundo seus pressupostos.

Cada um deles defende uma tese do desenvolvimento que buscou justificar a premissa da importância da educação no conjunto das propostas políticas, como elemento apropriado a se juntar as outras variáveis na construção do planejamento para o desenvolvimento econômico de um país. E incluir a educação, como uma das dimensões que contribui para a melhoria das condições econômicas e sociais, permitindo elevar a inserção do país no cenário internacional.

Nessa perspectiva, o governo brasileiro tomou nos últimos anos inúmeras medidas de apoio ao ensino superior, com incentivos a formação qualificada através das bolsas de estudos para os níveis de graduação e pós-graduação.

As novas proposições e perspectivas do ensino superior tiveram como efeito a um maior planejamento das instituições e um aumento da ação na constituição de uma cadeia de serviços. A competição do mercado de novas oportunidades teve como consequência uma maior flexibilização das IES na diversificação dos seus produtos. Passou a existir um maior profissionalismo das instituições, dando um sentido de complementariedade do ensino superior ao mercado, independente do modelo de universidade, mas da adequação dela ao projeto de desenvolvimento.

Diante do panorama apresentado, o estudo da participação da UNITAU como instituição de ensino superior que tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento. Possibilitou observar, diante do recorte adotado para a pesquisa, que a instituição possui um planejamento que busca atender as necessidades impostas pela nova ordem econômica e social que revelam o comprometimento com os mais elevados objetivos da educação.

A visão da realidade atual que a instituição demonstra ter está assinalada na Avaliação Institucional da universidade. E o estudo dos documentos a partir de 2009 até 2013, permitiu que se verificassem as propostas e métodos da instituição cujos objetivos são de apoiar, incentivar, garantir, promover, dotar, desenvolver e monitorar a formação profissional do seu aluno. Uma missão que procura transcender a função local e atingir o espaço internacional.

Os dados coletados dos documentos produzidos pela UNITAU, permitiram observar um conjunto de propostas vinculadas a sua finalidade, que busca promover o maior número de possibilidades de acesso e continuidade a formação continuada do seu estudante. Embora em alguns casos, não tenha sido possível construir uma sequência ótima dos dados coletados, pois as avaliações institucionais não seguem um padrão de informações que podem ser estudadas no tempo contínuo. Essa dificuldade, contudo, pode ser superada pela quantidade de informações diferentes que foram selecionadas nesse trabalho. Mas os dados macroeconômicos da cidade onde a universidade está instalada mostram que há um processo contínuo de desenvolvimento econômico e social.

Nesse sentido, a política educacional da UNITAU procurou priorizar a qualificação dos seus profissionais através da interação com a abertura de espaços para professores visitantes ministrarem cursos nos vários departamentos da universidade. Aumentando a oferta de cursos de graduação desde 2009, para atender as demandas do mercado, não só local, mas nacional também.

Na pós-graduação a universidade mostrou-se preocupada em ofertar cursos diversificados para a titulação profissional e acadêmica, que estão estáveis nos últimos cinco anos, contudo sempre ocorrendo um número maior de cursos propostos. Dessa forma, o atendimento a demanda se manteve e as oportunidades de novos cursos estão na pauta anualmente. Nesse aspecto, convém assinalar que a instituição oferece uma série de programa de incentivos que vão além daqueles propostos pelas políticas públicas, com a disponibilização de bolsas de estudo de diversas modalidades, parciais e integrais.

A instituição também registra vários grupos de pesquisas, cuja finalidade é a de desenvolver e produzir conhecimentos nas três grandes áreas do conhecimento, patrocinados pelos organismos oficiais, CAPES e FAPESP, além dos mantidos pela Universidade.

O estudo também apontou que a instituição possui um maior número de cursos na área de ciências biológicas e um número menor de ciências exatas, o que permite se observar uma demanda de profissionais de autônomos, diante da elevação do IDH da região, quando se esperava um número maior de cursos na área técnica, de acordo com as características regionais de polo tecnológico. O melhor padrão de vida da população requereu outras demandas de profissionais, nas áreas de saúde e educação.

Completando o quadro de incentivos, a UNITAU oferece a oportunidade de estágios aos seus alunos, através de convênios com o setor público e privado, com média superior a dois mil por ano.

Finalmente, os dados mostraram que o conjunto das ações da UNITAU não deixa de lado a preocupação com a qualidade do ensino ofertado. As notas do ENADE dos seus cursos de pós-graduação são acima de 3, sendo que quase a metade tem nota 4. Esses dados consolidam o valor da UNITAU no cenário da região do VPP, demonstrando o compromisso da instituição com a formação de qualidade e atitude social responsável.

REFERÊNCIAS

- ATLAS do Desenvolvimento Humano do Brasil. 2010. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/Tags.aspx?tag=AtlasBrasil2013>. Acesso em: 01 Jan 2015.
- ANDRADE, Y. C. **Acesso ao Ensino Superior no Brasil: Equidade e Desigualdade Social**. 2012. Disponível em: <http://www.revistasensinosuperior.gr.unicamp.br/artigo/acesso-ao-ensino-superiornobrasilequidadeedesigualdadesocial>. Acesso em: 30 out.2014.
- ARANHA, M.L.A. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Editora Moderna, 1998.
- ARBIX, G. Política Industrial e a Perspectiva de Futuro para o Brasil. São Paulo. **Caderno da FESP/SP**. n.2. Mar 2006.
- _____. Inovação e desenvolvimento. in: ARBIX, G.; SALERNO, M. S.; TOLEDO, D.; MIRANDA, Z.; ALVAREZ, R. dos R. (orgs). **Inovação** - Estratégias de sete países. Série Cadernos da Indústria ABDI, v. XV. Brasília, Agência Brasileira de Desenvolvimento Industria, 2010.
- BANCO MUNDIAL. Disponível em: <http://www.worldbank.org/pt/country/brazil>. Acessado em: 02 de marc.de 2015
- BECKER, B.; EGLER, C. **O embrião do projeto geopolítico da modernidade: O Vale do Paraíba e suas ramificações**. Rio de Janeiro, LAGET/UFRJ, 1989.
- _____. **Brasil: Uma Nova Potência Regional na Economia-Mundo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BORGES, F. H; DALCOL, R. T. Indústrias de processo: comparações e caracterizações. **Anais...** Encontro Nacional de Engenharia de Produção Curitiba, 22, PR, 23 a 25 de outubro de 2002. Disponível em: http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENESEP2002_TR12_0657.pdf. Acesso em: 08 mar 2015.
- BOSI, A.; RAMOS, M. N.; SILVA, A. C. da; NEUMANN, R. A.; GAUGER, J-D.. Universidade: panorama e perspectivas. São Paulo: **Cadernos Adenauer**, n 6, Fundação Konrad Adenauer, agosto, 2000.
- BOURDIEU, P. O campo econômico. **Política & Sociedade**. Revista de Sociologia Política. Florianópolis, n. 6, Abril de 2005, p. 15-58, 2005.
- BOVO, J. M. **Universidade e Comunidade**. São Paulo: Unesp. 1998.
- BRASIL, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil**: Lattes. 2015. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/web/dgp/home>>. Acesso em: 23 Jun. 2015.
- BRASIL, Datasus. Ministério da Saúde. **Índice de Desenvolvimento Humano - Municipal**, 1991 e 2000: Todos os municípios do Brasil. Disponível em:

<http://tabnet.datasus.gov.br/tabdata/livroidb/2ed/indicadores.pdf> . Acesso em: 09 mar. 2013

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília. 1996.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego (Org.) **Plano Nacional de Qualificação: Indicadores de desempenho**. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000400006. Acesso em: 11 abril 2014.

_____. **Lei n. 10.861**, de 14 de Abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm. Data do acesso: 14/5/2014.

_____. **Medida Provisória n. 147**, de 15 de dezembro de 2003. Institui o Sistema Nacional de Avaliação e Progresso do Ensino Superior e dispõe sobre a avaliação do ensino superior. Brasília, DF. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/Antigas_2003/147.htm. Data do acesso: 07/5/2014.

_____, **DATASUS**. 2014. Disponível em: Acesso em: 15 março 2014.

_____, Secretaria de Ensino Superior - SESU. **A democratização e expansão da educação superior no país: 2003 a 2004**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192. Acesso em: 30 maio. 2014.

_____, Senado Federal. Produção científica no Brasil: um salto no número de publicações. Brasília. **Revista de Audiências Públicas do Senado Federal**. Ano 3, n 12. Setembro de 2012.

BRESSER PEREIRA, L. C. **Estratégia nacional e desenvolvimento**. São Paulo. Caderno da Fapesp. n 2. Mar 2006.

CALMANOVICI, C. E. A inovação, a competitividade e a projeção mundial das empresas brasileiras. São Paulo. **Revista USP** n.89, mar./maio 2011. Disponível em: http://rusp.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-99892011000200013&lng=pt&nrm=iso. Data do acesso: 21 de julho de 2015.

CASTRO, C. de M. **Desenvolvimento Econômico, Educação e Educabilidade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976.

CEPAL. Comissão Econômica para a América Latina. Desenvolvimento econômico e educação: perspectivas. In: BRESSER PEREIRA, L. C. (Org.). **Desenvolvimento, Trabalho e Educação**. Rio de Janeiro: Zahar Editores.1974.

_____, Comissão Econômica para a América Latina. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas [Manifesto Latino-Americano]”. In: GURRIERI, A. (Org.) **O Manifesto Latino-Americano e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2011 [1949].

CHIARINI, T.; VIEIRA, K. P. Universidades como produtoras de conhecimento para o desenvolvimento econômico: sistema superior de ensino e as políticas de CT&I. **Revista Brasileira de Economia** vol.66 n.1 Rio de Janeiro Jan./Mar. 2012.

CLEMENTE, A.; HIGACHI, H. Y. **Economia e Desenvolvimento Regional**. São Paulo. Ed Atlas. 2000.

CNPQ, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **O CNPq e suas ações voltadas para tecnologia, inovação e extensão tecnológica**. Disponível em:<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cctci/Eventos/2011/ano-2011/sem.-30-e-31.8.11-inovacao-tecnologica/cnpq-glaucius-oliva>. Data do acesso: 16 de maio de 2014.

CORRÊA, R. L. **Região e organização espacial**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1998.

_____. **Trajetórias geográficas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. 3. ed. São Paulo. Editora Ática, Série Princípios. 1995.

COUTO, A. P. Ensino Superior e Inovação como vectores de política regional. **Revista Territórios Alternativos** Nº 1, 1999.

COUTINHO, L.; REICHSTUL, H. P. O setor produtivo estatal e o ciclo. In: MARTINS, C. E. **Estado e capitalismo no Brasil**. São Paulo, Hucitec-Cebrap, 1977.

DIAS SOBRINHO, J. **Avaliação**: Políticas Educacionais e Reformas da Educação Superior. São Paulo: Cortez, 2003.

DIEESE, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Desindustrialização: conceito e a situação do Brasil**. Nota Técnica, Número 100, Junho de 2011. Disponível em: http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D3052393E013055A36C450E9D/dieese_nt100.pdf. Data do acesso: 11 de junho de 2015.

DOWNS, A. **Uma teoria econômica da democracia**. São Paulo. Edusp, 1999.

ECHEVERRÍA, J. M. Funções da Educação no Desenvolvimento. In: BRESSER PEREIRA, L. C. (Org.). **Desenvolvimento, Trabalho e Educação**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

EMPLASA; ESTADO DE SÃO PAULO, Gov. **Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte**. São Paulo: Imprensa Oficial. 2012. Disponível em <http://www.emplasa.sp.gov.br/>. Data do acesso: 07 de julho de 2015.

ESTRADA, A. A.; SPECK, R. O Plano de Desenvolvimento da educação e suas relações com as alterações no mundo do trabalho. **B. Téc. Senac**: a R. Educ. Prof., Rio de Janeiro, v. 38, nº 1, jan./abr. 2012.

FAPESP. **Indicadores Fapesp de ciência, tecnologia e inovação**. Boletim Nº 3 - Novembro de 2011. Disponível em: www.fapesp.br/indicadores/boletim3.pdf. Acesso em: 11 set. 2014.

FÁVERO, M. de L. de A. A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar em Revista**. no.28 Curitiba July/Dec. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010440602006000200003&script=sci_arttext. Acesso em: 02 Fev. 2014.

FEITOSA, A. M. A.; FAGUNDES, M. V. G. **Teoria da Região e da Regionalização**. Montes Claros, MG: Unimontes. 2010.

FERREIRA, D. S. M. M. **A contrarreforma da educação superior do governo Lula e a formação profissional em Serviço Social**: uma análise dos impactos do REUNI nos cursos de Serviço Social das universidades federais dos estados do Espírito Santo, de Minas Gerais e do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado apresentada na Universidade Federal de Juiz de Fora Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social. 2011. Disponível em: <http://www.ufjf.br/ppgservicosocial/files/2011/02/debora.pdf>. Data do acesso: 14 de junho 2015.

FINQUELIEVICH, S. Transformações nas culturas e políticas institucionais: as universidades na sociedade da informação e do conhecimento. In: MACIEL, M. L.; ALBAGLI, S. (Org.) **Informação e desenvolvimento: conhecimento, inovação e apropriação social**. Brasília. Edições UNESCO/IBICT. 2007.

FIORI, J. L. Os economistas e a crise. **Carta Maior**, São Paulo, 25 de fev.2009. Disponível em www.cartamaior.com.br. Acesso em: 07 de ago.2014.

FLEURY, S.; SUBIRATS, J.; BLANCO, I. **Respostas locais a inseguranças globais**: Inovação e mudança no Brasil e Espanha. Barcelona: Fundação Cidob, 2008.

FONT, J. N.; RUFÍ, J. V. **Geopolítica, Identidade e Globalização**. São Paulo. Annablume, 2006

FRANÇA, C. L. de; VAZ, J. C.; SILVA, I. P.. **Aspectos Econômicos de Experiências de Desenvolvimento Local**. São Paulo. Instituto Polis, 2002.

FUNDAÇÃO ESCOLA DE COMÉRCIO ÁLVARES PENTEADO. Disponível em http://www.fecap.br/adm_online/art23/eolo2.htm. A: 22 de julho de 2013.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS - SEADE (São Paulo). Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional. **Produto Interno Bruto**: PIB municipal. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/banco-de-dados> . Acesso em: 24 Jun. 2014.

FURTADO, C. **O capitalismo global**. São Paulo: Paz e Terra. 1998.

_____. **Prefácio à nova economia política**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 137 p. (O Mundo, hoje, v. 15).

_____. **Teoria política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural. 1983.

GASTALDI, J. P. **Elementos de Economia Política**. 19ª ed. São Paulo. Ed Saraiva. 2005.

GOMES, P. C. da C. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (org.) **Geografia: Conceitos e Temas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2000**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/default_censo_2000.shtm>. Acesso em: 26 Out. 2013.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2009**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior>. Data do acesso: 26 Out. 2013.

IGLIORI, D. C. **Economia dos clusters industriais e desenvolvimento**. São Paulo: Fapesp/Iglu Editora. 2001.

INCTOM (Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Observatório das Metrôpoles). **Unidades Territoriais Urbanas no Brasil Regiões Metropolitanas, Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico e Aglomerações Urbanas em 2015**. Rio de Janeiro. Observatório da Metrôpoles. 2015. Disponível em: <http://gnulinux02.fundap.sp.gov.br:8080/Arquivos/arquivosAnexo/1435932699974unidadeterritoriaisurbanas2015.pdf>. Data do acesso: 12/06/2015.

IPEA. **Brasil em desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas**. Série Brasil: o estado de uma nação, vol 2. Brasília: IPEA, 2009. Acesso em: 26 Out.2013.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior 2009**. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/imprensa/noticias/censo/superior/arquivo09.htm>>. Acesso em: 26 out. 2013.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Sinaes. **Lei n° 10.861, de 14 de abril de 2004**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/superior-sinaes>. Acesso em: 29 nov. 2014

KULLER, A. L. M. **Inovação na Educação Superior: reflexões sobre a transformação de uma proposta curricular**. 2010. 1 v. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Departamento de Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: www.teses.usp.br/...16122010.../ANA_LUIZA_MARINO_KULLER.pdf. Acesso em: 09 ago. 2014.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M, de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas 2003.

MACEDO, G. R. de; BINSZTOK, J. A Diferenciação Socioespacial no Vale do Paraíba. **Anais...** Egal, Encontro de Geógrafos de América Latina, XIV, Lima, 2013.

Disponível em: http://www.egal2013.pe/wp-content/uploads/2013/07/Tra_Giovanni-Raimundo-de-Macedo.pdf. Acesso em: 01 Julho 2014.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Livro: 1 v. 1. 25. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. (Obra original de 1867).

MATTOS, J. M. **Desenvolvimento regional**: uma resposta às crises. Bauru, SP, Edusc, 2001.

MEC/Inep. **Nota Inclui área básica de ingresso, 2012**. Disponível em: http://sistemascensosuperior.inep.gov.br/censosuperior_2012. Acesso em: 23 Mar.2014.

MEC. **Mec em ação, 2011**. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/publicacoes/artigos/4720-as-razoes-para-o-avanco-da-producao-cientifica-brasileira> . Acesso em: 04 maio 2014.

MELLO, N. B. **Subdesenvolvimento, Imperialismo, Educação, Ciência e Tecnologia no Brasil**: a subordinação reiterada. Tese apresentada ao Curso de PósGraduação em Educação da Universidade Federal Fluminense. 2004. Disponível em: www.uff.br/pos_educacao/joomla/images/stories/.../novalbenaion04.pdf. Acesso em: 12 set. 2014.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Relação Anual de Informações Sociais/RAIS. Relação Anual de Informações Sociais/rais**, Brasília, n., p.1-1, 2000.

MORAES, A. C. R. **Ideologias geográficas**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1996.

MORAES NETO, B. R. **Marx, Taylor, Ford**: as forças produtivas em discussão. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MOREIRA J. C.; SENE E. **Geografia Geral e do Brasil**. Volume Único, São Paulo: Scipione, 2012.

MORICOCCHI, L; GONÇALVES, J. S. Teoria do desenvolvimento econômico de Schumpeter: uma revisão crítica. **Revista Informações Econômicas**, SP, v.24, n.8, ago. 1994.

MOURA FILHO, J. L. de. **Multiterritorialidade em regiões transfronteiriças: estudo de duas cidades gêmeas na fronteira Brasil/Uruguai**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Doutorado. Área de Concentração em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. 2010. Disponível em: btd.unisc.br/Teses/JoseMFilho.pdf. Acesso em: 08 set. 2014.

MTE (Ministério do Trabalho e Emprego). Disponível em: <http://dados.gov.br/dataset/relacao-anual-de-informacoes-sociais-rais>. Acesso em 12 de dezembro 2015.

OLIVEIRA, C. de C. N.; OSSES, M.; ROSA, N.; CARNEIRO, R.; MANOLESCU, F. A Importância do Capital Humano. In: **Revista Univap**, São José dos Campos – SP, v.13, n. 24, 2006,

OFFE, C. A atual transição da história e algumas opções básicas para as instituições da sociedade. In BRESSER P., L.C., WILHEIM, J. ; S. **Sociedade e Estado em Transformação**. Brasília: ENAP, 1991.

ONU. **Desafios e perspectivas da educação superior brasileira para a próxima década 2011-2020**. Brasília, 2012. Disponível em: unesdoc.unesco.org/images/0021/002189/218964POR.pdf. Acesso em: 22 out. 2014.

_____. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2014**. Disponível em: www.pnud.org.br/arquivos/RDH2014pt.pdf. Acesso em: 02 abril 2014.

PAULA, M. F. A formação universitária no Brasil: concepções e influências. In: **Avaliação**. Campinas, Mar, vol.14, no.1, p.71-84. 2009.

PENA, R. F.A. **Rede Urbana**. Disponível em: <http://www.mundoeducacao.com/geografia/rede-urbana.htm>. Acesso em: 12 de maio 2013.

PNUD - PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro**. Brasília: Pnud, Ipea e Fjp, 2013. 96 p. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/Tags.aspx?tag=IDHM>. Acesso em: 13 Ago. 2014.

PRODANOV, C. C.; FREITAS E. C. de. **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática. 1993.

RIBEIRO, K. **Vale do Paraíba tem 815 pesquisas, diz censo do CNPQ**. Folha de São Paulo. 01/06/2003. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u12964.shtml>. Acesso em: 01 julho 2014.

ROLIM, C.; SERRA, M. Instituições de Ensino Superior e Desenvolvimento Regional: O Caso da Região Norte do Paraná. **Revista de Economia**, v. 35, n. 3 (ano 33), p. 87-102. UFPR. set./dez 2009.

SANTOS, A. R. dos. **Metodologia Científica: a construção do conhecimento**. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SANTOS, M. **Técnica espaço tempo**. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **Por uma Geografia Nova: Da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

SANTOS, L. S.; FREITAS, U. R. P.. Pensando a educação superior e o desenvolvimento da Bahia à luz da Teoria de Crescimento Endógeno. **Revista Desenhahia**, nº 12, mar. 2010.

SANTOS, T. G. dos; SOUSA, C. M. de. A produção científica do Vale do Paraíba Paulista: um estudo de indicadores. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. v. 4, n. 2, p. 99-116, mai-ago/2008, Taubaté, SP, Brasil.

SÃO PAULO. Secretaria de Planejamento. **Caracterização socioeconômica de São Paulo** – região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte. Disponível em: http://www.planejamento.sp.gov.br/noti_anexo/files/uam/trabalhos/RMVPLN.pdf. Acesso em: 21 Fev. 2013.

SCARLATO, F. C. O Espaço Industrial Brasileiro. in: ROSS, J. L. S. (Org). **Geografia do Brasil**. 2. ed. São Paulo. Ed. Edusp. 1998.

SCHUMPETER, J. A. **The theory of economic development**. Cambridge, Harvard University. 1957.

SCHULTZ, T. W. **O Capital Humano**: Investimentos em educação e em pesquisa. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

_____. **O valor econômico da educação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

SECOVI - Regional Vale do Paraíba, 2012. Disponível em: <http://www.secovine.com.br/files/Downloads/congressone-redericmarcondescesar2892012pdf.pdf>. Acesso em: 22 Jun. 2014.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SENE, J. E.; MOREIRA, J. C. **Geografia Geral do Brasil**: Espaço Geográfico e Globalização. 2. ed. São Paulo: Scipione, 2012.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 22. ed. São Paulo: Cortez. 2002.

SILVA, J. A. As diretrizes para gestão e financiamento da educação no Brasil – uma análise com a configuração política educacional a partir da década de 1990. **Anais...** Associação nacional de Políticas e administração da Educação, 23, 2007. Disponível em: http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2007/192.pdf. Acesso em 18 Fev 2013.

SILVA, E. P. da; OLIVEIRA, E. A. de A. Q; ARAUJO, E. A. S. de. O conceito de desenvolvimento econômico regional: Uma Revisão Teórica. **Anais...** International Congress on University-Industry Cooperation, 4, Taubate, SP, Brazil, December 5th through 7th. Disponível em: <http://www.unitau.br/unindu/artigos/pdf417.pdf>. Acesso em: 28 março 2014.

SILVA, J. A.; PUZIOL, J. K. P. **A Influência da Teoria do Capital Humano e da Teoria do Capital Social nas Políticas Educacionais Brasileiras da Atualidade**.

Disponível em: <http://www.unc.br/mestrado/textos/Bibliografia-2013-Inf-teoria-cap-humano-e-teoria-do-cap-social-nas-pol-educ-bras%20.pdf>. Acesso em 17 Fev. 2013

SOUZA, V. P. de. **Educação, a base da produtividade da economia moderna**. São Paulo. 2012. Disponível:

http://www.fea.usp.br/econoteen/media/fck/File/Victor%20PelizaroEducacao_a_base_da_produtividade_da_economia_moderna.pdf. Acesso em: 10 agosto, 2013.

TAVARES, H. M.. Desenvolvimento, região e poder regional: a visão de Celso Furtado. **R. B. Estudos Urbanos e Regionais**, v. 13, n. 2/novembro, 2011.

TAVARES, P. V.; KRETZER, J.; MEDEIROS, N.. Economia Neoschumpeteriana: expoentes evolucionários e desafios endógenos da indústria brasileira. **Economia-Ensaios**, Uberlândia, 20(1): 105-120, dez/2005.

UNITAU. **Relatório da Comissão Própria de Avaliação Institucional**. Taubaté. 2009.

UNITAU. **Relatório da Comissão Própria de Avaliação Institucional**. Taubaté. 2010.

UNITAU. **Relatório da Comissão Própria de Avaliação Institucional**. Taubaté. 2011.

UNITAU. **Relatório da Comissão Própria de Avaliação Institucional**. Taubaté. 2012.

_____. **Relatório da Comissão Própria de Avaliação Institucional**. Taubaté. 2013.

UNITAU. Notícias. **Ferramenta já está disponível no site da Universidade**.

Disponível em: <http://www.unitau.br/noticias/detalhes/387/unitau-lanca-banco-de-curriculos-para-alunos-e-ex-alunos>. Data do acesso: 26 de out 2015.

UNITAU. Notícias. **Sistema municipal de bolsas de estudo libera ficha de inscrição no dia 15**. Disponível em:

<http://www.unitau.br/noticias/detalhes/2311/Sistema-Municipal-de-Bolsas-de-Estudo-libera-ficha-de-inscricao-no-dia-15>. Data do acesso: 26 de out 2015.

USP. **USP 2034 Planejando o Futuro**. São Paulo. Edusp. 2009.

WITTMANN, M. L.; RAMOS, M. P.. **Desenvolvimento Regional: capital social, redes e planejamento**. Santa Cruz do Sul-RS. EDUNISC, 2004.

WITTMANN, M. L.; DOTTO, D. M. R.; BOFF, V. A.. Estruturas organizacionais em rede e desenvolvimento regional: contextualização e complexidades. In: WITTMANN, M. L.; RAMOS, M. P.. **Desenvolvimento Regional, capital social, redes e planejamento**. Santa Cruz do Sul-RS. EDUNESC. 2004.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZORZAL, M. F. **O discurso da competência para o trabalho e a educação dos tempos neoliberais: a história reeditada como farsa?** Tese apresentada no Centro de Ciências Humanas da UFSCar. 2006. Disponível em: www.bdt.d.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado/tde_busca/arquivo.php? Acesso em: 26 abril 2014.